

Relatório de **Sustentabilidade** **2012**



Unimed 
Fesp

Somos médicos.
E isso faz toda a diferença.



Relatório de **Sustentabilidade** **2012**

A UNIMED AINDA MAIS VERDE

A Federação das Unimeds do Estado de São Paulo (Fesp), para produzir este relatório, optou pela utilização de papel de reflorestamento, devidamente mapeado, de empresa certificada pela FSC – Forrest Stewardship Council. Isso significa que a gráfica contratada se compromete a comercializar unicamente produtos certificados pelo FSC que tenham sido controlados de forma contínua. Com isso, a Fesp ratifica sua responsabilidade ambiental, passando a informação sem deixar de pensar no meio ambiente.

Sumário

Mensagem da Diretoria Executiva 6

01

Parâmetros do Relatório 8
Engajamento de Stakeholders 9
Matriz de Materialidade 10

02

05
Desempenho Social e Relacionamento com as Partes Interessadas 28
Produtos e Serviços 30
Clientes Unimed 35
Governo 43
Público Interno 46
Fornecedores 52
Sociedade 53
Programas Sociais 54

06

Atenção ao Meio Ambiente 56



03

Quem Somos 11
Governança Corporativa 12
Plano de Desenvolvimento Institucional 16
Perfil Institucional 20
Ambiente Regulatório 22

04

Ambiente Econômico 26



07

Desafios 61



08

Anexos 62
Índice Remissivo 62
Parecer do Conselho Fiscal 66
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis 67
Balço Patrimonial 69
Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis 74
Balço Social 89
Demonstração do Valor Adicionado 94
Parecer de Auditoria sobre o Balço Social 96
Relatório dos Auditores Independentes sobre Demonstração do Valor Adicionado 98
Declaração de Verificação pela GRI 100
Ficha Técnica 101

Mensagem da **Diretoria Executiva**

No mundo corporativo, muitas das atividades e projetos devem ter ao menos três fases: começo, meio e fim. No entanto, existem práticas e políticas que devem ser perenes, e a Federação das UnimedS do Estado de São Paulo (Fesp) entende que o trabalho constante em torno de uma atuação sustentável é algo que já teve início, mas não deverá ter fim. Este é o segundo Relatório de Sustentabilidade da Fesp produzido em acordo com as referências da Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional que atua especialmente na padronização de relatórios empresariais, mantendo o foco na sustentabilidade da economia.

A publicação deste relatório representa um grande e importante avanço da

Fesp no trato com seus públicos de relacionamento. Afinal, todos os

princípios, políticas, índices, práticas e resultados alcançados em 2012 pela Cooperativa, exercendo suas funções institucionais e operacionais, estão aqui registrados com transparência e objetividade. A gestão de uma empresa com as características da Fesp, que representa 73 UnimedS Singulares, seis Federações Intrafederativas, abrange mais de 21 mil médicos cooperados e cinco milhões de beneficiários, é fortalecida na medida em que as decisões e direcionamentos tomados levam em consideração a sustentabilidade do negócio Unimed.

Este desafio se refere ao perfeito equilíbrio financeiro e operacional das Cooperativas, ao mesmo tempo em que oferecem assistência médica de alta qualidade à população, bem como remuneração digna e adequada aos médicos cooperados. É para isso que a Fesp trabalha, buscando a integração contínua das UnimedS filiadas, em todos os âmbitos, superando também os desafios impostos pelo tumultuado mercado da Saúde Suplementar no Brasil e antecipando as necessidades de nossos usuários.

A leitura deste relatório dá a exata noção quanto à amplitude de atividades da Fesp na consecução desses objetivos. São processos dinâmicos, vivos, sujeitos a muitos fatores. O trabalho



já começou, está crescendo, e não terá fim, pois evoluímos na direção de uma presença cada vez mais sólida e sustentável, sem jamais perder nossa identidade cooperativista.

**Diretoria Executiva
da Federação das UnimedS do
Estado de São Paulo**

Sentados:
Drs. Waldemar D'Ambrósio
Filho, Luiz Roberto Dib
Mathias Duarte e José
Marcondes Netto

Em pé:
Drs. Péricles Taqueshi Otani,
Ciro da Silva Monteiro e
Edmilson Rocha de Souza



No modelo cooperativista de negócio, o relacionamento transparente, compartilhado e abrangente entre as partes são alguns de seus pilares. Estas diretrizes estão representadas em princípios como a Educação, Formação e Capacitação, Intercooperação e Interesse pela Comunidade. Atendendo a essas premissas, em 2012 a Federação das Unimeds do Estado de São Paulo (Fesp) adotou como prática a publicação de seu Relatório de Sustentabilidade segundo os critérios e indicadores da Global Reporting Initiative (GRI), contemplando as ações realizadas durante um ano.

O presente documento refere-se ao trabalho da Cooperativa realizado desde o primeiro dia de janeiro até 31 de dezembro de 2012, e sua organização é fruto da estrutura administrativa que inclui uma comissão de sustentabilidade. Formado por gestores de todas as áreas da Fesp, esta comissão coletou e registrou indicadores por meio de ferramenta de tecnologia integrada. Este relatório compreende todas as faces da atuação da Fesp, com resultados, estatísticas e análises sobre os âmbitos social, ambiental e econômico de sua operação institucional e comercial. O último Relatório da Fesp foi lançado em julho de 2012.

ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS

A confecção do Relatório de Sustentabilidade conta com dados e informações de um processo anual incorporado à gestão, em que uma pesquisa referindo 34 aspectos destacados pela GRI ligados à sustentabilidade é disponibilizada a todos os stakeholders – que são as partes envolvidas, interessadas e relacionadas no perímetro de atividade da Fesp. As partes apontam os temas que consideram mais relevantes para que sejam reportados, e nesta edição totalizam 32 indicadores.

A Fesp é uma cooperativa cuja atuação é extensiva aos mais variados setores da sociedade. A partir da graduação

de sua influência, saiba quem são os stakeholders da Cooperativa:

- 1) Diretoria Executiva, Conselho de Administração e colaboradores da Fesp
- 2) Unimeds Singulares, Unimeds Intrafederativas, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e clientes
- 3) Unimed do Brasil, parceiros de Tecnologia da Informação e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
- 4) Prestadores de serviço, fornecedores, corretores e comunidade
- 5) Bancos, operadoras concorrentes, Seguros Unimed, Unimed Participações e Conselho Regional de Medicina

O levantamento, que é anual, teve a participação de 432 pessoas, representando funcionários de todas as áreas da Fesp, fornecedores, clientes, beneficiários, Unimeds Singulares, Unimeds Federações Intrafederativas, concorrentes e organizações não governamentais (ONGs). Devido à distância e localização geográfica esparsa, o levantamento junto aos stakeholders ocorreu de formas variadas: presencial, telefone e meios eletrônicos.

Além dessas informações, estão incluídos nesta publicação o Balanço Social e as Demonstrações Contábeis da Cooperativa. Este procedimento fortalece o relacionamento organizacional, corporativo e social da empresa na medida em que mantém a transparência em todos seus processos, resultados e valoriza a troca de informações.

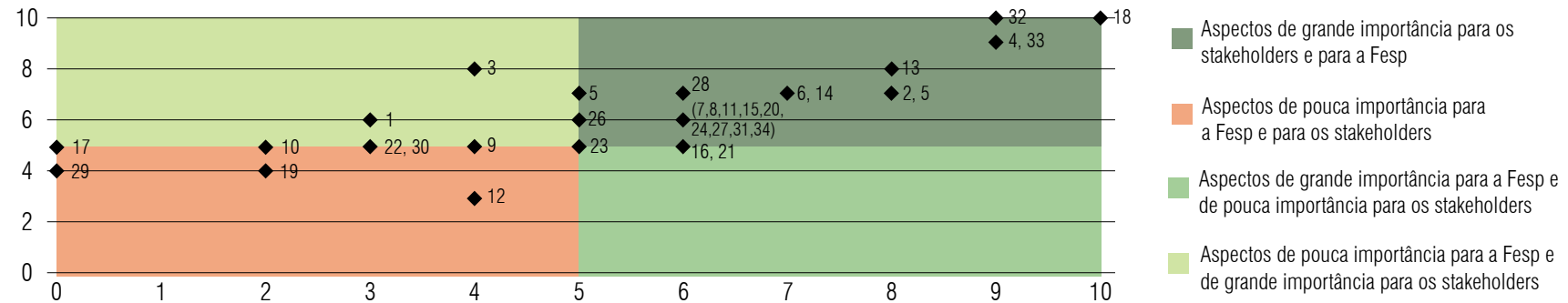


As respostas ao levantamento de tópicos materiais estão ao longo do Relatório.

MATRIZ DE MATERIALIDADE

Após a análise e tabulação, fruto da pesquisa realizada, é montada a Matriz de Materialidade, um quadro no qual as questões

práticas reportadas são distribuídas segundo o grau de importância dado a elas, sob a ótica de cada stakeholder e da Fesp.



ASPECTOS DA SUSTENTABILIDADE QUE FIZERAM PARTE DO LEVANTAMENTO

A sustentabilidade é um conceito que abraça a totalidade da ação de uma empresa, e os fatores analisados para a elaboração dos dados aqui registrados são os seguintes: 1) Empregos; 2) Relação entre os trabalhadores e a governança; 3) Saúde e segurança no trabalho; 4) Treinamento e educação; 5) Diversidade e igualdade de oportunidades; 6) Práticas de investimento e de processos de compra; 7) Não discriminação; 8) Liberdade de associação e acordo de negociação; 9) Trabalho infantil; 10) Trabalho forçado ou semelhante ao escravo; 11) Práticas de segurança; 12) Direitos indígenas; 13) Comunidade (gestão dos impactos); 14) Corrupção; 15) Políticas públicas; 16) Concorrência desleal; 17) Conformidade (Sociedade); 18) Saúde e segurança do paciente; 19) Rotulagem dos serviços; 20) Comunicação de marketing; 21) Privacidade do paciente; 22) Conformidade (responsabilidade pelo serviço); 23) Materiais; 24) Energia; 25) Água; 26) Biodiversidade; 27) Emissões, efluentes e resíduos; 28) Produtos e serviços; 29) Conformidade (ambiental); 30) Transporte; 31) Geral (como gastos ambientais); 32) Desempenho econômico; 33) Presença no mercado; e 34) Impactos econômicos indiretos.

3. Quem Somos

A Federação das Unimeds do Estado de São Paulo (Fesp) é uma Cooperativa criada há 41 anos com o objetivo de integrar as Unimeds Singulares de todo o Estado de São Paulo. Seu papel está, atualmente, dividido em duas frentes: como representante institucional e operadora de planos de saúde.

O pilar de sua atuação institucional se dá por meio de assessoria às Unimeds nas áreas comercial, relações empresariais, jurídica, projetos hospitalares, saúde ocupacional, tecnologia, educação cooperativista, dentre outras, sempre orientando, coordenando e normatizando a filosofia cooperativista entre dirigentes, médicos cooperados e funcionários.

Adicionalmente, a Fesp, em sua dimensão operadora de planos de saúde, estrutura, comercializa e gerencia planos de saúde

de próprios, procurando ampliar o mercado de trabalho para os médicos associados e Cooperativas Singulares Unimed. Dessa forma, setores administrativos da Fesp se dedicam à prospecção e negociação com novos clientes, elaboração e implantação de contratos de planos de saúde, serviço de atendimento ao usuário dos planos e gestão da contratação, avaliação e pagamento de prestadores de serviço de saúde.

A filosofia cooperativista compreende sete princípios básicos:

- Adesão Voluntária e Livre
- Gestão Democrática



- Participação Econômica dos Membros
- Autonomia e Independência
- Educação, Formação e Informação
- Intercooperação
- Interesse pela Comunidade

Esses princípios apontam para um direcionamento absolutamente diverso dos demais planos e operadoras de saúde no Brasil. O Sistema Unimed é formado por operadoras de saúde que são Cooperativas, e não atua segundo a ótica mercantilista que visa ao lucro. O objetivo é proporcionar uma alternativa de assistência médica digna para a população brasileira, além de criar um sistema de trabalho que valoriza o empenho dos profissionais de medicina e é voltada exclusivamente para a satisfação dos clientes.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de Governança Corporativa adotado pela Fesp é embasado em valores como transparência, clareza, estabilidade e maior comunicação entre os seus diversos públicos. A Coope-

rativa tem ação estadual e seu principal objetivo é contribuir para o desenvolvimento contínuo das 73 Cooperativas Singulares filiadas e seis Federações Intrafederativas do Estado de São Paulo, prestando toda a assessoria necessária.

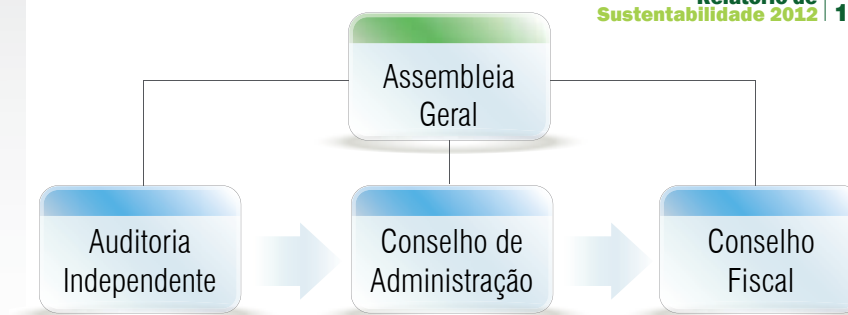
Sempre atenta às necessidades de suas associadas, a Fesp estabelece o seu direcionamento estratégico considerando os cenários externos da Saúde Suplementar e seus impactos no Sistema Unimed. Assim, ela visa à promoção da melhoria nos processos de gestão operacional e econômico-financeira das Cooperativas paulistas, por meio de atividades de mapeamento, revisão e implantação de processos institucionais de governança.

Seguindo o princípio cooperativista de Gestão Democrática, a estrutura de governança corporativa da Fesp permite aos cooperados a definição das diretrizes de operação e o controle na tomada de decisões. Os membros da Diretoria Executiva da Fesp são eleitos por seus pares a cada quatro anos, por meio de uma

Assembleia Geral Ordinária que reúne dirigentes das Unimeds Singulares e Federações Intrafederativas do Estado de São Paulo.

A Fesp é gerida por um Conselho de Administração, formado pela Diretoria Executiva e pelos membros Vogais, que são responsáveis pelo planejamento estratégico institucional e a gestão técnica e econômica da instituição. Há, também, um Conselho Fiscal, que coordena a fiscalização das operações da Fesp e é composto por três membros efetivos e três membros suplentes, também eleitos por meio de Assembleia Geral Ordinária. O mandato é de um ano e a reeleição é permitida para apenas para um terço dos seus integrantes.

Outra forma de controle é exercida pela Auditoria Independente, que funciona como uma instância paralela de governança corporativa, em papel conjunto com o Conselho Fiscal. Essa auditoria tem isenção total para a verificação e aprovação dos números consolidados nas demonstrações contábeis apuradas pela Fesp. A análise contábil e dos resultados operacionais segue as diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade e da legislação específica pertinente e vem sendo feita pela Etac – Auditores Independentes.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente: Dr. Luiz Roberto Dib Mathias Duarte
 Diretor-Superintendente: Dr. Waldemar D'Ambrósio Filho
 Diretor Financeiro: Dr. José Marcondes Netto
 Diretor de Desenvolvimento e Mercado: Dr. Edmilson Rocha de Souza
 Diretor de Gestão Operacional e Marketing: Dr. Ciro da Silva Monteiro
 Diretor de Desenvolvimento Humano: Dr. Péricles Taqueshi Otani

VOGAIS

Dr. Antonio Geraldo Buck
 Dr. Antonio Luiz Chaguri
 Dr. Elias Antonio Neto
 Dr. Francisco Quirici Neto
 Dr. Geraldo da Costa e Silva
 Dr. Geraldo Pires de Espíndola
 Dr. Geraldo Reple Sobrinho
 Dr. Hemerson Carlos Costa
 Dr. José Fernando Castro Soares
 Dr. Marcos Aurélio Villardi
 Dr. Marcos de Almeida Cunha
 Dr. Plínio Conte de Faria Júnior
 Dr. Raimundo Viana de Macedo
 Dr. Reinaldo Antônio Monteiro Barbosa
 Dr. Tajumar Custodio Martins

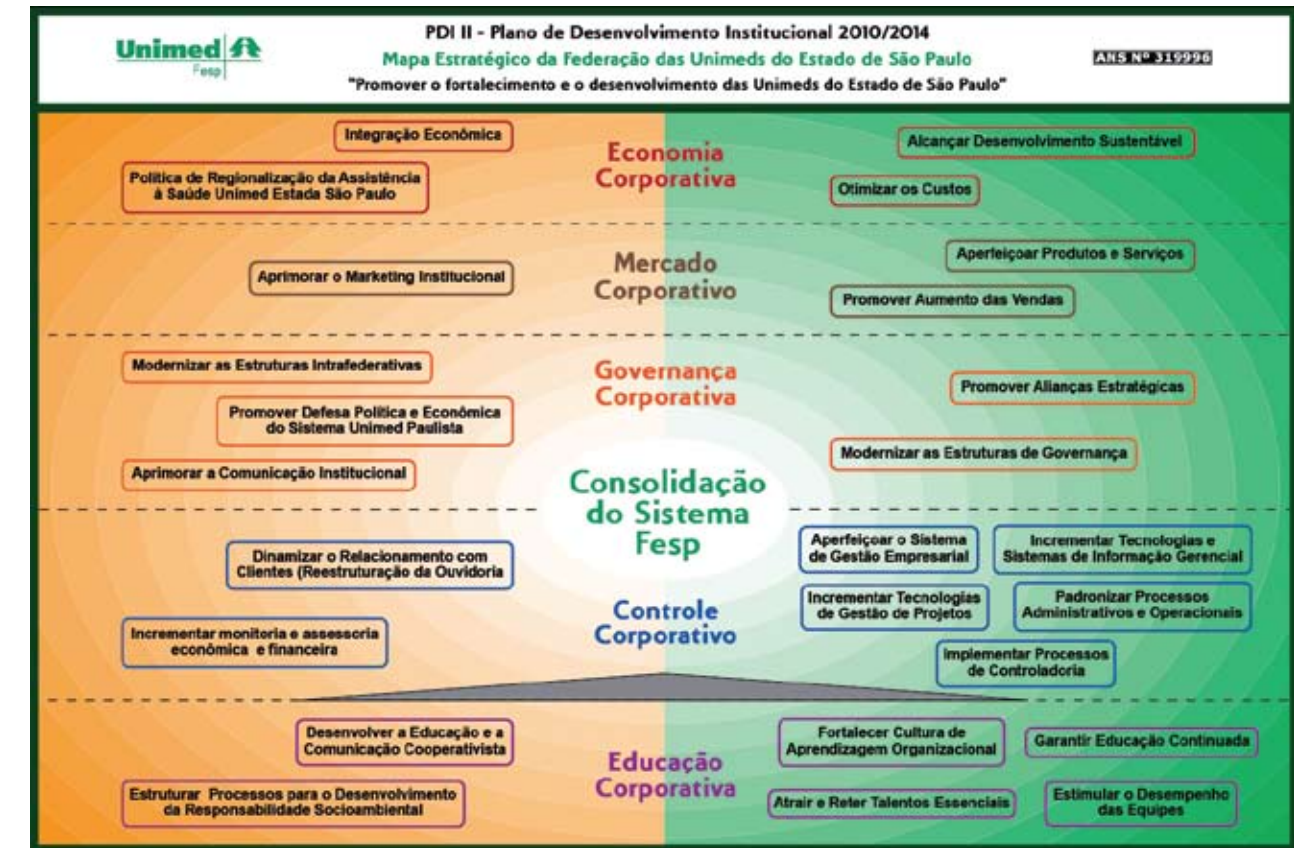
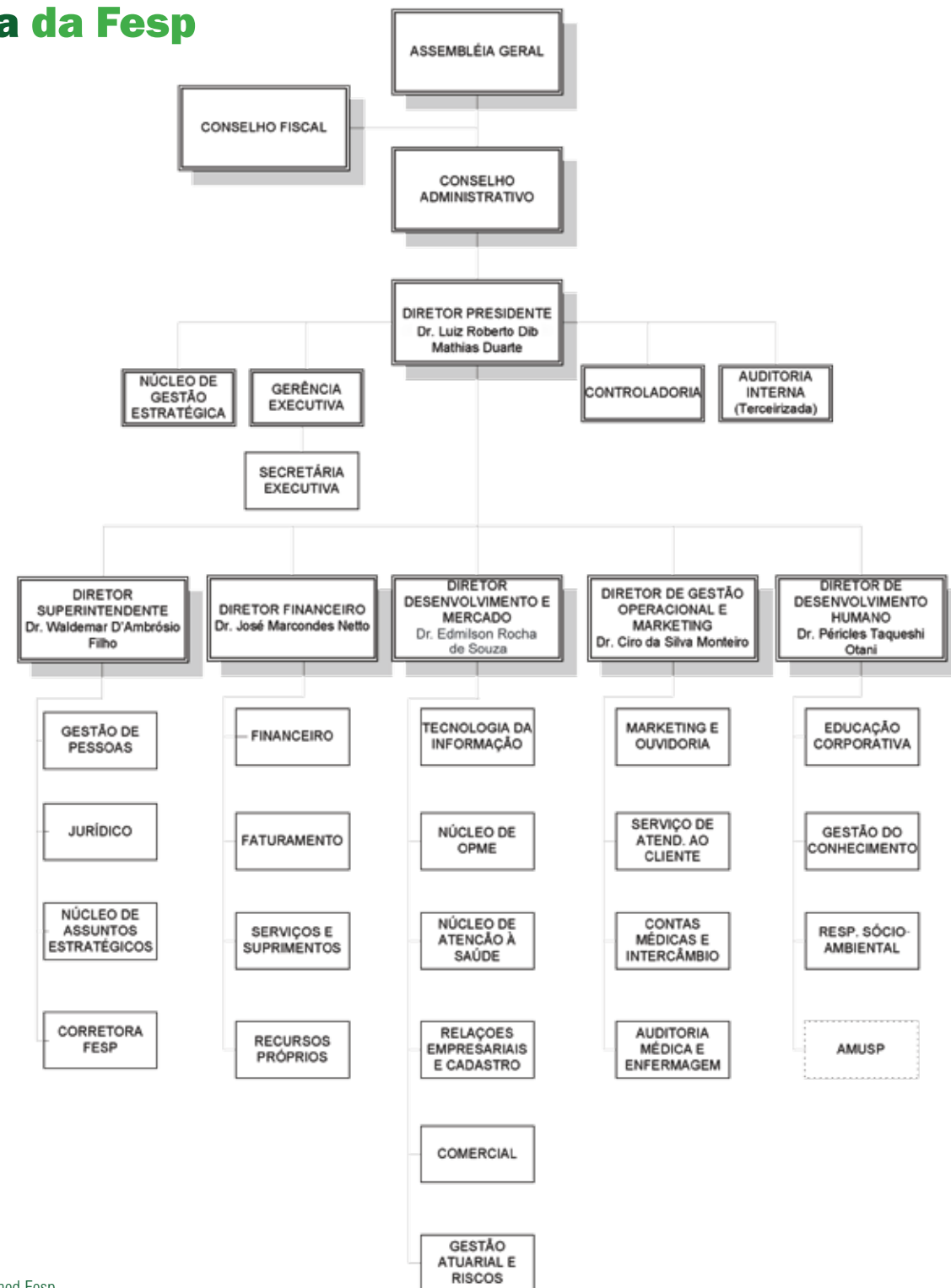
CONSELHO FISCAL Efetivos

Dr. José Roberto dos Santos Rodrigues
 Dra. Maria Aparecida Marcondes de Andrade Nogueira
 Dra. Maria Amélia Abdo Barreto

Suplentes

Dr. Antônio Marcílio Callou Torres
 Dr. José Francisco Moron Morad
 Dr. José Olímpio Henriques

Organograma da Fesp

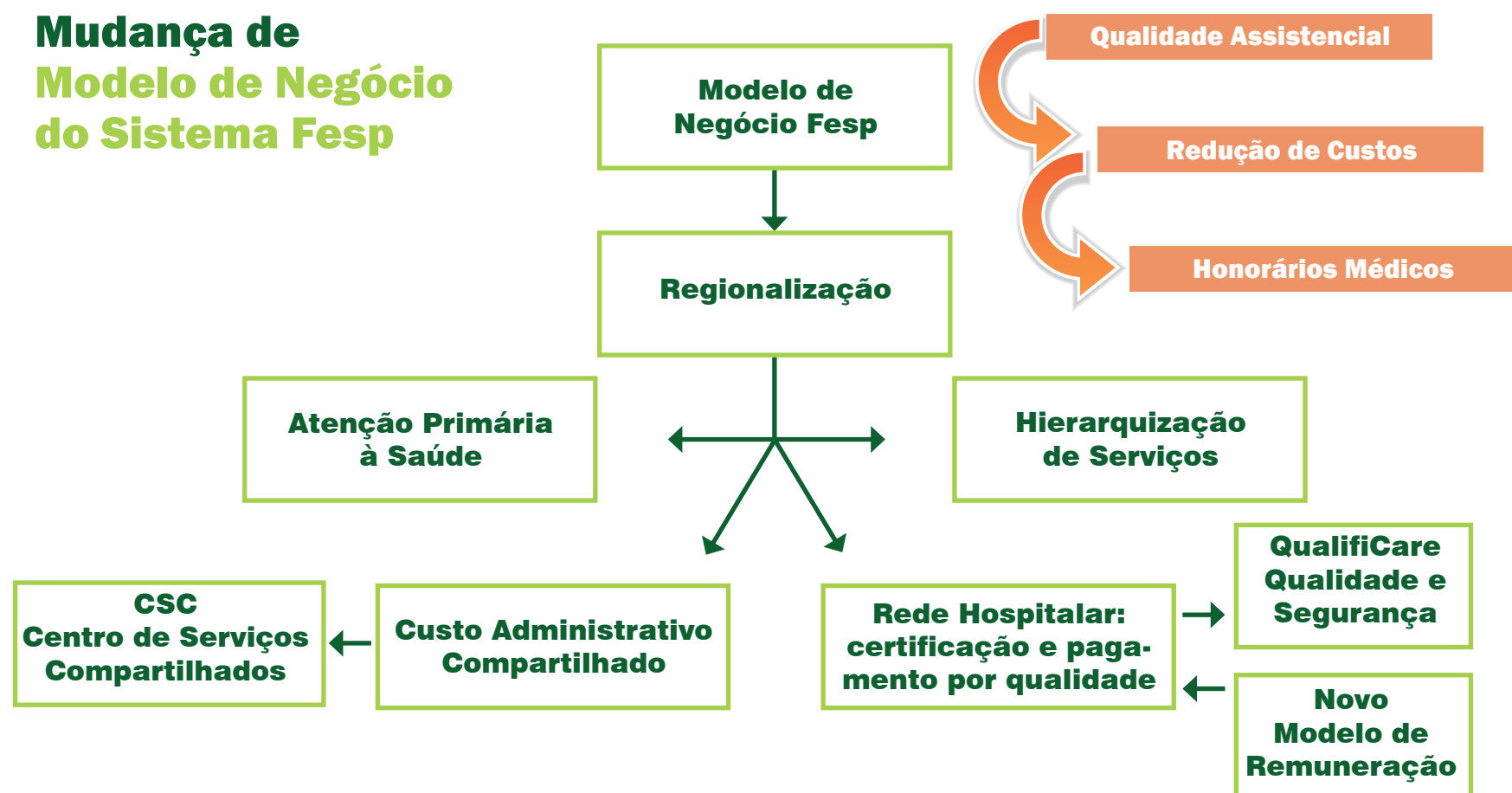


PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Visando à constante profissionalização, qualificação e excelência de seus serviços, a Fesp criou e implantou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) II. Trata-se de um documento que define as regras e rumos que a gestão 2010-2014 deve seguir, dando continuidade ao plano de administração do quadriênio anterior. O PDI II tem como objetivo a sistematização de ações, programas e projetos no âmbito das Cooperativas Singulares e Federações Intrafederativas paulistas. O direcionamento estratégico proposto pelo PDI considera as tendências evolutivas do setor de medicina e Saúde Suplementar do País, além das tendências políticas, sociais, econômicas e tecnológicas. Todas as ações e linhas gerais propostas no PDI II estão vol-

tadas basicamente para quatro aspectos: regionalização das ações da Fesp, maior integração das Unimed, padronização de processos e consolidação do Sistema Unimed do Estado de São Paulo. Os resultados dessas ações são divulgados internamente, de maneira periódica, por meio do informativo Gestão à Vista. Trata-se de um painel, distribuído em todas as áreas e setores da Fesp, no qual são apresentados os resultados monitorados de cada projeto, bem como seus impactos nos indicadores globais e metas da Fesp. Ao longo do ano de 2012, todo esse empenho permitiu o amadurecimento de uma cultura organizacional focada em gestão do conhecimento que possibilitou à Diretoria Executiva a definição institucional das premissas de um Novo Modelo de Negócio, orientado ao alinhamento das Unimed paulistas às grandes Diretrizes do Sistema Unimed Nacional.

Mudança de Modelo de Negócio do Sistema Fesp



Na perspectiva deste Novo Modelo de Negócio, grande atenção é dada à centralização dos principais serviços operacionais com vistas à maior agilidade dos processos operacionais, melhoria do controle e qualidade dos serviços administrativos, além da redução de custos. Também passam a constituir referências para o atendimento aos

usuários de planos de saúde novos paradigmas de qualidade e resolutividade na Atenção à Saúde e na Prestação de Serviços Médicos e Hospitalares. Todo esse esforço está direcionado à melhoria da remuneração do trabalho médico, objetivo final do Cooperativismo de Trabalho Médico. O incremento na remuneração dos cooperados e pres-

tadores deve ser uma consequência de uma política deliberada da melhoria da qualidade assistencial, segundo definida pela Fesp.

Destacaram-se as seguintes atividades:

- **Política de Regionalização da Assistência à Saúde** – Aplicação do Plano Diretor da Política de Regionaliza-



ção na Operadora Fesp, como atividade piloto preparatória para extensão desta atividade às Federações Intrafederativas. Neste projeto foram finalizados os estudos de Viabilidade para Regionalização da Estrutura de Serviços, Avaliação e Redefinição dos Critérios de Regionalização, Estudos dos Custos Assistenciais e definição de polos regionais de atendimento Médico Hospitalar de Alto Custo, e a Pesquisa e Catalogação das experiências e boas práticas de prestação de serviços nas Intrafederativas.

- **Projeto Regionalização de Serviços Administrativos** – O projeto tem por objetivo a estruturação de Centros de Serviços Compartilhados (CSC) nas áreas de ação das Federações Intrafederativas como uma solução prática para redução de custos administrativos e melhoria da qualidade de processos na administração das Cooperativas Singulares. São contempladas as seguintes áreas administrativas: Auditoria Médica, Contabilidade, Contas Médicas, Faturamento, Financeiro, Assessoria Jurídica, Recursos Humanos, Atendimento a Clientes (SAC), Serviços e Suprimentos e Tecnologia da Informação (TI). Neste projeto, a Fesp atua no plano institucional federativo oferecendo apoio logístico e conhecimento especializado que é disponibilizado e transferido no decorrer do processo.

- **Modernização da Estrutura Organizacional da Fesp** – No âmbito do projeto de Implantação e Dinamização do Serviço de Ouvidoria, e de Gestão por Orçamento, foram finalizados o levantamento e redesenho dos processos administrativos do Secretariado Executivo da Fesp.

CÓDIGO DE CONDUTA

Características de um empreendimento bem-sucedido

incluem negócios transparentes, cumprimento de deveres e obrigações, retidão e honestidade. Em mais de 40 anos de história, a Fesp construiu um trabalho de alta qualidade reconhecido tanto internamente, pelas demais Unimed e empresas do Sistema, como pelo mercado em que atua, a partir de seu trato com variados públicos. Este sucesso é a resposta prática de uma atuação embasada em princípios expressos e registrados no Código de Conduta.

Seu conteúdo, revisado e atualizado periodicamente, é fruto de uma colaboração multidisciplinar entre funcionários de todas as Unimed do Brasil, especialistas em diversas instâncias, gerentes e dirigentes, com o objetivo de aperfeiçoar os relacionamentos da Cooperativa e contribuir para o alcance de suas metas estratégicas e criação de valor. Trata-se de um compromisso firmado que orienta todo o trabalho realizado para um comportamento ético, claro, de respeito mútuo em todos os ambientes corporativos, de maneira a se tornar referência para as ações pessoais e profissionais de todo o quadro de funcionários, colaboradores e médicos cooperados.

8 princípios fundamentais respaldam as boas práticas de governança corporativa

01

Integridade, respeito às leis vigentes no Brasil e às normas internas

Proteção ao patrimônio físico, moral e intelectual da Unimed

02

Valorização do capital humano

04

A partir dessas diretrizes, a Fesp torna explícita sua postura social e corporativa, atendendo aos legítimos interesses de todas as partes envolvidas no negócio e no mercado da Saúde Suplementar, seja de forma direta ou indireta, e que em algum momento fazem parte do cotidiano da organização.

Compromisso com os clientes

05

Uso das informações e dos meios de informática

07

06

Respeito ao meio ambiente

08

Relacionamentos externos construtivos

ASSOCIAÇÕES

A Fesp é parte integrante de um contexto maior e está associada a outras instituições:

- Unimed do Brasil
- Instituto Ethos
- Câmara Americana de Comércio
- Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABVQ)
- Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)
- Aliança Cooperativa Internacional (ACI)
- Associação Internacional de Cooperativas de Saúde (Ihco)
- Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp)

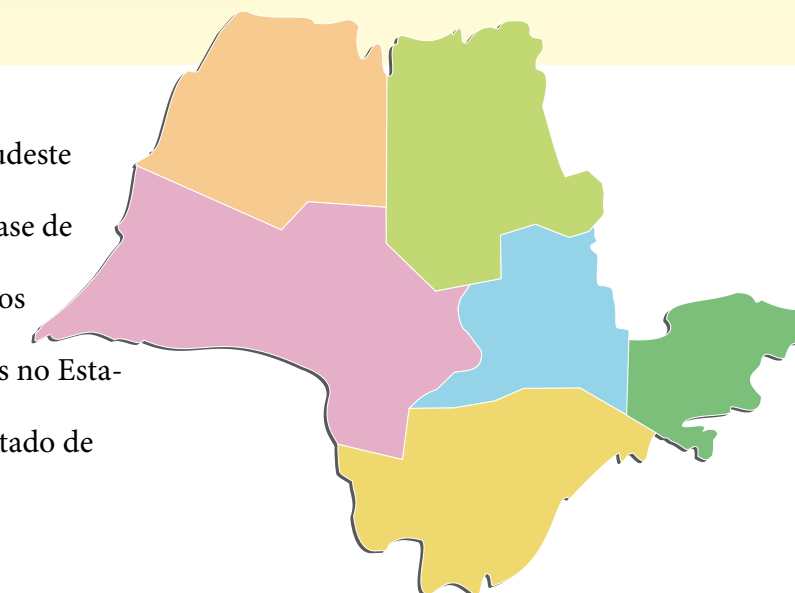
- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)

REPRESENTATIVIDADE DA UNIMED NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Sistema Unimed é a maior experiência de Cooperativismo de Trabalho Médico no mundo e também o maior plano de saúde do Brasil. A Fesp, que abrange as Unimeds do Estado de São Paulo, representa quase 22% de todo o Sistema Unimed e é classificada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) como operadora de saúde de grande porte. Unimed no Estado de São Paulo:

- ▶ 73 Cooperativas Singulares Unimed
- ▶ 6 Federações Intrafederativas regionais
- Federação Intrafederativa Oeste Paulista
- Federação Intrafederativa Nordeste Paulista
- Federação Intrafederativa Centro Paulista
- Federação Intrafederativa Centro-Oeste Paulista
- Federação Intrafederativa Vale do Paraíba

- Federação Intrafederativa Sudeste Paulista
- ▶ Mais de 563.000 vidas na base de clientes da Fesp
- ▶ 21,6 mil médicos cooperados
- ▶ 22,4 mil funcionários
- ▶ 5,1 milhões de beneficiários no Estado de São Paulo
- ▶ 41 hospitais próprios no Estado de São Paulo
- ▶ 2.761 leitos hospitalares



Visão

Ser referência de modelo político e organizacional do sistema de saúde cooperativista na sua área de atuação.

Missão

Promover o fortaleci-

mento e desenvolvimento das Cooperativas Unimed do Estado de São Paulo.

Valores

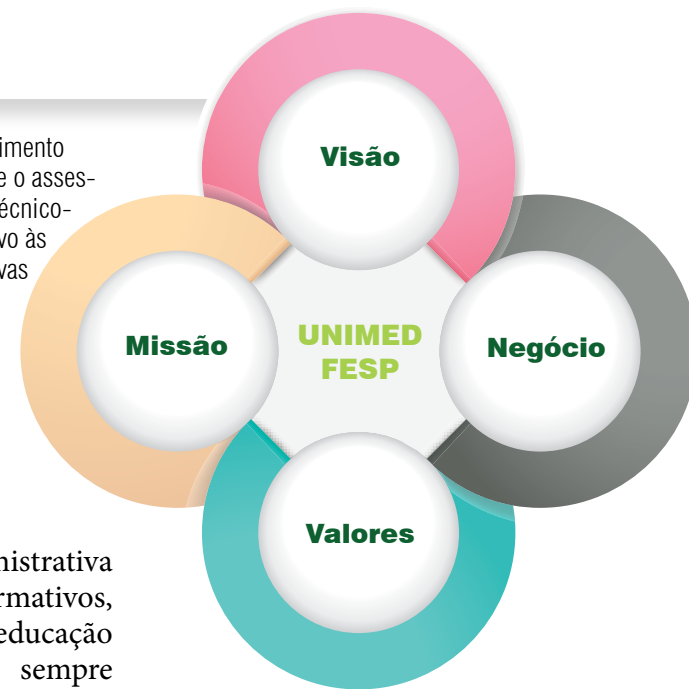
Ética
Honestidade
Transparência

Cumprimento de compromissos assumidos
Responsabilidade social
Princípios cooperativistas

Negócio

Representação política, promoção da integração

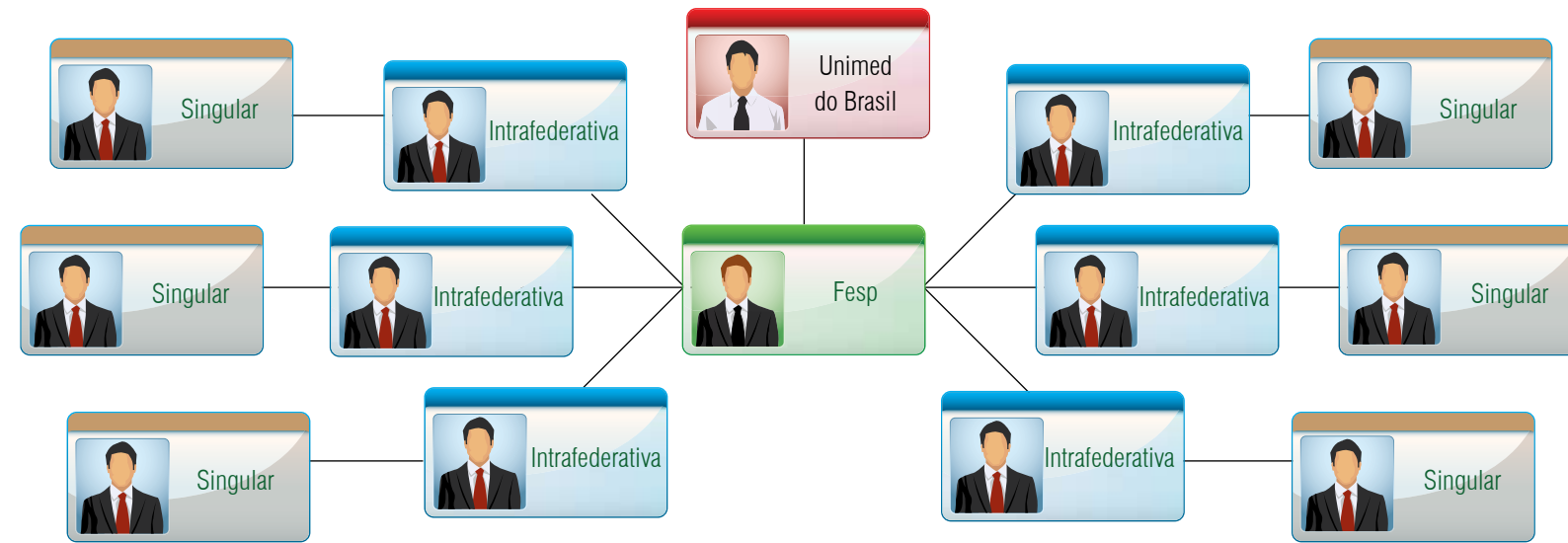
e desenvolvimento estratégico e o assessoramento técnico-administrativo às Intrafederativas e Cooperativas Singulares associadas.



PERFIL INSTITUCIONAL

A Fesp atua em diversos papéis, já que é uma Cooperativa que integra um sistema de Cooperativas organizado, e está subordinada à Unimed do Brasil, órgão máximo na hierarquia do Sistema Unimed nacional. Em relação às seis Unimed Federações Intrafederativas filiadas no Estado de São Paulo, bem como às 73 Unimed Singulares, a Cooperativa tra-

balha pela uniformização administrativa por meio de instrumentos normativos, desenvolvendo programas de educação e conscientização continuada, sempre respeitando a autonomia de cada Cooperativa. No que se refere aos clientes, seu princípio é identificar e atender as necessidades que se apresentam, superando as expectativas.



PANORAMA DA UNIMED NO BRASIL

- Participação de 38% no mercado de Saúde Suplementar
- 360 Cooperativas Unimed, cobrindo 83% do Território Nacional
- 109 mil médicos cooperados
- 111 hospitais próprios
- 3.097 hospitais credenciados
- 69 mil empregos diretos
- R\$ 30,1 bilhões em faturamento conjunto (2011)
- 18,8 milhões de clientes

(Fonte: Unimed do Brasil - www.unimed.com.br)

PODER DA MARCA UNIMED

- 29ª marca mais valiosa do País, com valor estimado em R\$ 3,2 bilhões, segundo a Brand Finance Consultoria.
- Detentora 23 vezes do Prêmio Mérito Lojista como plano de saúde preferido dos sócios da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas.
- Eleita em 2012, pela 11ª vez consecutiva, a marca de planos de saúde em que os brasileiros mais confiam na Pesquisa Marcas de Confiança, conduzida pela Revista Seleções/Ibope Inteligência.
- Eleita, pela quarta vez consecutiva, a marca mais lembrada e conquistou o Top of Mind Internet, Uol/Datafolha. Embora o prêmio esteja na sexta edição, em 2009 foi a primeira vez que a categoria Plano de Saúde foi inclusa. A marca teve 19% das lembranças em 2012.
- Lidera o Folha Top of Mind na categoria plano de saúde desde 1993. Em 2012, foi lembrada por 32% dos entrevistados.

(Fonte: Unimed do Brasil e Folha de São Paulo - www.folha.uol.com.br)

PREMIAÇÕES DA FESP

Em 2012, a Fesp conquistou diversos motivos para comemorar. O trabalho de alta qualidade, excelência e efetividade desenvolvido pela Cooperativa foi reconhecido em diversas instâncias, por meio de premiações direcionadas às grandes empresas nacionais e às Cooperativas de destaque no Sistema Unimed.

Confira os principais fatos que marcaram a Fesp em 2012!

150 Melhores Empresas para Você Trabalhar – Depois de um processo iniciado há sete anos, a Fesp conseguiu estreitar no ranking das

150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, um privilegiado grupo de empresas que se destaca das outras 4,3 milhões em todo o Brasil. A nota final da Fesp no ranking, que corresponde ao Índice de Felicidade no Trabalho, foi 73,4. A nota dos funcionários, que é medida pelo Índice de Qualidade no Ambiente de Trabalho, foi 79,4. Já a nota da empresa, que representa o Índice de Qualidade de Pessoas, foi de 59,6. Segundo a pesquisa, 85,5% dos funcionários da Fesp se identificam com a empresa, 78,7% estão satisfeitos e motivados, 74,5% acreditam ter desenvolvimento profissional e 81% aprovam seus líderes.



Selo Nacional Unimed de Governança Cooperativa – Outra conquista inédita foi o Selo Ouro de Governança Cooperativa. Promovido pela Unimed do Brasil, o prêmio tem como objetivo estimular o Sistema de Cooperativismo de Trabalho Médico à prática da Governança Cooperativa. A Fesp, em 2012, participou pela primeira vez do processo de preenchimento e foi premiada com o “Selo Ouro de Governança Cooperativa”.

Selo Unimed de Responsabilidade Social – Desde 2005 a Fesp participa do preenchimento do Selo Unimed de Responsabilidade Social, que é promovido pela Unimed do Brasil como uma forma de incentivar as Cooperativas no desenvolvimento de ações voltadas para a sustentabilidade. Em 2012, pela primeira vez, a Fesp conquistou o estágio 4, que representa o nível máximo da avaliação dos indicadores do Selo.

Prêmio Djalma Chastinet Contreiras de Responsabilidade Social – A boa pontuação obtida no Selo Unimed de Responsabilidade Social resultou em mais uma honrosa premiação para a Fesp: o Prêmio Djalma Chastinet Contreiras de Responsabilidade Social, que destaca as melhores práticas de gestão sustentável entre as mais de 360 Unimed.

MERCADOS ATENDIDOS

Além do forte aspecto de assessoria e apoio institucional voltado para as Unimed paulistas, a Fesp também tem atuação no mercado de Saúde Suplementar como operadora de saúde. Seu portfólio de produtos de assistência médica e hospitalar está orientado a clientes empresariais que mantenham sede, unidades ou operações no Estado de São Paulo. O atendimento efetivo desses clientes é realizado pelas Unimed locais (Singulares e Federações Intrafederativas) e sua rede credenciada localizada na região onde a empresa estiver instalada.

AMBIENTE REGULATÓRIO

A partir de 2000 passou a existir uma autarquia federal especial: a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão que é responsável por regular o relacionamento entre prestadoras e consumidores, buscando contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no Brasil. O estímulo às boas práticas, incluindo Governança Corporativa, melhora em índices de liquidez financeira, aumento de perspectiva de solvência, ampliação de ações de Medicina Preventiva, revisão e ampliação do Rol de Procedimentos, entre outros temas, são responsabilidade da Agência. O desenvolvimento desse trabalho se dá por meio da regulação, que é um conjunto de medidas do Governo que envolvem a criação de normas, o controle e a fiscalização para assegurar o interesse público presente no mercado da Saúde Suplementar.

Para atuar dentro deste cenário, a Fesp fortalece canais de diálogo com os órgãos governamentais, a fim de atender as demandas e aprimorar o relacionamento com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Nessas oportunidades, a Fesp tem direcionado as discussões no sentido de tornar cada vez mais clara à ANS a diferenciação entre: operadoras de planos de saúde que representam a Medicina de Grupo e operadoras que integram o Cooperativismo de Trabalho Médico, caso do Sistema Unimed. As Medicinas de Grupo são empresas mercantilistas, que atuam no mercado da saúde visando ao lucro. Já o Sistema Unimed, que

é formado por Cooperativas, não tem fins lucrativos, mas atua buscando oferecer oportunidades de trabalho dignas para os médicos cooperados e uma assistência médica de qualidade para seus clientes. Essas formas distintas de posicionamento mercadológico e de administração mostram a necessidade de um tratamento adequado às Cooperativas por parte do Governo.

Muitas são as atividades da Fesp que promovem o encontro entre médicos cooperados, dirigentes, juristas, representantes de entidades médicas e da ANS, a fim de ampliar o conhecimento dos detalhes que envolvem todas as partes, sempre com a proposta de uma solução tangível, saudável e que beneficie o usuário, no fim de todo o processo.

Para se ter ideia do volume de regulações, com a entrada em vigor da Resolução Normativa (RN) Nº 259, de 19/12/2011, a ANS implementou em 2012 novas medidas de acompanhamento das operadoras. Foram editadas pela ANS 31 resoluções normativas em 2012, merecendo destaque a RN nº 278, que trata do Programa de Conformidade Regulatória, e a RN nº 279, que passou a estabelecer novas regras para manutenção dos planos para inativos. A RN nº 304 trouxe às operadoras novas mudanças em relação à obrigatoriedade de apresentação de Nota Técnica de Registro de Produto, para os contratos empresariais. Por meio do departamento jurídico, que dispõe do Núcleo ANS formado por uma equipe especializada, a Fesp defendeu os interesses das Unimed Singulares e Federações Intrafederativas filiadas nas teses relacionadas a essas questões.

No ambiente da Justiça, a Fesp seguiu evoluindo na produção e publicação de materiais que compõem a Cartilha de Apoio Médico e Científico ao Poder Judiciário, produzida pelo Comitê de Apoio ao Judiciário (Caju), formado por profissionais da Fesp, do Centro Cochrane do Brasil e do próprio Judiciário, que trabalhou com a perícia científica da Medicina Baseada em Evidências (MBE), buscando contribuir para que decisões jurídicas

a respeito de procedimentos médicos e saúde possam ser mais seguras. O material é constantemente atualizado e disponibilizado no Portal Unimed. A soma desses esforços contribui para o fortalecimento do Cooperativismo de Trabalho Médico, bem como do Sistema Unimed como entidade econômica, e unifica os posicionamentos das Cooperativas em uma discussão com mais propriedade sobre o mercado de planos de saúde no Estado de São Paulo e no Brasil.

ASPECTOS POLÍTICO-SOCIAIS

Em termos gerais, a regulação da Saúde Suplementar no Brasil é um processo recente. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) obteve significativos avanços que se refletem em mais segurança e um melhor serviço prestado aos beneficiários.

No entanto, a agressiva política de capitalização e constituição de ativos garantidores de reserva técnica*, aplicada em relação às operadoras, tem representado um grave desafio que, muitas vezes, extrapola as condições de Cooperativas saudáveis financeiramente. Fator que influencia esse desequilíbrio está no fato de que o Sistema Unimed é visto, frequentemente, como organização mercantilista no negócio da saúde.

Dessa forma, a face cooperativista da instituição, que não visa ao lucro e está voltada para a qualidade do serviço e dignidade do trabalho médico, é ignorada pelos órgãos governamentais. A complementação e atualização no texto da Lei dos Planos de Saúde (Lei nº 9.656/1998) é uma das metas do Sistema Unimed na busca da adequação do marco legal que rege o mercado em que atua.

A vivência organizacional da Fesp em sentido mais amplo, por ser uma Cooperativa inserida num contexto que engloba outras Cooperativas de diversos ramos, se manifesta também pela constante parceria com o

Saúde Suplementar no Brasil

- 48,6 milhões de pessoas possuem planos de assistência médica com ou sem odontologia.
- O número de beneficiários em 2012 cresceu 2,2% em relação a 2011.
- 25% da população têm cobertura de planos privados de saúde.
- 973 operadoras médico-hospitalares estão em atividade no Brasil. Redução de 3% em relação a 2012.
- Taxa de cobertura dos planos de assistência médica no Estado de São Paulo supera 30%.

Fonte: Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) – www.ans.org.br /dez 2012

* As provisões obrigatórias constituídas procuram garantir a cobertura de eventos ocorridos e dos ocorridos e não avisados. Após a sua constituição contábil, a operadora deve materializar essas garantias na forma de ativos financeiros e/ou imóveis que devem possuir características de liquidez, segurança e rentabilidade.

Sistema OCB (Organização das Cooperativas do Brasil)/Sescoop SP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo), por meio de eventos e promoção conjunta de cursos aos seus públicos, cooperados, funcionários e demais stakeholders. Outra frente de trabalho desta parceria contribui para o reforço na demonstração, principalmente à ANS, das características específicas do Cooperativismo de Trabalho Médico, que devem ser levadas em consideração pela Agência em sua regulação de mercado.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Devido à vinculação das reservas técnicas junto à ANS, a Fesp manteve a estratégia de 2011 de seguir realizando investimentos para esta modalidade em papéis privados de longo prazo (80% em Certificado de Depósito Bancário – CDB) vinculados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (Cetip) e fundos de investimentos (20% Fundo Dedicado ANS), enquanto que os recursos para livre movimentação foram colocados em CDBs e operações compromissadas com liquidez diária, que apresentam uma boa performance.

De acordo com o Estatuto Social e às disposições contidas na Lei 5.764/71, das sobras brutas apuradas, são também previstas destinações de 5% para o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates), que é voltado para a promoção dos serviços assistenciais da Fesp, nos seus aspectos técnicos, educacionais e sociais, desde que direta ou indiretamente ligados às finalidades da sociedade, podendo ser estendido aos cooperados das UnimedS Singulares, seus dependentes e aos empregados da Cooperativa. Ainda das sobras brutas, outros 10% seguem para o Fundo de Reserva, instituído para a reparação de eventuais perdas.

Além destas reservas, a Fesp mantém um fundo criado por decisão de Assembleia Geral Extraordinária: o Fundo de Apoio

ao Núcleo de Ações Estratégicas (Fanae), constituído em 2003, atualmente formado mediante transferência de dois terços da contribuição social mensal das UnimedS federadas, tendo por objetivo custear as despesas e as ações do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE). Veja mais informações na página 45.

Mesmo com um panorama adverso economicamente, no ponto de vista das operadoras de saúde e do mercado da Saúde Suplementar no Brasil, a Fesp tem conseguido resultados positivos. As reduções de impostos em setores específicos marcaram uma virada na condução nacional da política econômica em 2012. O Governo adotou medidas ao longo do ano que buscavam impactar o setor produtivo, ao mesmo tempo em que esperavam incrementar o consumo para preservar uma curva satisfatória de crescimento.

ASPECTOS TECNOLÓGICOS

No atual contexto da Saúde Suplementar, a constante evolução tecnológica na medicina tem provocado uma utilização distorcida dos planos de saúde. À medida que a alta tecnologia vem oferecendo novas modalidades de exames, tem se tornado comum a prescrição exagerada e desnecessária desses recursos, o que aumenta exponencialmente o custo da assistência médica.

Cada vez mais importante nesse cenário, a Medicina Baseada em Evidências vem sendo amplamente utilizada pela Fesp como ferramenta que faz uma ponte entre as últimas e melhores conclusões da medicina, em âmbito mundial, e o atendimento médico prestado pelas UnimedS do Estado de São Paulo. A Fesp está proporcionando conhecimento nesse campo aos médicos cooperados, de maneira que eles apliquem e orientem tratamentos que realmente estão respaldados em resultados comprovados, diferente do que acontece muitas vezes em que a fama de determinado medicamento ou exame ultrapassa sua real contribuição para a saúde das pessoas.

O mesmo recurso é utilizado para ampliar o conhecimento dos magistrados, operadores do Poder Judiciário, no sentido de facilitar e fornecer bases isentas cientificamente para decisões em saúde, quando julgarem ser necessárias mais informações sobre procedimentos de saúde ou medicamentos.

Um dos trabalhos que têm sido desenvolvidos para ajudar a transformar esta realidade faz parte da Política de Regionalização da Assistência à Saúde, que por sua vez engloba o Projeto de Reformulação do Modelo de Remuneração de Hospitais Próprios. A partir daí, iniciou-se a operacionalização dos módulos relacionados a custos e qualidade assistencial, hierarquização da assistência médica, mapeamento e classificação de recursos próprios, rede credenciada e contratualização (utilização de planilhas de custos como balizadoras das negociações de preços de serviços médicos e hospitalares), implementados no âmbito do Projeto Piloto em parceria com a Planisa.

No Fesp, a tendência cada vez mais consolidada é o avanço no sentido oposto: os investimentos em tecnologia são realizados com o objetivo de reduzir os altos custos e oferecer às UnimedS filiadas formas mais eficientes de gerenciamento de saúde, o que resulta em uma assistência médica mais custo-efetiva e melhores e mais ágeis resultados aos beneficiários.

ASPECTOS DO SETOR DA SAÚDE

Desde 2003, a quantidade de beneficiários inscritos em planos



de saúde privados no Brasil saltou de 32 milhões para mais de 48 milhões em setembro de 2012, segundo dados do Sistema de Informações de Beneficiários da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Um dos grandes influenciadores desse crescimento é a melhora do poder aquisitivo da população que, diante das incertezas do Sistema Único de Saúde (SUS), prefere se vincular à Saúde Suplementar, o que certamente fortalece o setor. Mas, ao mesmo tempo, a judicialização da medicina*, as crescentes demandas de reservas pela ANS e o alto custo tecnológico da assistência médica são aspectos que colocaram muitas operadoras em dificuldades para se manter.

Paralelamente, em virtude deste cenário no mercado dos planos de saúde, a Fesp também segue investindo na Atenção Primária à Saúde, modelo de atendimento que é largamente praticado em países da Europa com grande sucesso, e promove um relacionamento mais individualizado e abrangente do médico para com seu paciente. O foco passa a ser uma análise que valoriza o primeiro contato do usuário com o serviço médico, a continuidade do atendimento, a integralidade e a coordenação do cuidado de maneira complementar e objetiva.

* Excesso de demandas feitas junto ao Poder Judiciário para a liberação de medicamentos, tratamentos e exames específicos que, por motivos diversos, não foram disponibilizados ao usuário.

4. Ambiente Econômico

Para garantir a excelência operacional, a Fesp age implantando controle nos processos para eliminar possíveis falhas, de maneira auditada*, contribuindo significativamente para o resultado da organização, sempre com foco na qualidade. Essa prática gerou melhores resultados em comparação a 2011.

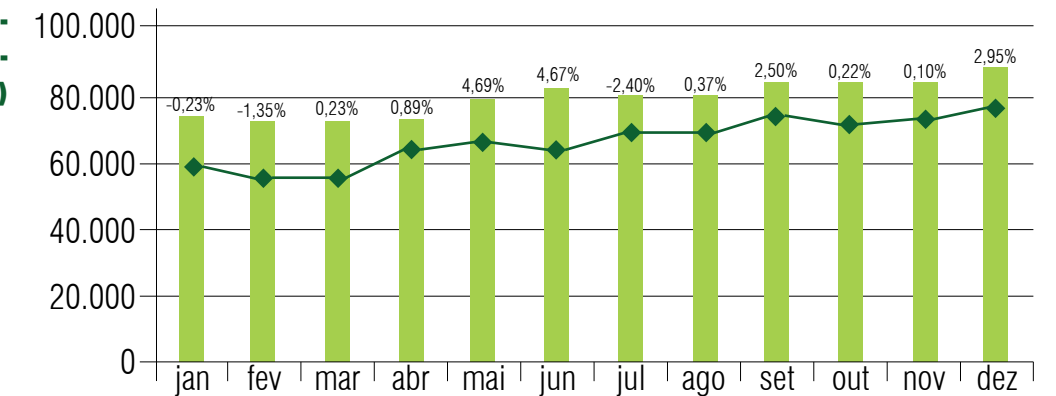
Em 2012, no período acumulado de janeiro a dezembro, o faturamento apresenta um crescimento de 17,15%, totalizando: R\$ 968.419.253,00.

* Auditoria Independente promove a segurança e simetria dos números em relação à administração e aos dados declarados pela empresa, o que garante o controle da propriedade sobre a gestão.

Nota: As informações financeiras abertas e complementares a este capítulo constam nas Demonstrações Contábeis, anexadas a este relatório.

FATURAMENTO MENSAL E VALOR COMPARADO ENTRE 2011 E 2012, IDENTIFICANDO EVOLUÇÃO MÊS ANO ANTERIOR (1º PERCENTUAL) E CRESCIMENTO MENSAL (2º PERCENTUAL)

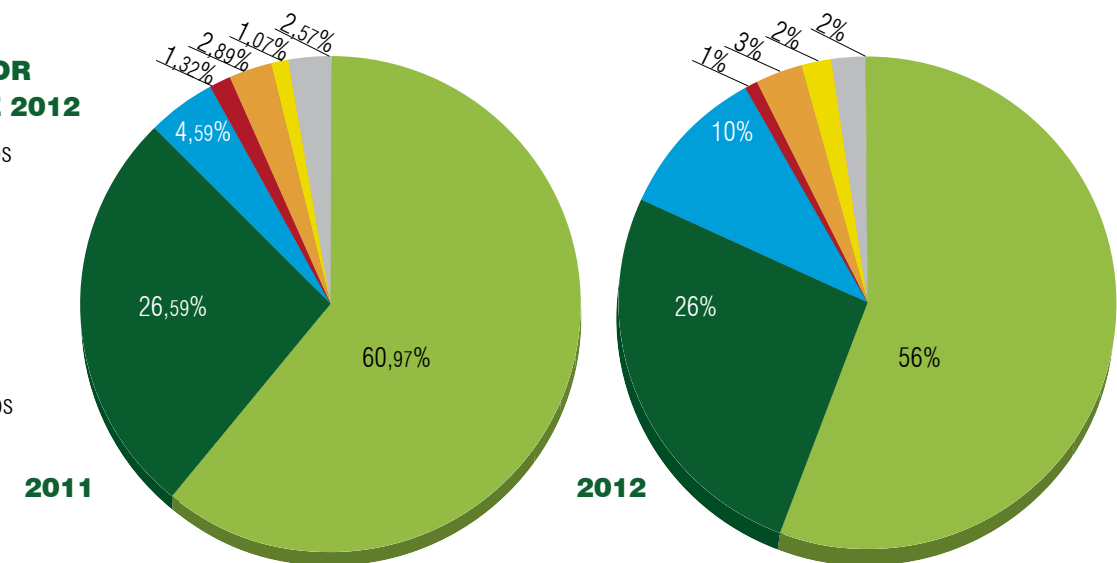
■ 2011 ■ 2012



A geração e distribuição de valor fornecem uma indicação mais clara da forma como a Fesp gerou riqueza para seus stakeholders. Abaixo segue a % da distribuição do valor adicionado em 2011 e 2012.

COMPARAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO % DO VALOR ADICIONADO FESP 2011 E 2012

- Empregados/Diretores/Conselheiros
- Governo
- À disposição da AGO
- Sociedade
- Juros de capital próprio
- Constituição de reservas e fundos
- Remuneração de capitais e terceiros



O patrimônio líquido da Fesp, em 2011, foi de R\$ 52.576.708,00, enquanto em 2012 este montante chegou a R\$ 61.003.402,00.

A Sinistralidade, que basicamente significa a relação entre os custos sobre as receitas de uma operadora, reflete o quanto ela terá que pagar em indenização para cada R\$ 1,00 de prêmio recebido.

Por exemplo, uma taxa de sinistralidade de 70% significa que, para cada R\$ 1,00 recebido em prêmio, a seguradora gasta R\$ 0,70 no pagamento de indenizações.

Fórmula utilizada:

$$S = \frac{DA - C}{R}$$

S = Sinistralidade; C = Recuperação de coparticipação; DA = Despesas Assistenciais; R = Receita.

Em 2012, a Fesp ficou mais próxima de sua meta (82%), assim como da meta da ANS (75% a 80%). O índice ainda representa um desafio para a gestão da Fesp em 2013.

Sinistralidade*	2011	2012	Meta da ANS
Anual	85,6%	83,4%	80%

*Calculada sobre o percentual do custo assistencial (despesa efetivamente despendida com serviços de cooperados, prestadores e despesas com intercâmbio) em relação à receita da carteira de clientes



5. Desempenho social e relacionamento com as partes interessadas

Manter uma boa e produtiva relação com os diversos perfis de públicos da Federação das Unimed's do Estado de São Paulo (Fesp) é uma tarefa que está inserida em seu DNA corporativo. A prática fiel do que determina seu Estatuto Social, representando institucionalmente as Unimed's Paulistas e assessorando-as em diversos aspectos administrativos e técnicos, já demanda que o trato com stakeholders seja o mais transparente e saudável possível em todos os níveis.

A comunicação institucional desempenha um importante papel nesse contexto e envolve boas práticas de Governança Corporativa. A primeira edição do Relatório de Sustentabilidade da Fesp, em 2012, certificado no nível B pela Global Reporting Initiative (GRI), constitui uma referência importante para avaliação do público de relacionamento externo com referência à segurança e sustentabilidade oferecida pelo sistema de gestão aos negócios da Cooperativa. Também as diversas publicações

da Fesp direcionadas aos públicos internos e, principalmente, externos, incluindo Relatório de Gestão e revista **Universo Unimed**, constituem instrumentos da divulgação de resultados da gestão do negócio da Fesp que tornam mais transparentes os procedimentos de governança corporativa.

Outro importante papel tem sido desempenhado pelo sistemático apoio da Diretoria Executiva em prol do desenvolvimento e reforço à integração política e econômica da Fesp com as Intrafederativas e as Singulares. O resultado tem sido a maior transparência e segurança nas ações administrativas da Fesp, bem como maior segurança das Cooperativas e dos médicos cooperados em relação à gestão dos negócios empresariais do Sistema Unimed Paulista.

Em 2012, a Fesp disponibilizou dezenas de produtos e serviços às 73 Cooperativas Singulares e 6 Federações Intrafederativas.

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A Fesp existe para representar as Cooperativas associadas em âmbito estadual junto à Unimed do Brasil, em âmbito nacional e internacional – por meio da Unimed do Brasil – promover a integração, acompanhamento, orientação e coordenação das Unimed's filiadas, especialmente nos empreendimentos que transcendam a capacidade ou conveniência das Federações Intrafederativas e Singulares. Deve organizar o intercâmbio de serviços, interesses e informações, assegurar e difundir a Política de Responsabilidade Socioambiental, além de atuar junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sempre em defesa dos interesses das associadas. As atividades, de modo geral, impulsionam o desenvolvimento da Unimed no Estado de São Paulo.

OPERAÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE

A Fesp capta clientes que se enquadram no perfil delimitado em pessoas jurídicas, além de diversos outros critérios específicos, para que sejam atendidos pelas Unimed's Singulares do Estado de São Paulo. Essa atuação, que complementa a venda de planos de saúde pelas filiadas, permite a cobertura de saúde em todo o território estadual.

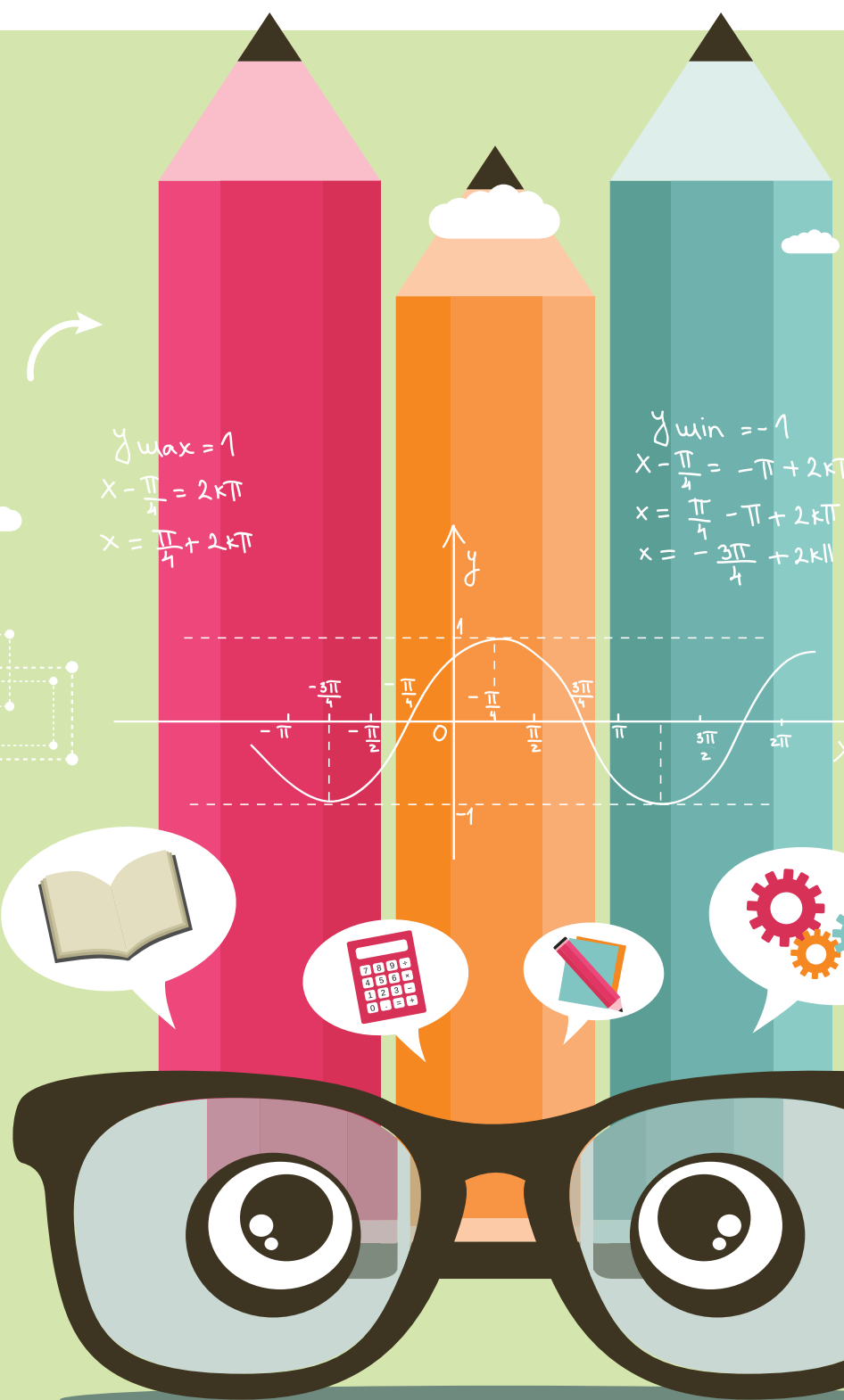
Institucional

Operadora

PRODUTOS E SERVIÇOS

1. Fóruns itinerantes	Atualização profissional de dirigentes a respeito de questões jurídicas.
2. Assessoria Jurídica	Elaboração de pareceres e orientações nas áreas cível, cooperativista, trabalhista, tributária e ANS.
3. Consultoria Atuarial em Planos de Saúde	Responsabilidade técnica junto à ANS sobre todos os efeitos atuariais legais.
4. Programa de Monitoramento	Acompanhamento financeiro e contábil das Unimed.
5. Assessoria gerencial de contratos	Assessoria na elaboração de Relatórios de Desempenho de Contratos das Unimed (análise da sinistralidade dos contratos).
6. Medicina Preventiva	Programas de Prevenção à Saúde nas empresas, Gerenciamento de Doenças Crônicas, Atendimento Domiciliar e Internação Domiciliar.
7. Banco de Dados de Recursos Próprios	Ferramenta de assessoria para qualificação e regionalização de recursos e serviços próprios.
8. Programa QualiCare	Realização de classificação e avaliações dos hospitais da rede própria das Unimed Singulares do Estado de São Paulo.
9. Implantação de Núcleos de Desenvolvimento Humano	Suporte na implantação dos Núcleos de Desenvolvimento Humano nas Unimed.
10. Assessoria em Responsabilidade Socioambiental (RSA)	Implantação de Programas federativos, fomento para atuação técnica em RSA e gerenciamento de indicadores de sustentabilidade.
11. Programas de Educação	Atividades educacionais nas modalidades MBA e pós-graduação, cursos extensivos, técnicos, palestras e oficinas.
12. Medicina Baseada em Evidências	Programa que permite a solicitação de pareceres e proporciona desenvolvimento em Medicina Baseada em Evidências, visando à formação de médicos e enfermeiros auditores.
13. Hospedagem de e-mails, sites e administração remota	Estrutura em tecnologia, segurança no ambiente Web, estatísticas de acessos, suporte técnico, manutenção e edição remota de conteúdo.
14. Consultório On Line com biometria e prontuário	Sistema via Internet de captura de dados para autorizações de procedimentos (consultas, exames, internações, complementos) entre Unimed (Intercâmbio).
15. Licença para ferramentas de sistema de gestão	Intermediação para aquisição ou manutenção de licenças de uso compartilhado de tecnologia.
16. Call Center (SAC Estadual)	Compartilhamento da estrutura e da prestação de serviços de call center.
17. Ferramenta de Gerenciamento de Crônicos	Ferramenta desenvolvida para ser utilizada em Programa de Gerenciamento de Doenças Crônicas.
18. Ferramenta QlikView	Ferramenta de Business Intelligence (BI) para extração de informações estratégicas da operadora.
19. Agenda Médica	Sistema que atende à Resolução Normativa 259/268 da ANS e possui interação para agendamento de consultas via Web.

20. Disco Virtual	Sistema on-line capaz de enviar, receber e armazenar arquivos de forma prática e segura.
21. Consultoria em Tecnologia	Serviços que vão desde a criação e implementação de infraestrutura até o incremento da atual.
22. Assessoria e Negociações de OPME	Levantamento da necessidade das Unimed, pesquisa de mercado, análise de propostas comerciais e intermediação com fornecedores de Órteses, Próteses e Materiais Especiais.
23. Sistema de Gestão de OPME	Ferramenta utilizada para gerenciar de forma padronizada e integrada todos os processos, desde a solicitação até o pagamento final dos materiais.
24. Sistema Consulta OPME	Ferramenta que permite às Unimed acessar a base de informações de cadastramento e regulação dos fabricantes, fornecedores, distribuidores, padronização das OPMEs, preços praticados e negociações do Comitê Técnico Nacional de Produtos Médicos da Unimed do Brasil.
25. Plano Odontológico	Parceria firmada com a Uniodonto e Unimed Odonto, para comercialização do plano às empresas.
26. Revista Universo Unimed	Publicação bimestral impressa distribuída aos médicos cooperados e Unimed que visa à divulgação de informações institucionais e trabalhos realizados pela Fesp e Sistema Unimed Paulista.
27. Portal Unimed	Publicação on-line de conteúdo misto (educativo, científico e e-commerce). Centraliza as principais ferramentas e soluções tecnológicas atualmente disponíveis para as Unimed Paulistas, além de disponibilizar informações institucionais e de interesses cooperativistas.
28. Plano de Continuidade Assistencial (PCA)	Cobertura adicional de continuidade de assistência médica hospitalar para usuários dependentes cujos titulares vierem a falecer.
29. Cobertura Adicional	Serviço de urgência e emergência que socorre o paciente onde ele estiver com rapidez e eficiência. Conta com ambulância, equipe de primeiros socorros e remoção. Médicos à disposição via telefone, esclarecendo dúvidas sobre saúde.
30. Unifly	Cobertura adicional para transporte aeromédico.
31. Plano de Médicos Cooperados	Solução completa para a saúde dos médicos cooperados das Unimed Singulares
32. Assessoria e Consultoria em Gestão de Pessoas	Orientação às Unimed em questões trabalhistas, previdenciárias, estrutura organizacional, cargos e salários e políticas de Recursos Humanos.
33. Auditoria Médica Hospitalar	Acompanhamento de internações de longa permanência, objetivando qualidade de atendimento com o melhor custo/benefício e desospitalização segura aos beneficiários.
34. Junta Médica	Definições de impasses ocasionados por divergências médicas estabelecidas a respeito de indicações de procedimentos, conforme preconiza a Resolução Consu nº 8, de 3 de novembro de 1998.
35. 2ª Opinião	Definições de casos complexos e de altos custos solicitados às Unimed por meio de pareceres técnicos nas seguintes especialidades: neurocirurgia, bucomaxilo, ortopedia, oncologia e cardiologia.



FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS UNIMEDS

Com base no quinto princípio cooperativista: “Educação, Formação e Informação”, a Fesp promove continuamente uma série de ações voltadas para a capacitação dos profissionais que atuam em suas 79 Unimeds filiadas no Estado de São Paulo.

■ Uma negociação entre a Fesp e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) definiu o investimento de R\$ 1.415.300,00, para a realização de ações educacionais por meio de um convênio. Deste valor, 80% foram destinados à educação para Unimeds e 20% para capacitação interna. Nesta modalidade, a prestação de contas frente ao Tribunal de Contas da União (TCU) é de corresponsabilidade da Fesp.

■ Com o recurso desta parceria, de maio a dezembro de 2012 foi possível viabilizar 187 ações presenciais e 1.399 a distância, todas voltadas para profissionais, dirigentes e parceiros do Sistema Unimed Paulista. Entre estas ações, estão presentes iniciativas estratégicas para o novo Modelo Assistencial, como os programas de Atenção Primária à Saúde, Programa de Qualificação de Recursos Próprios – QualifiCare e Saúde Suplementar em Foco.

■ Aproveitados como grandes ferramentas que impulsionam a formação e qualificação das Unimeds, podem-se destacar eventos como o Simpósio das Unimeds do Estado de São Paulo (Suesp), considerado o maior evento do gênero em todo o País. A vigésima-nona edição do Suesp, que teve como tema a palavra “União”, superou as expectativas geradas pelo crescente sucesso nos anos anteriores, e reuniu cerca de mil pessoas em quatro dias de encontro. Entre os participantes estão médicos cooperados, dirigentes do Sistema Unimed, empresas parceiras, técnicos e gestores de diversas áreas nas Cooperativas.

■ Outro importante evento que marca o calendário da Fesp é a Jornada de Desenvolvimento, e em 2012 aconteceu sua oitava edição, da qual participaram importantes nomes, como o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A Jornada segue como um importante momento de atualização e debate técnico sobre temas relevantes para as Unimeds paulistas.

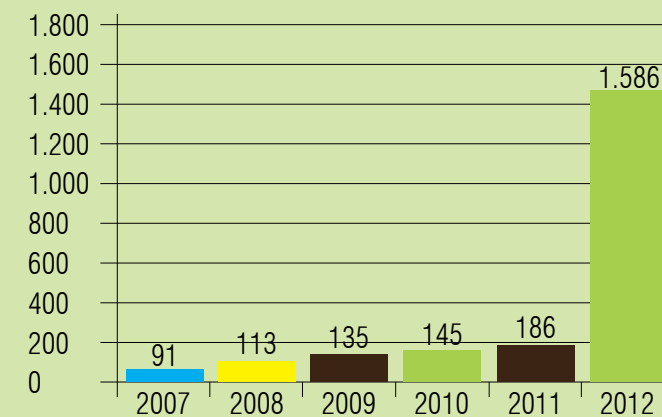
■ A revista **Universo Unimed**, editada pela Fesp com tiragem de mais de 26 mil exemplares, distribuídos a todos os médicos

cooperados e Unimeds do Estado de São Paulo e entidades ligadas à Unimed, contribuiu para a disseminação de informação e atividades realizadas pela Fesp. Temas ligados à Saúde Suplementar, ações de conscientização e fortalecimento dos laços institucionais, bem como a divulgação de destaques da Fesp suas filiadas, contemplam os principais assuntos abordados bimestralmente.

*A partir de 2012, os cursos passaram ser realizados em novas modalidades de acompanhamento.

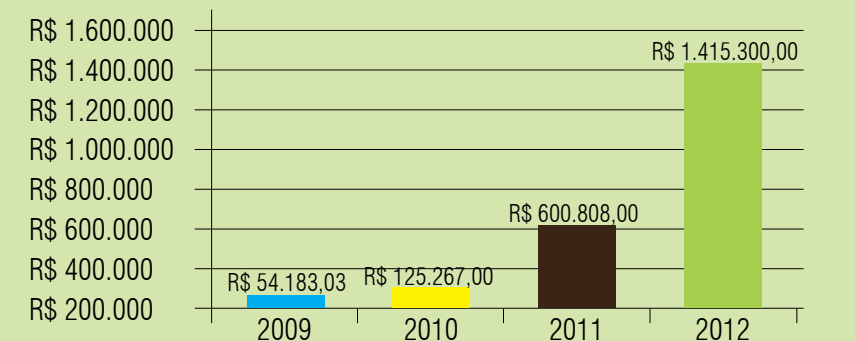
Educação corporativa					
Público externo (Unimeds Singulares e Intrafederativas)	Ações Presenciais	Ações Não Presenciais	Aprovação	Participações	Carga horária
	187	1.399	99%	5.757	35.530 horas

NÚMERO DE CURSOS EXTERNOS REALIZADOS



* Em 2012 estão contempladas as ações presenciais e e-learning. Nos demais anos, somente ações presenciais.

RECURSO DO SESCOOP



FORMAÇÃO E MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS

■ Voltadas para a capacitação de médicos cooperados quanto à utilização metodológica da Medicina Baseada em Evidências, a Fesp realizou 11 oficinas de trabalho em 2012, contando com a participação média de 25 auditores médicos, enfermeiros e advogados. A partir deste aprendizado, três questões clínicas próprias foram produzidas pelo grupo, o que demonstra a rápida evolução técnica e científica dos profissionais. Já a partir da demanda das UnimedS Singulares, seis questões clínicas foram desenvolvidas, segundo as características da necessidade local.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL

■ A preservação e manutenção da memória institucional da cooperativa são aspectos importantes para a Fesp. A valorização de sua história contribui para o estímulo e disseminação das práticas cooperativistas entre as UnimedS Paulistas. Em 2012, o foco deste trabalho esteve no levantamento apurado de materiais institucionais, o tratamento adequado a 12.793 documentos históricos e a sistematização para busca virtual.

PROJETO CULTURAL

Esta iniciativa foi motivada pelo crescente interesse do Sistema Unimed no uso de Leis de Incentivo Fiscal. Em 2012 foi apresentada uma proposta para aprovação do Conselho de Presidentes da Fesp, solicitada aprovação junto ao Ministério da Cultura, divulgado o projeto ao Sistema Unimed e iniciada a captação de recursos. O projeto tem como foco contribuir para a cultura paulista, promover os valores do Cooperativismo, mobilizar os cooperados em prol do projeto, servir de referência para as singulares, investir neste novo modelo de gestão por meio de leis de incentivos fiscais e valorizar a marca Unimed.

COMITÊS TÉCNICOS ESTADUAIS

Para a melhor operação e fortalecimento da relação da Fesp com as Cooperativas associadas, existem comitês técnicos administrativos que abordam variados aspectos do negócio das operadoras.

■ A Câmara Técnica de Intercâmbio é um fórum coletivo, no

âmbito específico da auditoria médica, para a solução de divergências entre as Cooperativas Singulares. Constituído pelos auditores médicos das seis Intrafederativas paulistas, o grupo se reúne periodicamente visando ao equilíbrio do sistema federativo e segue o manual de procedimentos desenhado pelo Comitê Federativo de Auditoria Médica e Enfermagem, conforme descrito no item seguinte.

■ Com papel regulador para a criação de normas e diretrizes técnicas internas para procedimentos, o Comitê Federativo de Auditoria Médica e Enfermagem realiza reuniões bimestrais e é representado por membros das Singulares e Intrafederativas do Estado de São Paulo. Usa como base para suas decisões o manual de intercâmbio nacional elaborado pelo Colégio Brasileiro de Auditores.

■ O Comitê Jurídico Estadual, que congrega os advogados das Cooperativas, discute trimestralmente questões normativas, reguladoras e jurídicas que afetam o sistema paulista com o intuito de evitar autuações e processos judiciais.

■ Os diretores financeiros das Intrafederativas e da Fesp formam o Comitê Financeiro das Federações Intrafederativas com a finalidade de promover negociações com grandes instituições financeiras em busca de melhores recursos financeiros para as associadas.

■ Constituído pelos dirigentes das associadas, o Núcleo de Negociação Estadual de OPME tem como atribuição definir os valores máximos referentes aos itens de órteses, próteses e materiais especiais que serão operacionalizados em todo o intercâmbio estadual.

■ Formado por representantes da Fesp e das Intrafederativas paulistas, o Conselho Editorial da revista **Universo Unimed** reúne-se periodicamente para definir as pautas da publicação institucional.

■ O Núcleo de Saúde Ocupacional promove discussões sobre a saúde ocupacional entre os profissionais dessa área que atuam nas Singulares e Intrafederativas.

CLIENTES UNIMED

A prestação de serviços de assistência médica de alta qualidade sempre foi uma das marcas do Sistema Unimed. No Estado de São Paulo, as 79 UnimedS, incluindo seis Federações Intrafederativas (regionais), comercializam planos de saúde familiares e empresariais. No âmbito da Fesp, são oferecidos produtos e serviços em duas modalidades distintas: adesão e empresarial. Os valores são sempre cobrados por faixa etária, de acordo com a idade do usuário.

■ **Plano por adesão** – Para organizações com, no mínimo, 400 vidas, que estabelecem vínculo associativo sindical com seus associados; política de livre adesão dos beneficiários ao plano; distribuição geográfica de, ao menos, três cidades dentro do Estado de São Paulo, desde que não haja concentração de 50% + 1 dos beneficiários na mesma localidade.

■ **Plano empresarial** – Para organizações com, no mínimo, 200 vidas, que estabelecem vínculo empregatício com seus colabora-

dores; política de adesão compulsória ao plano; distribuição geográfica de, ao menos, três cidades dentro do Estado de São Paulo, desde que não haja concentração de 50% + 1 dos beneficiários na mesma localidade.

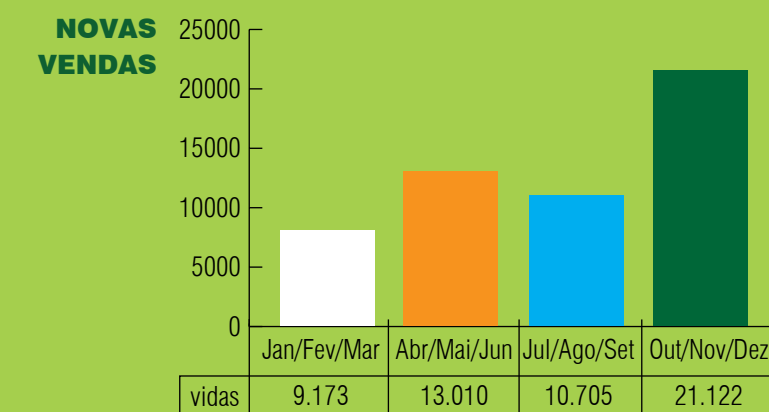
■ A satisfação do cliente pode ser obtida em uma única transação comercial, mas a fidelidade só se conquista em longo prazo. É com este pensamento que a Fesp realizou 524 visitas de fidelização, fortalecendo a personalização do atendimento, tratando cada cliente como se fosse o único e mantendo o histórico da carteira. Em 2012, foram realizadas 304 novas implantações de planos de saúde, o que inclui funcionários novos de empresas já clientes e funcionários das empresas que começaram a utilizar planos da Fesp em 2012, perfazendo ao todo 11.334 novas vidas.

■ Em 2012 o volume de vendas aumentou na ordem de 28%, comparado ao ano anterior, e gerou um total de 54.000 novos beneficiários para a carteira da Fesp.*

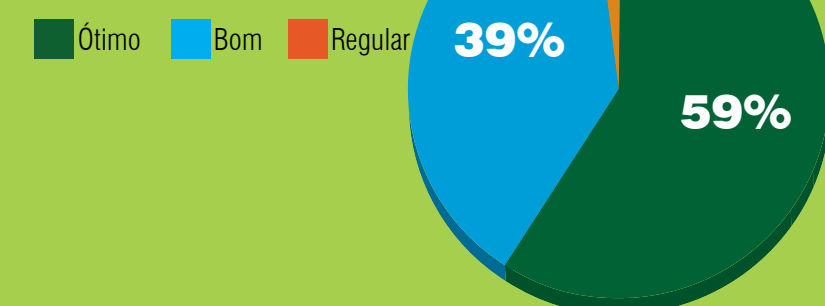
* Esses dados referem-se, exclusivamente, a novas inclusões. Não devem ser considerados para o total final de beneficiários, pois durante o exercício há casos de contratos finalizados, reduzindo o volume de vidas contabilizadas.



	Grupos de contratantes	Número de beneficiários
2011	159 empresas	530.866
2012	187 empresas	563.478

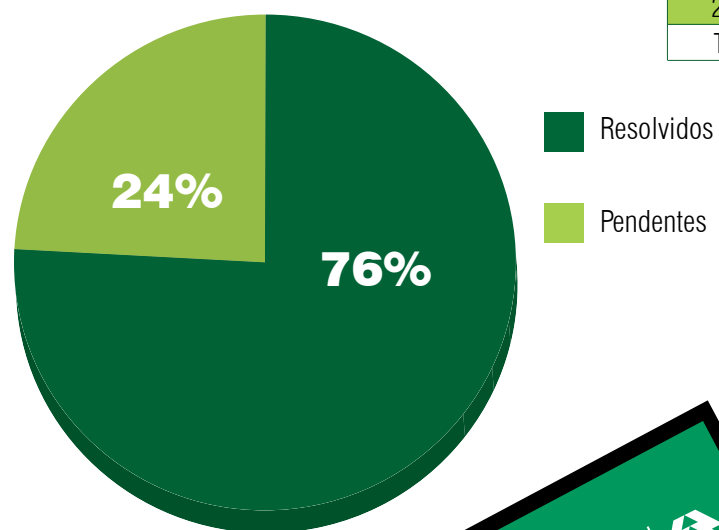


GRAU DE SATISFAÇÃO COM AS APRESENTAÇÕES DOS PLANOS



De maneira complementar, atendimentos presenciais dos profissionais da Fesp para a solução de problemas e dúvidas dos clientes contribuem para a fidelização dos usuários e

VISITAS REALIZADAS POR EXECUTIVOS DE CONTAS PARA CLIENTES



■ Resolvidos
■ Pendentes

2012	Número de visitas	Resolutividade		
		Casos resolvidos	Casos pendentes	Casos resolvidos
Total	614	1.004	309	76,47%

qualificam a prestação de serviços, mostrando um alto número de resolução dos casos apresentados.

SEGURANÇA PARA O CONSUMIDOR

Em sua essência, o Sistema Unimed é uma operadora de saúde legalista por natureza. Afinal, funciona há 45 anos baseada em regras e princípios de trabalho que valorizam o desenvolvimento sustentável da assistência médica na Saúde Suplementar. Esses mesmos objetivos são compartilhados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que regula o mercado de planos de saúde.

Durante o ano de 2012, a autarquia acentuou sua rígida condução para o cumprimento estrito da Resolução Normativa nº 259, que passou a vigorar em dezembro de 2011. Esta legislação busca assegurar que o beneficiário seja atendido em um limite determinado de tempo, entre a autorização e a efetiva realização de consultas, exames e tratamentos.

A Unimed do Estado de São Paulo, por meio de um trabalho de alta qualidade, adaptou-se às novas exigências e manteve a excelência do atendimento aos seus beneficiários, não sendo alvo de sanções por parte da ANS.

Outra questão que também merece destaque está ligada à Resolução Normativa nº 279, que regulamentou os artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98, definindo que as empresas poderão manter aposentados e demitidos no mesmo plano dos ativos, sempre mantendo as mesmas condições de cobertura e rede do plano dos ativos. A portabilidade

especial também está prevista nesta norma. Durante o período de manutenção do plano, o aposentado ou demitido pode migrar para um plano individual ou coletivo por adesão, sem ter de cumprir novas carências.

Em 2012 foram registradas 103 notificações de processos administrativos (demandas feitas por usuários junto à ANS em relação a questões sobre o plano de saúde, não ligadas à assistência), das quais 35 foram extintas por não haver razão do beneficiário reclamante, sem qualquer indício de infração perante a ANS, e 68 estão em análise. O montante total de indenizações pagas no período desses 12 meses é de R\$ 1.882.915,82, como consta no Balanço Social. Em todos esses acompanhamentos, a Fesp identificou pontos de destaque para o aprimoramento constante do processo interno, principalmente referente à sistemática de autorizações.

ATENÇÃO À SAÚDE

*A manutenção da saúde por meio de prevenção de riscos, intervenção e monitoramento de situações frágeis e

*O objetivo das ações de promoção à saúde é aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para que tenham melhor controle da sua saúde e possam melhorá-la por meio da mudança de estilo de vida e adesão às práticas recomendadas

complexas, assistência domiciliar ou hospitalar são todas ações que representam e se relacionam com um dos principais propósitos das Unimeds Paulistas: promover a saúde. A concretização desse trabalho é planejada e operacionalizada pelo Núcleo de Atenção à Saúde, um grupo estruturado especificamente para esse fim.

Entre os trabalhos com esse foco, são acompanhados contratos em relação ao perfil de saúde dos beneficiários, por meio de estratégias como mapeamento de saúde (questionário on-line, questionário físico e aferições presenciais) e análise técnica das utilizações assistenciais. Com a consolidação dos dados obtidos é proposta à contratante a possibilidade de inserir seus beneficiários no Programa de Gerenciamento de Saúde, e ações, como campanhas de vacinação, palestras, oficinas, plantões de dúvidas, entre outras.

Núcleo de Atenção à Saúde



Para ser inserido no Programa, existem critérios a serem preenchidos, como ser beneficiário da Fesp, ter mais de 18 anos, ter sido diagnosticado com alguma doença crônica (como do-

Palestras, oficinas, vacinação, aferições, questionários	2011	2012
Número de ações	71	130
Total de beneficiários	3.400	11.891

Uma das ações que o Núcleo realiza de maneira complementar ao acompanhamento de saúde é a capacitação de beneficiários para a prática do autocuidado, o que melhora a compreensão do usuário em relação à doença e reduz a chan-

Beneficiários em gerenciamento	2011	2012
	4.180	10.070



O Programa Mamãe Saudável, cadastrado e aprovado pela ANS, se propõe a um telemonitoramento do período gestacional das colaboradoras que fazem o cadastro em um link, disponibilizado no portal da empresa cliente. O trabalho alcançou 83% das metas dos indicadores previstos, gerenciando 330 gestantes.

O monitoramento se inicia pelo contato de uma enfermeira obstetra para a realização do preenchimento da elegibilidade, onde são levadas em consideração as condições de saúde e hábitos de vida. De acordo com a complexidade do risco gestacional é proposta uma periodicidade de acompanhamento, que

ença pulmonar obstrutiva crônica, diabetes mellitus, doença cardiovascular, doença renal crônica, obesidade, câncer) ou ainda ser enquadrado na linha de cuidado às gestantes.

ce de complicações decorrentes. A meta a ser alcançada nos programas de gerenciamento de crônicos é cerca de 5% da carteira de clientes acima de 18 anos, isso representa 27.500 beneficiários. De 2011 para 2012, a evolução foi significativa:

será realizada até o décimo dia após o nascimento do bebê. Os indicadores cadastrados são:

Processos – Proporção de gestantes que iniciaram o pré-natal até o quarto mês de gestação (Meta: 80% – Alcançado: 97,35%); Proporção de gestantes com seis ou mais consultas obstétricas (Meta: 80% – Alcançado: 96,68%).

Resultado – Proporção de gestantes inscritas no programa que tiveram ganho ponderal adequado ao final da gestação (Meta: 80% – Alcançado: 96,68%); Proporção de gestantes que não apresentaram internações por transtornos

maternos hipertensivos no período da gravidez e parto entre as gestantes (Meta: 80% – Alcançado: 95,36%).

Indicadores Selecionados ANS – Percentual de inscritos com perfil de risco conhecido (Meta: 80% – Alcançado: 100%); Percentual de inscritos que participaram de ao menos uma atividade programática no período em avaliação (Meta: 90% - Alcançado: 100%).

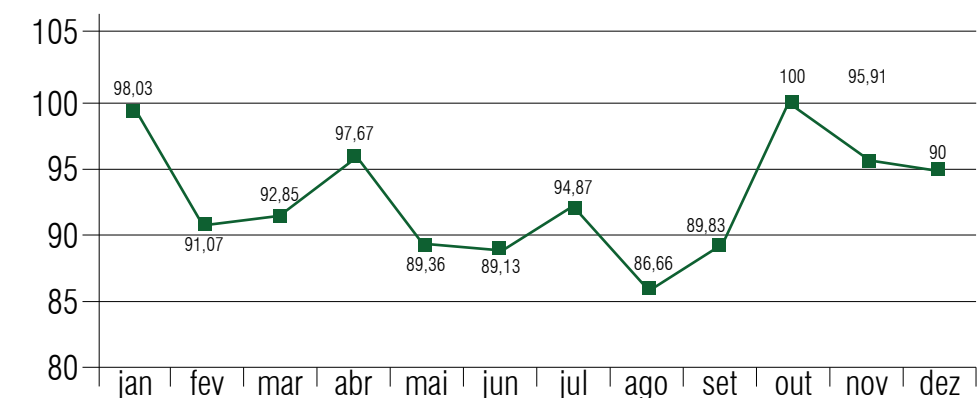
Quando o tratamento do paciente exige cuidados terapêuticos ou de enfermagem constantes, o Núcleo de Atenção à Saúde viabiliza, ainda, a realocação do paciente para *home care* (internação domiciliar). Se não há infraestrutura física ou condição

emocional para a recuperação do paciente em domicílio, a melhor opção são os hospitais de retaguarda, que são aqueles de menor complexidade.

Essas alternativas propiciam menor manipulação do paciente, mais qualidade de vida e reintegração ao meio social e familiar, ao mesmo tempo em que reduzem custos e viabilizam a continuidade da assistência à saúde para todos. A área teve como meta em 2012 a desospitalização de 90% dos pacientes com solicitação médica para realocação, alcançado 93%.

O trabalho executado chegou a 85,39% em índice de satisfação dos beneficiários nas ações, programas e atendimentos realizados em 2012.

% DE SOLICITAÇÕES DE HOME CARE E HOSPITAL DE RETAGUARDA IMPLANTADOS EM 2012 — DESOSPITALIZAÇÃO



	2011	2012
<i>Home Care</i>		
Atendimento domiciliar	750	779
Internação domiciliar	52	67
Hospital de retaguarda	30	31
Cases	-	93
Total	832	970

PORTAL UNIMEDS

Na Internet, a Fesp está representada pelo Portal Unimeds (www.unimedfesp.coop.br). O acesso às principais notícias e informações institucionais do Sistema Unimed Paulista, relativas a recursos médicos disponíveis, rede credenciada, Ouvidoria, Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) e prestadores de serviço, estão organizadas no mesmo espaço da Web. Em 2012, foram registrados 252.687 acessos únicos ao Portal, o que representa aumento de 13,38% em relação a 2011.

O Portal da Federação segue os princípios da Health On The Net Foundation, instituição europeia que certifica com o Hon Code, um selo de qualidade desta organização, testificando a transparência na divulgação de informações de saúde ao público em geral. Essa orientação, destinada exclusivamente a sites médicos, é validada anualmente, de acordo com critérios estabelecidos pela instituição. Em 2012, não houve registro ou notificação de qualquer descumprimento em relação aos princípios Hon Code.

Além disso, a Fesp segue a medida normativa da ANS diretamente relacionada a materiais publicitários de caráter institucional, que determina a inclusão do número de regis-

tro provisório da operadora junto à agência reguladora em peças de mala direta, folhetos, livretos, anúncios, cartazes publicitários, entre outros. No caso de sites, a página da operadora deve conter um link de acesso ao website da ANS.

No final de 2011, a ANS publicou a Resolução Normativa nº 285, que trata sobre a obrigatoriedade de divulgação das redes assistenciais das operadoras de planos privados de assistência à saúde nos seus portais corporativos na Internet. A normativa, que entrou em vigor 180 dias após a publicação, determinou a inclusão de dados de georeferenciamento, a fim de facilitar a localização do recurso. O Portal Unimeds já disponibilizava a rede credenciada da Fesp e teve os ajustes necessários para contemplar as necessidades de visualização geográfica.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE (SAC)

Para oferecer atendimento aos beneficiários de maneira acessível, sem custo de ligação, e durante 24 horas do dia, o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) da Federação mantém o número 0800 772 3030 disponível, por meio do qual se realizam solicitações de autorização para procedimentos médico-hospitalares, reclamações, esclarecimento de dúvidas, elogios, solicitações de informação sobre rede credenciada, pedidos de documentação, entre outros serviços. Todas as ligações são gravadas e mantidas, a fim de garantir a segurança dos usuários. O trabalho é desenvolvido por meio de uma equipe especializada e estruturada com 45 operadores de teleatendimento, 26 assistentes de autorização, um assistente de atendimento, um coordenador e um gerente.

Os números indicam o volume significativo de atendimento: em média, são atendidas 1.290 ligações diariamente. No ano de 2012, um total de 413.186 guias foram recebidas para análise,

perfazendo a média de 34.432 guias analisadas por mês e 1.566 por dia.

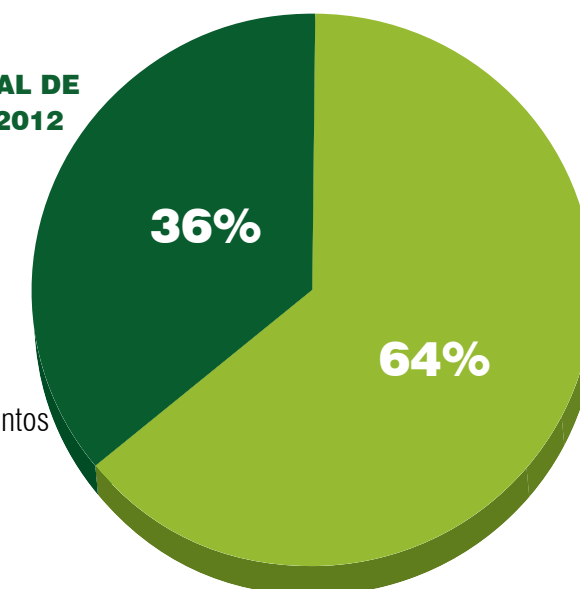
Interessada no nível de excelência do atendimento e no cumprimento das leis e diretrizes que permeiam o SAC, a Fesp criou um canal exclusivo para dar vazão às demandas provenientes da Resolução Normativa nº 268 de 2011, publicada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Hoje, está disponível a Central de Agendamento, voltada para o beneficiário que encontra dificuldade nessa etapa. Por meio deste serviço, o cliente informa a dificuldade e a Fesp realiza a busca de prestadores, efetua o agendamento dentro dos prazos previstos na lei e retorna a informação ao cliente, com as devidas orientações.

Diante de um cenário em que consultórios e Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia (SADTs) restringem os horários de atendimento, a Central de Agendamento permite que o beneficiário se sinta muito mais amparado pela sua operadora de saúde, que busca o melhor para atender sua necessidade.

DADOS DA CENTRAL DE AGENDAMENTO - 2012

Total de agendamentos realizados: 308

- Agendamento consulta
- Agendamento exames/procedimentos



Após contato feito com cerca de 2.400 pessoas para participar da pesquisa sobre o atendimento do SAC, 242 aceitaram dar suas opiniões, entre janeiro e dezembro de 2012. A partir desse montante, a média de satisfação identificada ficou em 69%, enquanto em 2011 o percentual era de 83%. Já o grupo que manifestou insatisfação na pesquisa de 2012 totalizou 31%, sendo que em 2011 a parcela era de 17%. O aperfeiçoamento de protocolos e fluxos de atendimento é uma prática constante da Fesp, e o trabalho tem sido intensificado no sentido de reverter a tendência apresentada nas pesquisas.

A Federação das Unimed de São Paulo (Fesp) também dispõe de uma central de atendimento comercial exclusiva para as empresas, disponível pelo (11) 3385-6077.

Já os prestadores de serviços das Unimed Singulares, tais como hospitais, clínicas e laboratórios, têm acesso exclusivo à Fesp pela central de atendimento (11) 3385-6080.

Se um usuário de qualquer plano privado de saúde não tiver sua solicitação atendida pela operadora, a legislação assegura-lhe o direito de solicitar providências junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) por meio do Disque-ANS (0800-701 9656).

OUVIDORIA

A Ouvidoria da Fesp é um canal de comunicação que acolhe sugestões e reclamações na qualidade de último recurso administrativo dentro da Cooperativa. Sua missão é prestar o atendimento aos que se manifestaram por meio dos canais de atendimento iniciais – Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), Fale Conosco – e obtiveram solução insatisfatória à solicitação apresentada ou ainda não houve resposta à solicitação.

O trabalho é realizado na forma mais ágil e transparente pos-

sível, com a finalidade de evitar o acionamento de veículos de imprensa (jornais, revistas, mídias sociais), órgão regulatório (Agência Nacional de Saúde Suplementar), órgãos de defesa do consumidor, como a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), ou ainda ingresso no Poder Judiciário. Desta forma, torna-se importante dizer que após a finalização da tratativa junto ao reclamante, a Ouvidoria concentra seus esforços em sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria contínua da qualidade dos processos já existentes.

No ano de 2012, em continuidade ao trabalho iniciado fruto do Projeto de Dinamização do

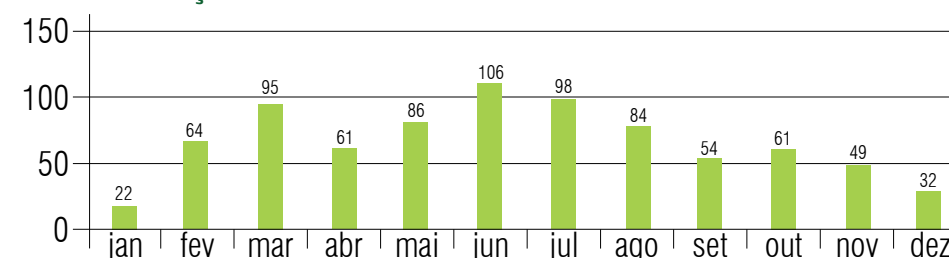


Serviço de Ouvidoria, houve o implemento de mudanças essenciais e significativas nos fluxos e canais de atendimento, diante da criação de novos canais de contato com a Ouvidoria Fesp. Assim as manifestações passaram a ser recebidas por meio dos seguintes canais: carta, e-mail, fax,

Portal Unimed e telefone.

Da totalidade de demandas recebidas no ano de 2012 pela Ouvidoria, 100% dos acionamentos foram devidamente respondidos junto aos clientes.

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELA OUVIDORIA 2012



Ouvidoria	2011	2012
Demandas recebidas	894	812

GOVERNO

O relacionamento com o poder público é essencial na gestão da saúde privada no Brasil e acontece nas três esferas de governo – Executivo, Judiciário e Legislativo. A Fesp atua institucionalmente junto a esses três poderes para convergir os interesses das suas associadas e preservar os direitos dos clientes e beneficiários dos planos de saúde operados pelas Unimed paulistas.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

A ANS, autarquia governamental que tem como meta a regulação do mercado de Saúde Suplementar no Brasil, criou em 2011 sua primeira Agenda Regulatória, válida também para 2012, o que facilita o relacionamento da sociedade com a Agência, dá mais transparência aos temas e discussões por ela propostos e proporciona, também, antecipação sobre o que estará no foco do trabalho durante o biênio.

São nove os eixos temáticos definidos: Modelo de Financiamento do Setor; Garantia de Acesso e Qualidade Assistencial;

Modelo de Pagamento a Prestadores; Assistência Farmacêutica; Incentivo à Concorrência; Garantia de Acesso à Informação; Contratos Antigos; Assistência ao Idoso; e Integração da Saúde Suplementar com o Sistema Único de Saúde.

A Fesp atua segundo as determinações feitas pela Agência em todos os campos e, ao mesmo tempo, se manifesta em relação às discordâncias no que se refere às demandas por reservas técnicas, o que não se aplica ao Cooperativismo de Trabalho Médico praticado pelo Sistema Unimed como um todo, conforme já citado no item Ambiente Regulatório.

PRÁTICAS LEGAIS

Dentre as diversas frentes de ação da ANS, o combate à corrupção, discriminação em locais de trabalho, deslealdade no mercado, fraudes contábeis e outras irregularidades compõe um importante trabalho realizado para a constante melhoria do mercado de Saúde Suplementar de maneira abrangente, colocando a idoneidade da operadora em avaliação constante.

A Resolução Normativa nº 117, publicada em 2005, concretiza e regulamenta esses objetivos, dispondo sobre a identificação de clientes, manutenção de registros e prevê relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613. Durante o período de 2012, a Fesp não se tornou alvo de nenhuma ação judicial ou multa resultante de concorrência desleal, prática de truste, monopólio, fornecimento ou uso de produtos e serviços, seja em âmbito empresarial ou social. Desta forma, no período abrangido pelo Relatório, a Fesp não registrou quaisquer sanções ou multas resultantes da inobservância de leis ou regulamentos desta natureza.

PODER JUDICIÁRIO

A judicialização da saúde, representada pelo excesso de processos judiciais e liminares que impõem atendimentos imprevistos, representa um importante desafio ao trabalho no contexto da Saúde Suplementar. Na visão da Fesp, trata-se muitas vezes do pouco conhecimento da classe jurídica quanto a temas ligados à saúde e medicina, o que é natural e reconhecido pela própria Justiça.

Vem sendo estimulada a criação de assessorias ou conselhos formados por equipes multidisciplinares para dar apoio técnico aos juízes, especialmente quando um caso de saúde está em questão. Sobre o tema, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Recomendação nº 31, publicada em março de 2010, sugere aos tribunais a adoção de medidas para subsidiar magistrados e operadores do Direito, assegurando maior eficiência na solução das demandas judiciais envolvendo a assistência à saúde.

De maneira a apoiar esse esforço, a Fesp atua por meio de encontros como o Jusmed. O evento, que reúne advogados, juízes, desembargadores, médicos cooperados e dirigentes de Unimed, é de caráter acadêmico e mostra a operadora de saúde disponível para fornecer informações médico-científicas de qualidade para o aprendizado e uso dos magistrados.

A nona edição, realizada em 2012, foi viabilizada por meio de uma parceria com a Escola Paulista da Magistratura (EPM), Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), Jornal da Justiça e Centro Cochrane do Brasil. Entre os participantes estiveram autoridades como o Dr. Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Drs. Ricardo Villas Bôas Cueva e Massami Uyeda, ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na ocasião, um Júri Acadêmico Simulado debateu questões como o Estatuto do Idoso, a relação entre o Sistema Único de Saúde e a assistência privada, entre outros. O encontro foi transmitido por videoconferência para magistrados em início de carreira, que participaram do evento como forma de aprimorar seu conhecimento.

Outra forma de expandir o conhecimento do Poder Judiciário quanto aos temas de saúde mais debatidos nos tribunais, tem sido a Cartilha de Apoio Médico e Científico ao Judiciário. Durante o ano de 2012, 43 novos capítulos foram publicados, e cada capítulo traz uma abordagem a partir da Medicina Baseada em Evidências sobre os temas que mais são demandados juridicamente. Dessa forma, e a partir de uma linguagem simplificada, os juízes podem saber, com base científica, se determinado medicamento ou procedimento tem respaldo na comunidade científica em âmbito mundial.

Os conteúdos são produzidos em parceria com o Centro Co-

chrane do Brasil, uma organização não governamental britânica que atua para elaborar, manter e divulgar revisões sistemáticas de ensaios clínicos randomizados, disponibilizando o melhor nível de evidência para as decisões em saúde.

PODER LEGISLATIVO

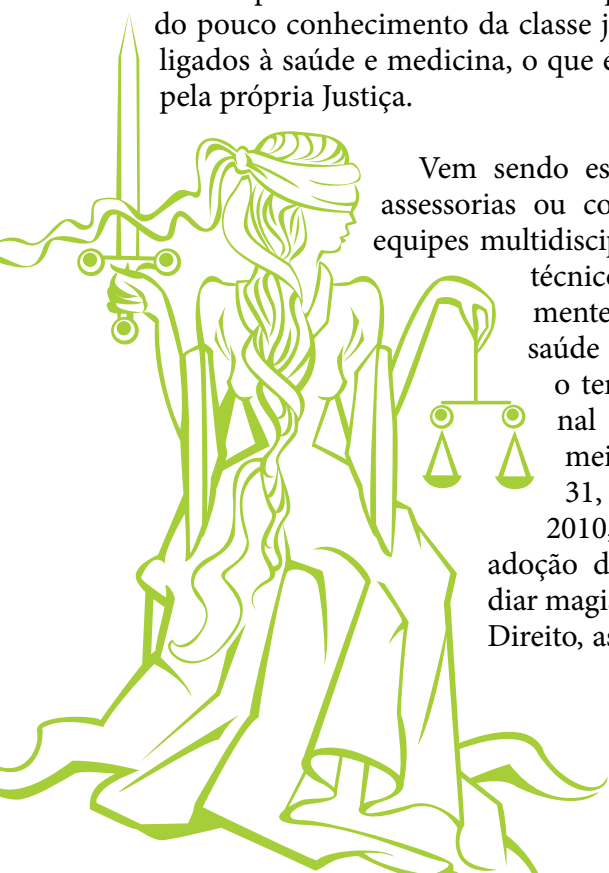
Criado para fortalecer os laços das Unimed paulistas e aumentar a influência das Cooperativas na esfera da política partidária no Estado de São Paulo e em Brasília, o Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Fesp vem trabalhando com foco na defesa, em âmbito legislativo, dos ideais e características do Cooperativismo de Trabalho Médico. Desta forma, sua ação visa influenciar decisões nas áreas política, institucional e de mercado ao orientar parlamentares, elucidar dúvidas e buscar representatividade no Congresso Nacional e nas associações de classe do setor da saúde.

O NAE reúne-se mensalmente para definir o planejamento e execução de ações, cabendo ao seu coordenador manter o relacionamento político com os deputados, prefeitos e vereadores cooperados que tenham sido eleitos com o apoio do Núcleo. As frentes municipais, estaduais e nacionais do cooperativismo também contam com o apoio do NAE para a defesa política de pleitos lançados pelo Sistema Unimed, da mesma forma que são promovidos fóruns políticos para integração de deputados com vereadores e prefeitos das regiões onde a Fesp atua.

O apoio financeiro aos candidatos municipais, estaduais ou federais, sejam médicos cooperados ou não, que demonstrem atenção à causa do sistema cooperativista também é uma prerrogativa da Fesp no relacionamento com as esferas legislativas. Nesse caso, o NAE oferece assessoria estratégica para a definição dos políticos a serem apoiados.

Em 2012, os cursos elaborados para orientação de candidatos tiveram um momento voltado para a oratória. Da mesma forma que os cursos de marketing político, os novos cursos foram realizados em todas as regiões do Estado de São Paulo. O trabalho contemplou, também, a realização de 60 pesquisas eleitorais para fazer o diagnóstico das cidades e auxiliar os candidatos a prefeito em suas plataformas de campanha, bem como pesquisas de intenção de voto.

Podemos considerar que o resultado de 2012 foi positivo, já que foram eleitos 17 prefeitos, dez vice-prefeitos e 54 vereadores, os quais espalhados em todas as regiões do Estado de São Paulo.



PÚBLICO INTERNO

Buscando a valorização profissional e pessoal de seu quadro de funcionários, a Fesp entrou pela primeira vez no ranking das 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar. Para a organização, é muito relevante a presença nessa lista, produzida pela revista *Você S/A*, da Editora Abril, pois se trata de uma importante ferramenta para medir o clima organizacional. Na pesquisa, a pontuação da Fesp saltou de 71,63 em 2006 para 79,36 em 2012, equiparada à média das demais empresas, de 80,98.

De posse dessas informações, foram montados relatórios e levados para avaliação e discussão com a Diretoria Executiva e gestores. Este processo viabiliza diretrizes para fortalecer ainda mais os itens valorizados pelos funcionários e trabalhar em melhorias, como o fato apontado no levantamento indicando que, apesar de o pacote de benefícios ser considerado bom, os empregados sentem falta de previdência privada e alguns reclamam do excesso de trabalho.

Perfil geral	2011	2012
Número total de empregados por faixa etária	407	463
Menores de 18 anos	9	12
De 18 anos a 35 anos	267	277
De 36 anos a 60 anos	130	173
Acima de 61 anos	1	1

Perfil geral	2011	2012
Número total de empregados por gênero	407	463
Masculino	162	180
Feminino	245	283

Total de empregados em 2012: **463**

Número total de empregados por gênero

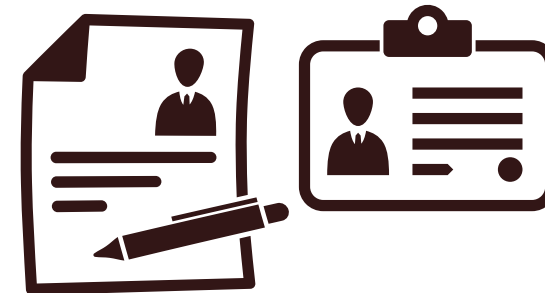
Taxa de rotatividade por faixa etária

Taxa de rotatividade por gênero

Perfil geral	2011	2012
Taxa de rotatividade por faixa etária		
Menores de 18 anos	0,05%	-
De 18 anos a 35 anos	1,39%	1,44%
De 36 anos a 60 anos	0,41%	0,56%
Acima de 61 anos	-	-

O número total de desligamentos em 2012 foi de 46 empregados

Perfil geral	2011	2012
Taxa de rotatividade por gênero		
Masculino	0,81%	0,44%
Feminino	1,05%	1,56%



Modalidade de contrato de trabalho	2011	2012
Total por tipo de emprego/contrato	448	468
CLT (1)	395	451
Estagiário (2)	6	5
Aprendiz (NT)	12	12
Terceiro (NT)	35	46

Carga Horária	Número de Funcionários
4h	30
6h	61
8h10	377

Todos os demais colaboradores da Fesp são residentes no Estado de São Paulo

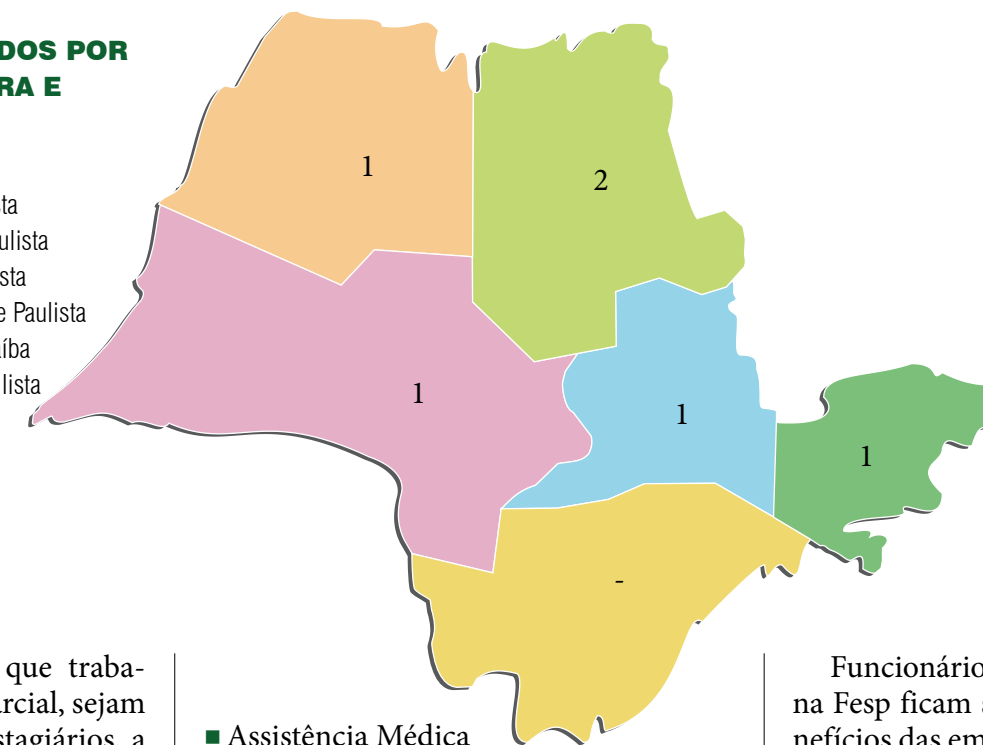
Na Fesp, devido sua característica institucional e representativa diante das 79 Unimed's filiadas, a Diretoria Executiva é composta por membros ligados às Regiões Intrafederativas das

Unimed's do Estado de São Paulo. Dessa maneira, a administração se torna mais participativa e plural, segundo preconiza o Cooperativismo.

Nº DE DIRETORES* DIVIDIDOS POR REGIÃO QUE RESIDEM FORA E TRABALHAM EM SP: 6

*Diretores = Alta gerência

- Federação Intrafederativa Oeste Paulista
- Federação Intrafederativa Nordeste Paulista
- Federação Intrafederativa Centro Paulista
- Federação Intrafederativa Centro Oeste Paulista
- Federação Intrafederativa Vale do Paraíba
- Federação Intrafederativa Sudeste Paulista



A todos os funcionários que trabalham em tempo integral ou parcial, sejam empregados, aprendizes ou estagiários, a Fesp oferece:

- Vale-alimentação
- Vale-refeição
- Vale Transporte
- Seguro de Vida
- Garantia Funeral

- Assistência Médica (a partir de cinco consultas, o atendimento acontece por meio de coparticipação)
- Assistência Odontológica
- Estacionamento
- Bolsa de Estudo (cursos de curta duração)
- Financiamento de Computadores

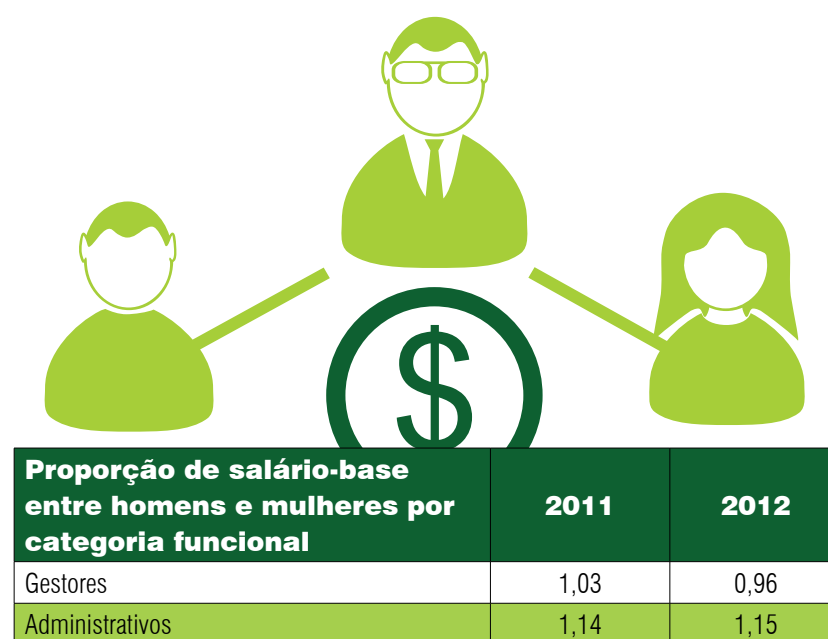
Funcionários terceirizados que atuam na Fesp ficam sujeitos às políticas de benefícios das empresas que os contrataram diretamente.

Aos gestores e consultores, oferece auxílio-combustível em substituição ao estacionamento. Os funcionários temporários não possuem bolsa de estudo, fi-

nanciamento de computadores, assistência médica e assistência odontológica de forma eletiva.

Em 2012, a Fesp disponibilizou a Pesquisa Salarial, Benefícios e Comissões – Edição 2012, realizada em parceria com a Rumo Norte RH, na qual obteve a adesão de 80% das Unimed paulistas. A estratégia inicial foi contemplar o maior número possível de concorrentes (operadoras e hospitais) das Unimed Singulares e trabalhar as estruturas organizacionais. O objetivo é trazer uma reflexão sobre as diretrizes que o Sistema Unimed deverá seguir para reconhecer de maneira efetiva a contribuição dos profissionais, fundamentando o trabalho na busca do melhor para os colaboradores e o alcance de resultados.

Na classificação hierárquica de gestão, o que inclui profissionais em cargos de supervisão, coordenação e gerência, os homens ganham 4% a menos do que as mulheres. Já nos cargos técnico-administrativos, os homens ganham 15% a mais do que as mulheres.



A variação entre o salário mais baixo comparado ao maior salário pago pela Fesp, considerando todo o ano de 2012, foi de 36,92 vezes. Já em 2011, esta diferença ficou em 27,91. Esta variação ocorreu devido à necessidade de contratação de um colaborador com carga horária de trabalho reduzida.

Todos os acordos sindicais de negociação coletiva que contemplam saúde e segurança dos funcionários têm a Fesp como signatária. Logo cem por cento dos funcionários são abrangidos pelos referidos acordos. Ao mesmo tempo, há total liberdade para sindicalização e participação de funcionários em assembleias promovidas pelo Sindicato dos Empregados de Cooperativas Médicas no Estado de São Paulo e Sindicato Nacional das Cooperativas de Serviços Médicos. A própria Fesp realiza divulgação interna quando assembleias de maior importância acontecem, a fim de estimular a presença de funcionários. A liberdade de associação e as participações em negociações coletivas são direitos plenamente garantidos dentro da Cooperativa. Desta forma, não foi identificada qualquer situação em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva corresse algum tipo de risco.

Faz parte das políticas de Gestão de Pessoas da Fesp a constante avaliação das competências de cada profissional, com pesquisas periódicas aplicadas a todos os funcionários. Diferentes aspectos e critérios são analisados segundo as atribuições dos cargos, sejam de gerência, sejam operacionais. Todos os gerentes, coordenadores e supervisores passam pela avaliação 360°, ou seja, colegas que estejam subordinados, equiparados e em nível hierárquico imediatamente superior analisam esses profissionais. Para as demais funções, aplica-se o formato 270°, com a avaliação do gestor e dos pares de mesmo nível hierárquico. Em ambos os perfis uma autoavaliação serve como parâmetro entre cada uma das avaliações.

Como forma de premiar e estimular o trabalho de seu quadro de funcionários, a Fesp, anualmente distribuiu valores financeiros proporcionais relativos à Participação nos Lucros e Resultados (PLR), conforme definido nos acordos sindicais coletivos.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO INTERNA

Outra forma de estímulo é o fomento ao constante desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal dos funcionários. Para isso, existe o Programa de Incentivo Educacional (PIE), que concede bolsas de estudo para cursos técnicos (curta duração), graduação e pós-graduação (longa duração), conforme critérios internos de elegibilidade. Atualmente, a adesão ao PIE se aplica apenas a cursos de curta duração.

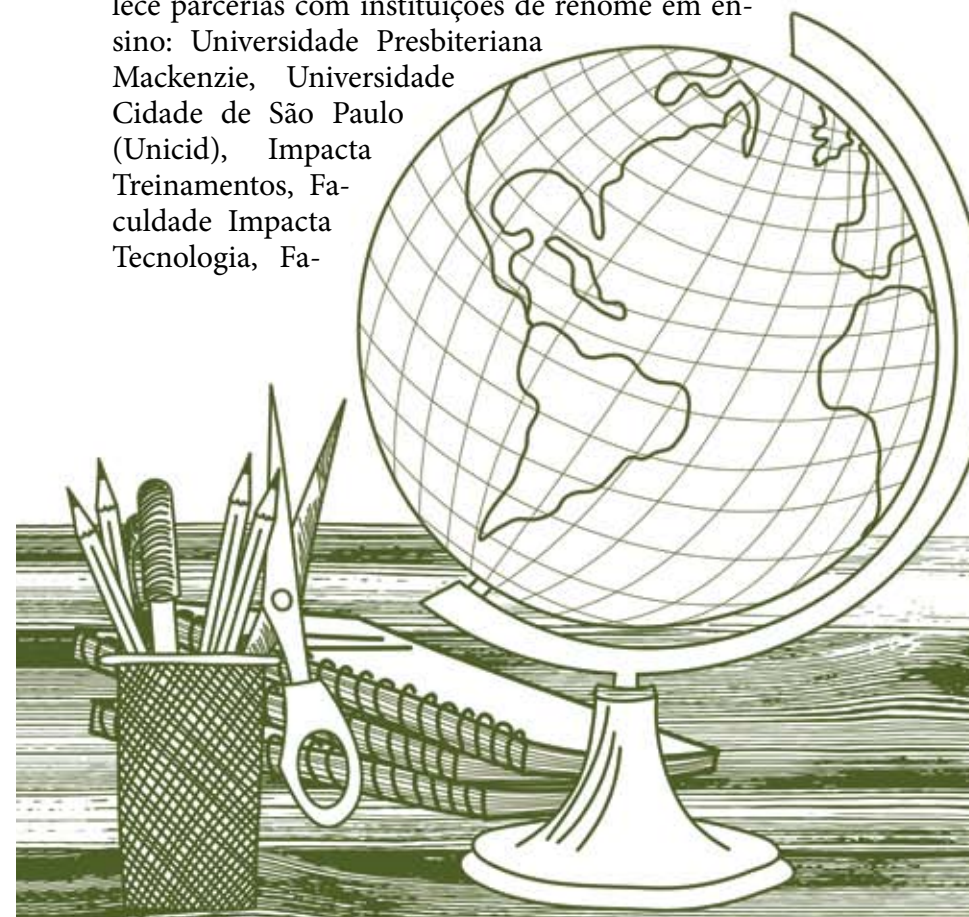
Cursos também são promovidos no modelo in company ou por e-learning, sobre temas que envolvem Cooperativismo, saúde, gestão de projetos, socialização, inteligência emocional para o Serviço de Atendimento ao Cliente, além de treinamentos para a utilização de sistemas e ferramentas internas. Para alcançar melhores resultados na qualificação dos quadros, a Fesp estabelece parcerias com instituições de renome em ensino: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Universidade Cidade de São Paulo (Unicid), Impacta Treinamentos, Faculdade Impacta Tecnologia, Fa-

culdades Metropolitanas Unidas (FMU), Estácio, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Universidade Nove de Julho (Uninove), Senac São Paulo, Escola Superior de Engenharia e Gestão (Eseg), União Business School (UBS), Trevisan Escola de Negócios e Colégio Santo Agostinho. Com esse trabalho, são oferecidos descontos em cursos de graduação e pós-graduação aos seus funcionários.

Além dessas atividades, a Fesp proporcionou aos funcionários que integram o nível gerencial a participação no Programa Líder Fesp. O foco desse trabalho está nos conteúdos de natureza estratégica, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014 (PDI-II), o qual aponta o direcionamento a ser tomado pela organização como um todo. Em 2011, esse trabalho reuniu 32 gestores, numa carga de 82 horas. Já os líderes de projetos totalizaram 45 participantes, com 78 horas ao longo do ano.

PROGRAMA LÍDER FESP - 2012		
	Número de participantes	Carga horária
Gestores	31	28
Líderes	56	20

Os funcionários que não fazem parte do nível gerencial também participam de trabalhos educacionais e de qualificação, com foco no constante desenvolvimento e evolução de desempenho.



Público interno (dirigentes e funcionários)	2011	2012
Ações	101	62
Satisfação	99%	99%
Participações*	2.394	2.450
Carga horária total	427 horas	311 horas
Média anual de horas de treinamento por funcionário	34 horas	6 horas

*O mesmo funcionário pode ter diversas participações ao longo do ano. Os funcionários que compõem o Líder Fesp também estão contabilizados nesta estatística

Educação Corporativa - Categoria Funcional		
Categoria (Cargos)	Participações	Carga Horária total
Gestores	614	93
Administrativo	1.836	218

A comunicação institucional da Fesp, também um processo que contribui para a conscientização, educação e informação do seu quadro funcional, é feita principalmente por meios dos seguintes veículos:

- **Mural Nosso Mundo:** quadro com notícias semanais relacionadas a carreira, comportamento, saúde, cultura, oportunidades e atividades internas.
- **Fesp Informa:** boletim eletrônico com informações sobre políticas e acontecimentos internos.
- **Intranet Fesp:** site de uso e acesso exclusivo do público interno com seções e informações diversas, incluindo vídeos corporativos.
- **Mural itinerante:** painel fotográfico utilizado como ferramenta de suporte a campanhas específicas de comunicação.
- Ações pontuais vinculadas a datas festivas.

O fluxo de informação também é estabelecido entre os membros da Diretoria Executiva, Conselhos de Administração e Fiscal, para com os gestores. Os resultados das diversas reuniões, encontros e apresentações são divulgados a todos os gestores para ciência e providências que envolvam as áreas.



DIREITOS HUMANOS

O respeito aos direitos do indivíduo, nos âmbitos profissional, social e humano, é uma postura preconizada pela Fesp em todos os níveis de relações pessoais e empresariais. Tal atitude possibilitou a não ocorrência de situações reportadas que envolvam discriminações de qualquer tipo nas operações e dependências de trabalho em 2012.

Para manter o alto grau de respeito e tolerância entre seus colaboradores, diversos fatores têm parcela de influência, incluindo: avaliações de desempenho, que se baseiam em critérios técnicos; inclusão de pessoas com deficiência no quadro de funcionários, mediante a adaptação de áreas comuns e do ambiente de trabalho e palestras de socialização; combate ao trabalho escravo por meio de declaração dos representantes legais junto à administração pública; prática consecutiva de programa de menores aprendizes; controle de riscos relacionados às atividades dos funcionários por meio da atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa); e conscientização, divulgação e aplicação de código de conduta para garantir e proporcionar um ambiente de trabalho saudável e respeitoso.

No que envolva os Direitos Humanos, e para que seja garantido o cumprimento dos princípios divulgados no Cód-

go de Conduta do Sistema Unimed, foi instituído o Comitê de Conduta e Ética da Fesp. Seus membros são o Diretor-Superintendente, Diretor de Desenvolvimento Humano, gestores dos departamentos de Pessoas, Jurídico e Desenvolvimento Humano.

SAÚDE E SEGURANÇA

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), organismo interno da Fesp representado por 92% dos funcionários, é uma das grandes responsáveis pelos baixos índices de ocorrências ligadas à Saúde Ocupacional, já que seu foco é atuar na prevenção e constante melhoria estrutural que valorize a segurança e saúde das pessoas que atuam na Fesp.

Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmos e óbitos relacionados ao trabalho, por região.		2011	2012
% de lesões		-	-
% de doenças ocupacionais		-	-
% de dias perdidos		0,18	0,07
% de absenteísmos		0,19	0,05
% de óbitos relacionados ao trabalho		-	-

FORNECEDORES

Por se tratar de uma Cooperativa de abrangência estadual, a maior parte das contratações de serviços e fornecedores envolve prestadores sediados no Estado de São Paulo, principal área de ação da Fesp.

Um dos processos que mais destacam a transparência da política administrativa adotada pela Fesp é o de compras. O padrão estabelecido exige que sejam feitas três cotações distintas com fornecedores de um mesmo produto ou serviço, desde que os valores envolvidos sejam iguais ou superiores a R\$ 1.000,00.

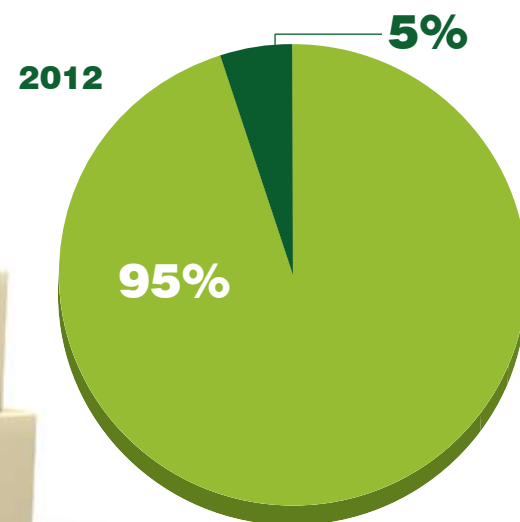
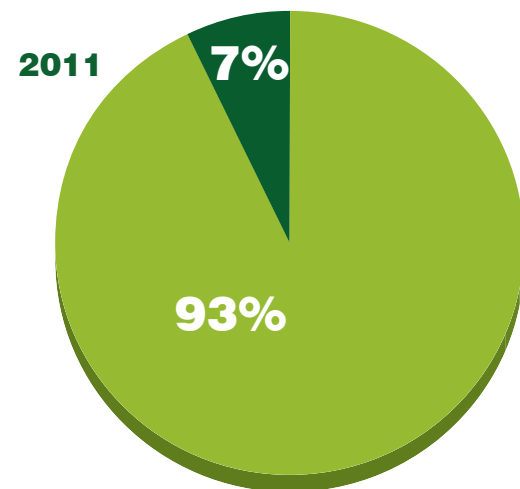
	Fornecedores no Estado de São Paulo	Fornecedores fora do Estado de São Paulo	Total
2011	389	29	418
2012	480	26	506

Dos 611 contratos celebrados com prestadores de serviço e fornecedores em 2012, 90% incluem cláusulas referentes a direitos humanos.



RELAÇÃO DE FORNECEDORES FORA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- % de fornecedores no Estado de São Paulo
- % de fornecedores fora do Estado de São Paulo

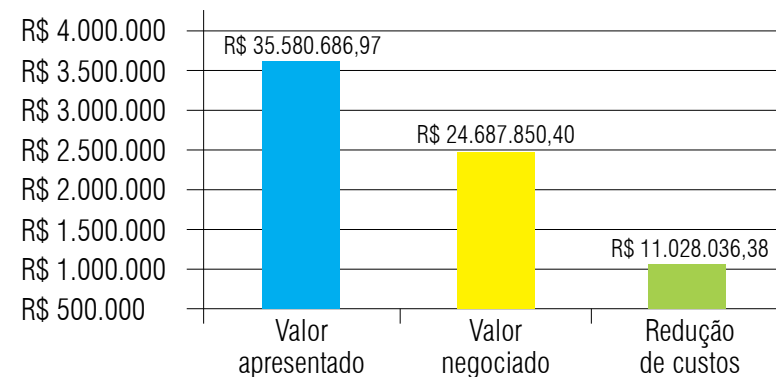


ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS

Entre as demandas médicas em tratamentos, as órteses, próteses e materiais especiais se destacam como recursos que oneram demasiadamente as operadoras de saúde. Neste cenário, o Núcleo de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) da Fesp negocia para otimizar os custos de todas as Unimed paulistas. Além disso, os fornecedores passam por rigorosa seleção, segundo as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O trabalho inclui cadastramento e monitoramento das documentações das empresas, inclusão e exclusão de materiais/fornecedores e codificação dos produtos de acordo com a Tabela Nacional de Materiais e Medicamentos da Unimed do Brasil. O sistema Gestão de OPME, software desenvolvido para esse fim, encontra-se em plena produção nas Unimed Amparo, Araras, Itatiba e Piracicaba. E em 2012 foi implantado na Unimed Catanduva, Votuporanga, Seguros Unimed, Central Nacional Unimed e Federação do Estado do Rio de Janeiro, proporcionando aos usuários a base cadastral que contempla 779 fabricantes, 543 fornecedores e 127.634 materiais e peças.

Em 2011, o Núcleo efetuou 2.530 negociações. Ao todo, os valores apresentados para aquisição dos materiais chegou a R\$ 30.685.501,17, mas foram negociados por R\$ 21.081.527,55, gerando uma redução de custo na ordem de R\$ 9.603.974,01. Em 2012, com 2.546 negociações, os valores foram ampliados:



SOCIEDADE

Nos últimos anos, as organizações empresariais assistiram a uma radical mudança de atitude nos cenários mercadológicos. Aos poucos, temas ligados à natureza, meio ambiente, desperdício de recursos naturais, inclusão social, cuidado com a comunidade, reciclagem, deixou de ser assunto exclusivo dos ecologistas e assistentes sociais para se tornar uma demanda global. Por conta disso, os empresários precisaram reorganizar seus processos de modo a se adaptar ao novo jeito de trabalhar.

No âmbito da Fesp, que está há mais de 40 anos no mercado da Saúde Suplementar, este redirecionamento não foi necessário, isto porque se trata de uma Cooperativa de Trabalho Médico, e o Cooperativismo já preconiza em sua doutrina o princípio do Interesse pela Comunidade, o que engloba a atividade social e o cuidado com o meio ambiente ao redor. Nesse sentido, a Fesp está estruturada segundo a diretriz relacionada aos Núcleos de Desenvolvimento Humano dentro do Sistema Unimed e promove diversas ações e voltadas à comunidade, visando sempre à melhora da qualidade de vida da população e à preservação do meio ambiente.

Outra forma de atuação da Federação está no forte incentivo e orientação às Unimed Paulistas, prestando toda a assistência necessária às Unimed do Estado de São Paulo no desenvolvimento de iniciativas nesse sentido.

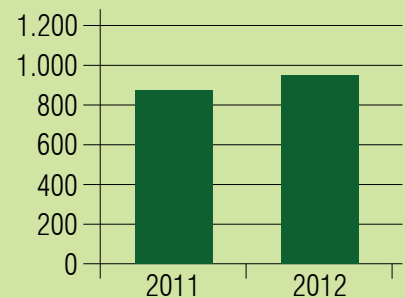


Programas Sociais

Programa Felix

Promove a cidadania por meio da inclusão social e digital de crianças e jovens que não têm acesso a este tipo de conhecimento e formação. Em 2012, se comparado com os anos anteriores, a quantidade de formados no programa foi superada com mais de 1.000 crianças e adolescentes.

ALUNOS FORMADOS NO PROGRAMA FELIX

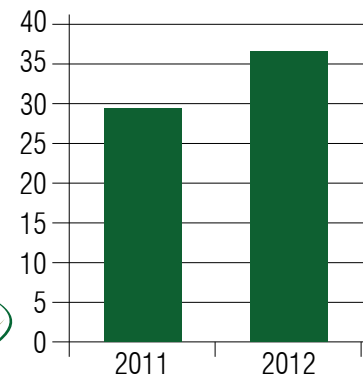


Adoção Compartilhada

Programa de Adoção Compartilhada

Com o objetivo de incentivar a adoção, o programa proporciona a extensão do plano de saúde gratuita aos filhos adotivos até 18 anos. Além da Fesp, outras Unimed's do Estado de São Paulo possuem o programa implantado. Em 2012, o volume de crianças e adolescentes beneficiados pela implantação do Programa na Fesp chegou a quase 40.

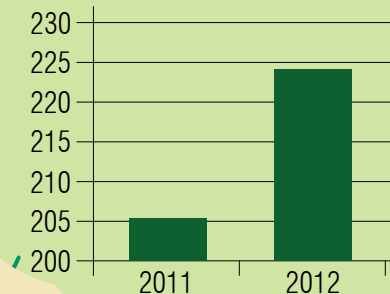
CRIANÇAS E ADOLESCENTES BENEFICIADOS - CLIENTES FESP



Programa Viva Melhor a Melhor Idade

Programa social promovido pela Fesp que atende aos idosos, tanto os beneficiários do plano quanto os da comunidade, e realiza encontros semanais com aulas de coral, atividade física, palestras, oficinas, aulas de dança e inclusão digital. As atividades buscam a promoção da saúde e a qualidade de vida. Em 2011 foram realizadas 217 ações, enquanto em 2012 esse total chegou a 189. Já o número de inscritos saltou para mais de 225, com média de quase mil participações por mês.

IDOSOS CADASTRADOS



Programa de Investimento Social Privado

Ação interna que busca viabilizar recursos financeiros e materiais às instituições sociais cadastradas, indicadas por funcionários, por meio de critérios técnicos e visando à máxima transparência na prestação de contas. Em 2012 aconteceram oito campanhas de doações com participação dos próprios funcionários da Fesp, e dez entidades foram assistidas. Além das campanhas, a Fesp aportou R\$ 16.800,00 durante o ano para algumas instituições.

As beneficiadas financeiramente e pelas campanhas foram: Oficina dos Menestréis, Abrigo Bezerra de Menezes, Lar da Criança Frei Leopoldo, Vila Acalanto, Lar Bussocaba, Instituição Centro Franciscano de Reinserção Social, Maesp – Lar da Criança e Adolescente, Associação Bênção de Paz, Instituto Social Bom Samaritano e Associação Filantrópica José Mariano do Nascimento.

Associação Mulher Unimed do Estado de São Paulo (Amusp)

Entidade sem fins lucrativos que atua em projetos e programas de Responsabilidade Socioambiental por meio do trabalho voluntário, a Amusp, criada em 21 de junho de 1997, reúne associadas ligadas ao Sistema Unimed e quaisquer voluntárias que queiram participar da proposta. Com o apoio da Fesp (à época Confederação das Unimed's do Estado de São Paulo), a Associação foi uma aposta no segmento feminino para desenvolver iniciativas em prol da cidadania. Entre suas atividades, a Amusp organiza mutirões para realizar o teste de acuidade visual na fase pré-escolar, um exame eficaz na detecção de problemas de visão e possíveis doenças oculares, promovendo a saúde dos olhos. Com o teste, ainda é possível evitar o agravamento de doenças e infecções em quem já tem problemas na visão. Concursos culturais com os participantes fazem parte da agenda anual do programa.

No entanto, o destaque principal é o Programa Vida Iluminada. Iniciado como projeto, o Vida Iluminada busca conscientizar a população quanto à importância dos cuidados e



da prevenção para evitar casos de baixa visão e cegueira na infância e fase adulta. Um exemplo é o incentivo à realização do teste do olhinho (www.testedoolhinho.org.br) ainda na sala de parto, para identificar precocemente doenças oculares. A lei 12.551/2007, sancionada pelo governador José Serra, garante a realização do Teste do Olhinho e está em vigor no Estado de São Paulo desde 5 de março de 2007. Esta lei pode ser decisiva para reduzir o crescimento do número de deficientes visuais no Estado. A aprovação da Lei 12.551/2007 foi articulada pela Amusp, com apoio da Fesp. A obrigatoriedade da Lei no Estado de São Paulo concretizou a luta de todas as voluntárias das Associações Mulher Unimed do Estado de São Paulo. O objetivo é que a lei tenha aplicabilidade eficaz no Estado de São Paulo e culmine em Lei Federal.

6. Atenção ao Meio Ambiente

A preocupação com o meio ambiente é uma premissa basilar do Cooperativismo, abrangida por seu sétimo princípio: “Interesse pela Comunidade”. Nele está contido o olhar social e ambiental da Cooperativa, sempre levando em consideração as relações com a comunidade e os impactos que o trabalho da Fesp produzem. O trabalho baseado na melhor equação envolvendo os eixos econômico, social e ambiental, é uma meta contínua, em acordo com os princípios da sustentabilidade.

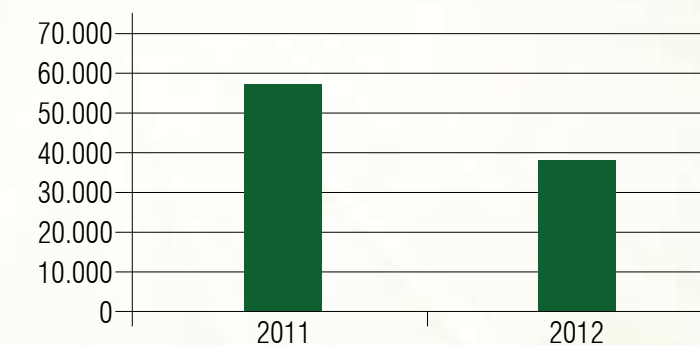
Para auxiliar nesse constante desenvolvimento, a Fesp criou, em 2009 o Programa Fesp Sustentável. Gradativamente, uma cultura consciente voltada para a questão ambiental começa a ser assimilada nos processos internos e externos, buscando minimizar e compensar ao máximo possível o impacto da atuação da Fesp.

■ Projeto de Reciclagem de Carteirinhas

Em parceria com a Central Nacional Unimed (CNU) o programa possibilita o descarte correto dos cartões gerados pela Fesp, visando à minimização dos impactos ambientais e ao fomento da reciclagem de materiais. Em 2011, foram encaminhados para reciclagem um total de 63.200 cartões, enquanto em 2012 o volume foi de aproximadamente 45 mil cartões.

RECICLAGEM DE CARTEIRINHAS

■ Quantidade de cartões reciclados



■ Programa Recicla Lâmpada

Instituído inicialmente pela Fesp em suas próprias instalações, o programa viabiliza a coleta e o descarte de lâmpadas fluorescentes, com a descontaminação e a reciclagem do material, visando à conscientização dos colaboradores e das Unimeds quanto à legislação pertinente e aos problemas causados pelo mercúrio, atuando na preservação do meio ambiente.

A reciclagem das lâmpadas acontece em parceria com a empresa Apliquim Brasil Recicle. O processo de reciclagem separa o conteúdo químico (mercúrio) existente nas lâmpadas do vidro. O mercúrio isolado é comercializado para a indústria de produção de termômetros, e o vidro para indústria de azulejos, que o utiliza como acabamento, garantindo o brilho superficial dos azulejos.

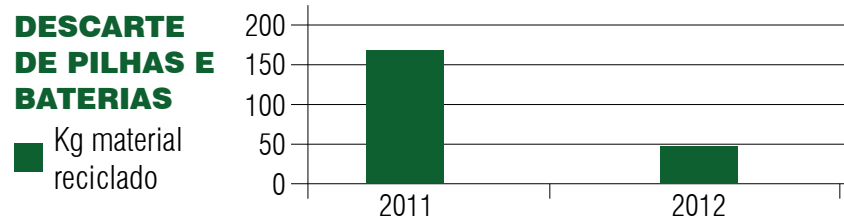
Além da Fesp, o programa está implantado em dezenas de outras Unimed's Paulistas. Em 2012, mais de 26 mil lâmpadas foram descontaminadas, enquanto em 2011 o total chegou a 45.550.

■ **Coleta seletiva**

A coleta seletiva existe para permitir a separação do material reciclável produzido na Fesp. Entre os itens coletados estão metais, plásticos, papéis, vidros, óleo e lâmpadas. O recolhimento do material é feito pela Coope-Centro, que colhe o material semanalmente e o destina à reciclagem.

■ **Reciclagem de pilhas e baterias**

Parceira da Fesp, a Suzaquim Indústrias Químicas tem como missão cooperar com a preservação do meio ambiente por meio do reprocessamento e destinação final de resíduos industriais, pilhas, baterias e lixo tecnológico. Todo esse material, gerado pela Fesp, segue para a produção de sais e óxidos metálicos. Em 2011, a Fesp encaminhou para o reprocessamento 187,2 quilos de lixo tecnológico. Em 2012, 76 quilos do material.



■ **Consumo consciente de papel, água e energia**

A atitude individual consciente no ambiente de trabalho é incentivada por campanhas internas realizadas anualmente pela Fesp estimulando o consumo racional de papel, água e energia.

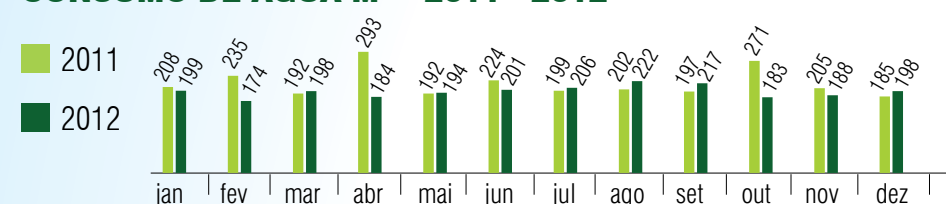
Paralelamente a isso, a Fesp instalou arejadores em todas as torneiras, como parte do Programa Fesp Sustentável. Esses recursos servem para regular e conter o fluxo de água, evitando o desperdício. Nos ambientes de trabalho, a Fesp disponibiliza impressoras programadas que exigem senha individual para sua ativação, o que inibe impressões indevidas e a utilização acentuada de papel.

Quanto ao consumo dos recursos naturais, a Fesp faz acompanhamentos mensais em busca de uma gestão ambiental mais eficiente, desafio que é colocado para os próximos anos. De qualquer modo, a empresa não recebeu quaisquer multas ou sanções referentes ao descumprimento de leis e regulamentos ambientais.



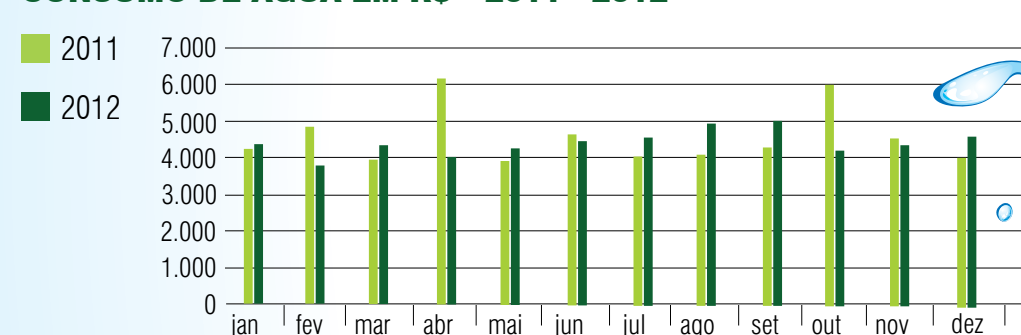
EN26 EN28

■ **CONSUMO DE ÁGUA M³ - 2011 - 2012**

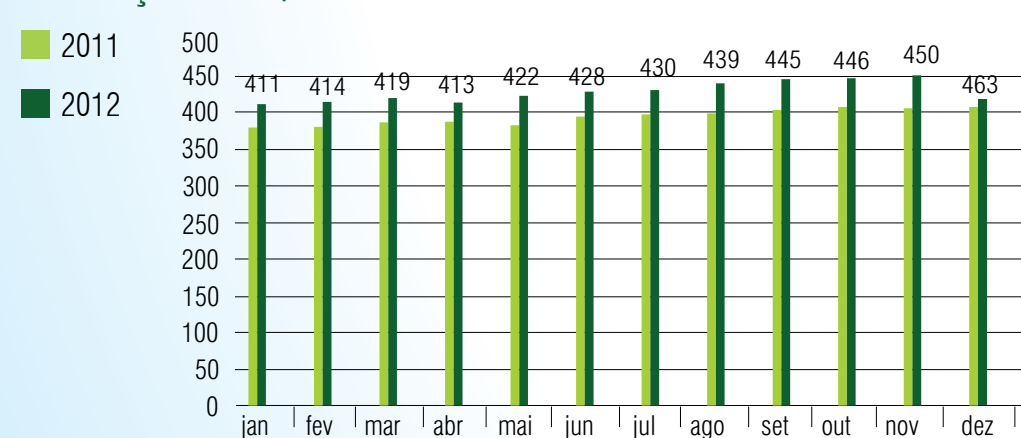


Total de consumo de água em 2012: 2.364 m³

■ **CONSUMO DE ÁGUA EM R\$ - 2011 - 2012**

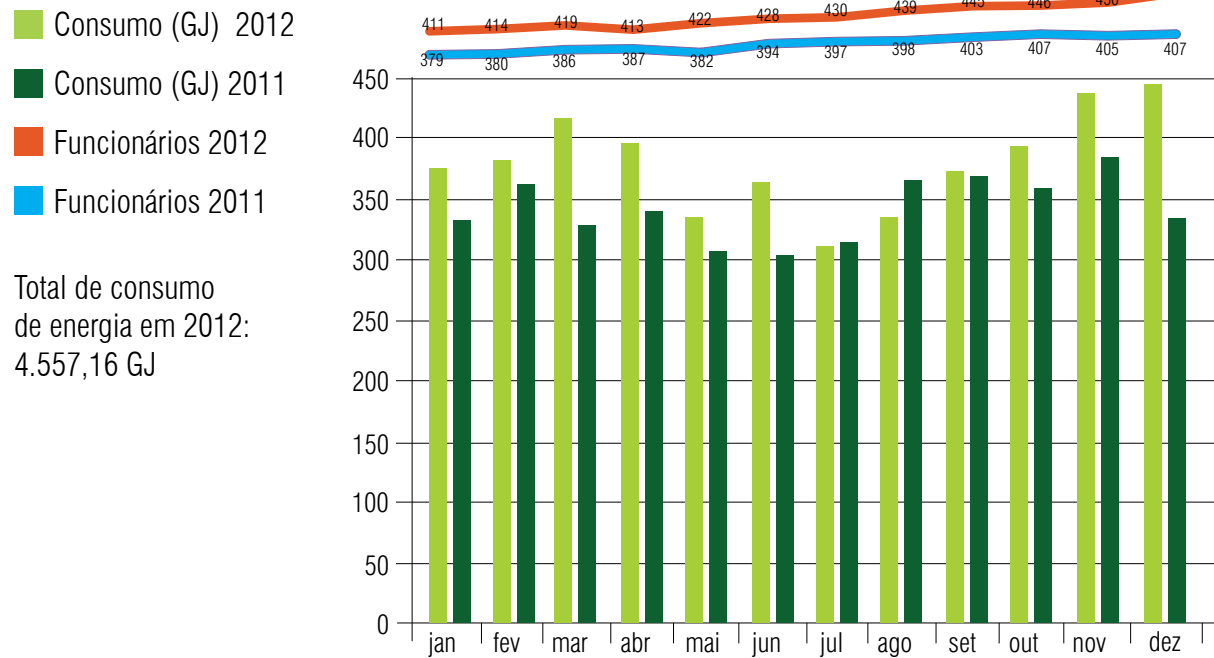


■ **EVOLUÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS - 2011 - 2012**



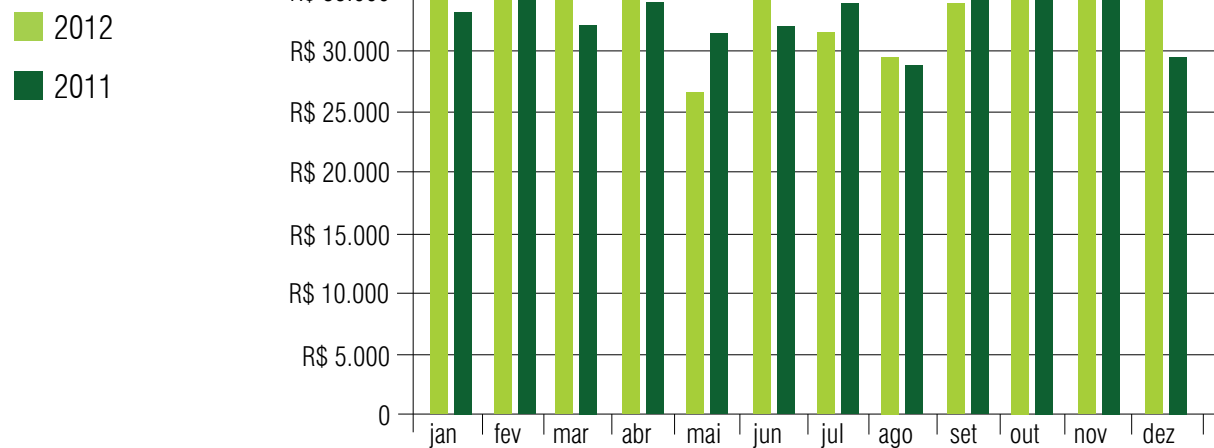
EN8

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (GJ) X EVOLUÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS



Total de consumo de energia em 2012: 4.557,16 GJ

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (R\$)



A energia elétrica utilizada na Fesp é proveniente da concessionária de energia do município do Estado de São Paulo – Eletropaulo. Grande parte da matriz energética brasileira vem de hidrelétricas.

7. Desafios

A Federação das Unimeds do Estado de São Paulo (Fesp), gradativamente, trabalha para avançar em suas políticas e práticas, tanto no aspecto institucional como operacional. Em 41 anos de existência, a Cooperativa permaneceu exercendo seu trabalho dentro das mais diversas condições, principalmente considerando as transições econômicas e sociais vividas pelo Brasil nessas últimas décadas.

Estão amplamente detalhados neste relatório o volume de atividades e resultados que comprovam a solidez, transparência e a identidade cooperativista que marcam o Sistema Unimed. Exatamente por essas características, a Fesp identifica a parcela de desafio que está na independência administrativa das Cooperativas filiadas, visto que a adoção de políticas e práticas sustentáveis em cada Unimed Singular e Federação Intrafederativa é uma questão ligada diretamente ao entendimento de cada diretoria.

A gestão dos relacionamentos com a cadeia de fornecedores e prestadores de serviços também se apresenta como um fator

a ser melhor desenvolvido, pois muitos processos importantes são partilhados com esses stakeholders e, cada vez mais, é preciso que a atuação da Fesp seja alinhada de maneira abrangente, estendendo seu compromisso a todos os seus públicos.

É também um desafio ampliar as ações que favoreçam o meio ambiente, de maneira a ir além do gerenciamento de resíduos que já é praticado, avançando para novos processos que expressem melhor a preocupação e o comprometimento da Fesp, no que se refere à Gestão Ambiental.

Atualmente, devido às específicas condições sociais, econômicas, políticas e financeiras vividas pela Fesp, como demonstrado neste relatório, os funcionários da Cooperativa podem utilizar o recurso do Programa de Incentivo Educacional (PIE) para cursos de curta duração. No entanto, este programa contempla também capacitações de longa duração, que estão suspensas temporariamente. Tal limitação poderá ser revista futuramente, levando a um novo posicionamento desta ação.

Índice Remissivo GRI

Indicadores Global Reporting Initiative		Página
1. Estratégia e Análise		
1,1	Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão na organização	6 e 7
1,2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	22,23,24,25
2. Perfil Organizacional		
2,1	Nome da organização	11
2,2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	30 e 31
2,3	Estrutura operacional da organização	11
2,4	Localização da sede da organização	11
2,5	Número de países em que a organização opera	11
2,6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	11
2,7	Mercados atendidos pela organização	11
2,8	Porte da organização relatora	27,30,35,46
2,9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório	não houve
2,10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	21
3. Parâmetros para o Relatório		
3,1	Período coberto pelo relatório	9
3,2	Data do relatório anterior mais recente	9
3,3	Ciclo de emissão de relatórios	9
3,4	Dados para contato em caso de perguntas	Ficha Técnica
3,5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	9 e 10
3,6	Limite do relatório	9
3,7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	não houve
3,8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações	9
3,9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos, incluindo hipóteses e técnicas	Protocolos da GRI
3,10	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	não houve
3,11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores	não houveram
3,12	Sumário de Conteúdo da GRI	62, 63, 64 e 65
Governança, Compromisso e Engajamento		
4,1	Estrutura de governança da organização	13,14
4,2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	13

Indicadores Global Reporting Initiative		Página
4,3	Declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	13
4,4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança	12
4,5*	Relação entre remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos (incluindo acordos rescisórios) e o desempenho da organização (incluindo desempenho social e ambiental)	
4,6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	17
4,7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização para questões relacionadas a temas econômicos, ambientais e sociais	13
4,8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação	20
4,9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios	13
4,10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social	15
4,11	Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução	13,14,15
4,12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	18
4,13	Participação em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/ internacionais de defesa em que a organização: integra projetos ou comites, contribui com recursos, tem assento em grupos responsáveis pela governança corporativa e considera estratégica sua atuação como associada	18
4,14	Relação de grupos de stakeholders engajados pela organização	9
4,15	Base para a identificação e seleção de stakeholders com os quais se engajar	9
4,16	Abordagens para o engajamento dos stakeholders, incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupos de stakeholders	10
4,17	Principais temas e preocupações que foram levantados por meio do engajamento dos stakeholders e que medidas a organização tem adotado para tratá-los	
Desempenho Econômico		
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos	26, 27
EC5	Varição da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	48
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	52
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	47

*Não existe relação entre a remuneração dos executivos e o desempenho de sustentabilidade.

Índice Remissivo GRI

Indicadores Global Reporting Initiative		Página
Desempenho Ambiental		
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	60
Água		
EN8	Total de retirada de água por fonte	59
Produtos e Serviços		
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	58
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto	57
Conformidade		
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	58
Indicadores Sociais: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente		
Emprego		
LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	46 e 47
LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região	46
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações	47
Relações entre Trabalho e Governança		
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	48
Saúde e Segurança do Trabalho		
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	51
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região	51
LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	51
Treinamento e Educação		
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional	50
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira	48
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.	48
LA14	Proporção de salário-base entre homens e mulheres, por categoria funcional	48

Indicadores Global Reporting Initiative		Página
Indicadores Sociais: Direitos Humanos		
Práticas de Investimentos e de Processos de Compra		
HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	52
Não Discriminação		
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	51
HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	48
Indicadores Sociais: Sociedade		
Corrupção		
S07	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados	44
S05	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	44 e 45
Conformidade		
S08	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos	44
Indicadores Sociais: Responsabilidade pelo Produto		
Saúde e Segurança do Cliente		
PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado	37
Rotulagem de Produtos e Serviços		
PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado	43,44
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação	35
PR6	Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	40
Comunicação e Marketing		
Conformidade		
PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	43 e 44



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da **Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Cooperativas Médicas**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2012, as Demonstrações de Sobras e Perdas, acompanhadas das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, dos Custos Indiretos, das Mutações do Patrimônio Líquido e da Movimentação do Ativo Imobilizado, bem como todos os seus documentos e saldos figurantes, verificando uma **sobra líquida à disposição da Assembléia Geral Ordinária de R\$ 5.431.948,48 (Cinco Milhões, Quatrocentos e Trinta e Um Mil, Novecentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta e Oito Centavos)**, constando achar-se tudo exato e em perfeita ordem, recomenda a sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

São Paulo, 25 de janeiro de 2013.

Dr. PAULO DIAS NOVAES FILHO

Dr. JAMES BEAL MUNHOZ

Dr. NELSON YOSIHARU FUJITA

Dr. MÁRIO SOITI OKANOBO

Dr. JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS RODRIGUES

Dra. MARIA APARECIDA MARCONDES DE ANDRADE NOGUEIRA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Às Associadas e Diretores da
UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS:

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações das sobras e perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Federação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Federação aderiu ao parcelamento consolidado de tributos e contribuições federais referentes a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, correspondentes ao período de janeiro de 2005 a outubro de 2008, com base na Lei nº 11.941/09. Entretanto, como facultou a IN - DIOPE nº 20/2008 da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, foi lançada no exercício de 2008, no Ativo Não Circulante e na rubrica "Conta Corrente com Cooperadas", uma provisão atualizada e mantida para o atual exercício, no montante de R\$ 13.964.018, correspondente a esses mesmos tributos e contribuições do período de 2005 a 2007, montante este que entendemos deveria ter sido mantido a débito do Patrimônio Líquido, como "Ajuste de Exercícios Anteriores".

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo da ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2013.

ETA E AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-SP Nº 2SP010138/O-8

TUNEO ONO
Contador
CRC-SP Nº 098699/O-9

**UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(EM REAIS)**

ATIVO

	N.E.	31.12.2012	31.12.2011
ATIVO CIRCULANTE		158.357.751	119.594.374
Disponível	4	2.439.428	3.174.894
Realizável		155.918.323	116.419.480
Aplicações	5	85.143.349	52.337.951
<u>Créditos de Operações c/ Planos Assist. à Saúde</u>	6	<u>44.674.410</u>	<u>42.956.651</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber		40.197.201	39.881.655
Outros Créditos de Operações c/ Planos de Assist. à Saúde		4.477.209	3.074.996
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relac. c/ Planos de Saúde da OPS	7	3.047.382	5.351.948
Créditos Tributários e Previdenciários	8	8.930.415	9.970.907
Bens e Títulos a Receber	9	13.684.152	5.280.517
Despesas Antecipadas		438.615	521.506
ATIVO NÃO CIRCULANTE		52.941.821	49.088.127
Realizável a Longo Prazo		19.290.402	18.699.740
Títulos e Créditos a Receber	9	1.000.000	1.600.000
Depósitos Judiciais e Fiscais	10	4.326.384	2.370.382
Conta Corrente com Cooperadas	11	13.964.018	14.729.358
Investimentos	12	7.055.846	3.452.316
Participações Societárias – Outras Entidades		7.055.846	3.452.316
Imobilizado	13	22.422.768	23.377.666
Imóveis de Uso Próprio – Não Hospitalares		14.397.499	14.631.225
Bens Móveis – Não Hospitalares		7.376.023	8.198.778
Outras Imobilizações – Não Hospitalares		649.246	547.663
Intangível	14	4.172.805	3.558.405
TOTAL DO ATIVO		211.299.572	168.682.501

**UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(EM REAIS)**

PASSIVO

	N.E.	31.12.2012	31.12.2011
PASSIVO CIRCULANTE		126.217.809	91.157.235
<u>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</u>	15	102.825.727	69.111.546
Provisão para Remissão		626.873	407.294
Provisão de Eventos a Liquidar		51.969.116	33.533.545
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados		50.229.738	35.170.707
<u>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</u>		1.752.270	5.471.652
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		1.752.270	5.471.652
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	6.086.358	5.099.857
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	1.129.980	1.938.032
Débitos Diversos	18	14.423.474	9.536.148
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		24.078.361	24.948.558
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	15	662.021	348.198
Provisões Judiciais	19	236.922	273.682
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	21	22.636.681	23.665.759
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	17	542.737	660.919
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	61.003.402	52.576.708
Capital Social		37.069.408	33.508.467
Reservas de Sobras		18.502.046	17.015.536
Resultado		5.431.948	2.052.705
TOTAL DO PASSIVO		211.299.572	168.682.501

**UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRES E PERDAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(EM REAIS)**

	31.12.2012	31.12.2011
Contraprestações Efetivas de Operações com Planos de Assist. à Saúde	721.188.083	621.540.887
Contraprestações Líquidas	729.337.122	626.245.180
Variação das Provisões Técnicas	(533.402)	(78.230)
Ingressos com Administração	311.998	-
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assist. à Saúde	(7.927.635)	(4.626.063)
Eventos Indenizáveis Líquidos	(628.245.471)	(556.196.628)
Eventos Conhecidos ou Avisados	(634.900.877)	(561.374.809)
Recuperação de Eventos Conhecidos ou Avisados	21.714.437	15.394.451
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(15.059.031)	(10.216.270)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	92.942.612	65.344.259
Outros Ingressos Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	507.416	541.046
Outros Ingressos Oper. Assist. Saúde Não Relac. c/ Planos de Saúde da Operadora	47.689.979	83.649.201
RESULTADO BRUTO	141.140.007	149.534.506
Dispêndios de Comercialização	(26.408.539)	(26.649.245)
Dispêndios Administrativos	(70.388.837)	(59.923.145)
Outros Ingressos Operacionais	6.625.317	4.899.984
Outros Dispêndios Operacionais	(43.483.491)	(66.498.765)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(224.436)	103.361
Outras	(43.259.055)	(66.602.126)
Resultado Financeiro Líquido	3.995.086	4.222.387
Ingressos Financeiros	6.157.288	6.888.097
Dispêndios Financeiros	(2.162.202)	(2.665.710)
Resultado Patrimonial	1.247.140	1.042.706
Ingressos Patrimoniais	1.254.850	1.042.706
Dispêndios Patrimoniais	(7.710)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	12.726.683	6.628.428
Imposto de Renda	(1.365.404)	(1.195.476)
Contribuição Social	(500.185)	(439.012)
Participações no Resultado	(1.016.342)	(804.599)
RESULTADO LÍQUIDO	9.844.752	4.189.341

UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (EM REAIS)

	Capital Social	Fundo de Reserva	FATES	FANAE	FUSESP	Ajustes Exercícios Anteriores	Sobras (Perdas)	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	16.472.677	13.796.893	934.039	880.302	9.806.119	-	6.250.927	48.140.957
Destinações conforme A.G.O. de 25.02.11								
Incorporação de Sobras ao Fusesp	-	-	-	-	498.812	-	(498.812)	-
Incorporação de Sobras ao Capital	5.773.023	-	-	-	-	-	(5.773.023)	-
Incorporação de Juros sobre Capital	957.836	-	-	-	-	-	-	957.836
Movimentação do Exercício:								
Incorporação Fusesp ao Capital	10.304.931	-	-	-	(10.304.931)	-	-	-
Ajuste Exercício Anterior-Ajustes de Depreciação (AAP)	-	-	-	-	-	(131.807)	20.908	(110.899)
Movimentação F.A.N.A.E.	-	-	-	1.925.712	-	-	-	1.925.712
Baixas por Utilização	-	-	(704.990)	(444.821)	-	-	-	(1.149.811)
Resultado do Exercício								
Sobras Apuradas	-	-	-	-	-	-	4.189.341	4.189.341
Destinações Legais e Estatutárias:								
Fundo de Reserva – 10%	-	418.934	-	-	-	-	(418.934)	-
F.A.T.E.S. – 5%	-	-	209.467	-	-	-	(209.467)	-
Juros sobre Capital (6% a.a.)	-	-	-	-	-	-	(1.376.428)	(1.376.428)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	33.598.467	14.215.827	438.516	2.361.193	-	(131.807)	2.184.512	52.576.798
Destinações conforme A.G.O. de 30.03.12								
Compensação Ajuste Exercícios Anteriores	-	(131.807)	-	-	-	131.807	-	-
Incorporação de Sobras ao Capital	2.184.512	-	-	-	-	-	(2.184.512)	-
Incorporação de Juros sobre Capital	1.376.428	-	-	-	-	-	-	1.376.428
Movimentação do Exercício:								
Movimentação F.A.N.A.E.	-	-	-	2.024.036	-	-	-	2.024.036
Baixas por Utilização	-	-	(438.516)	(1.443.916)	-	-	-	(1.882.432)
Absorção Conta Corrente Cooperadas IN 20	-	-	-	-	-	-	(765.340)	(765.340)
Resultado do Exercício								
Sobras Apuradas	-	-	-	-	-	-	9.844.752	9.844.752
Destinações Legais:								
Fundo de Reserva – 10%	-	984.475	-	-	-	-	(984.475)	-
F.A.T.E.S. – 5%	-	-	492.238	-	-	-	(492.238)	-
Juros sobre Capital (6% a.a.)	-	-	-	-	-	-	(2.170.750)	(2.170.750)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	37.069.408	15.068.495	492.238	2.941.313	-	-	5.431.948	61.003.402

UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(EM REAIS)

	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Planos de Saúde	901.833.173	749.157.023
Outros Recebimentos Operacionais	131.028.800	123.654.437
(-) Pagamentos a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(725.344.142)	(646.048.376)
(-) Pagamentos de Comissões	(25.017.970)	(22.110.718)
(-) Pagamentos de Pessoal	(34.415.397)	(28.209.314)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(4.512.871)	(4.105.296)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(21.366.165)	(15.783.268)
(-) Pagamentos de Tributos	(14.452.237)	(11.394.364)
(-) Pagamentos de Aluguel	(786.296)	(723.382)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade	(1.935.070)	(1.856.657)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(170.348.919)	(125.722.286)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	34.682.906	16.857.799
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(5.204.574)	(3.521.161)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.204.574)	(3.521.161)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos / Financiamentos	458.052	-
Resgates de Aplicações Financeiras	169.539.627	146.115.392
(-) Aplicações Financeiras	(197.816.728)	(153.756.660)
(-) Pagamentos de Amortização – Empréstimos / Financiamentos	(1.300.144)	(6.383.404)
(-) Participação nos Resultados	(1.016.342)	(385.684)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(30.135.535)	(14.410.356)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(657.203)	(1.073.718)
CAIXA – Saldo Inicial	3.093.905	4.167.623
CAIXA – Saldo Final	2.436.702	3.093.905

**UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(EM REAIS)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO – FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS tem por objetivo a integração, orientação e coordenação das Unimed do Estado de São Paulo, tendo competência para atuar nas atividades de sua área de ação, especialmente nos empreendimentos que transcendam a capacidade ou conveniência da atuação das federações e das cooperativas singulares associadas, organizando programas de intercâmbio de serviços, de interesses e informações. Compete-lhe, ainda, estimular e orientar a implantação de novas cooperativas de trabalho no âmbito estadual, incentivar e difundir o cooperativismo, bem como, estabelecer planos de assistência técnica, educacional e social.

Como operadora de planos de assistência à saúde a UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO encontra-se registrada na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob o nº 319.996.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com padrões da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, conforme Plano de Contas Padrão estabelecido pela Resolução Normativa/ANS nº 290 de 27 de Fevereiro de 2012, consoantes às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 (alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09), bem como, da Lei Cooperativista nº 5.764/71, das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Entidades Cooperativas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, obedecendo ainda parcialmente, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2011, as quais foram readequadas às alterações trazidas pela Resolução Normativa – RN 290 de 27 de fevereiro de 2012 da ANS, de forma a permitir a sua comparabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de Escrituração

A Federação adota o regime de competência para o registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil inclui estimativas e premissas, como mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Federação revisa as estimativas e premissas ao menos anualmente.

c) Aplicações Financeiras

Representadas substancialmente, por aplicações em Fundos de Investimentos e Certificados de Depósito Bancário, correspondem a Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas e Aplicações Não Vinculadas e, encontram-se demonstradas ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos, líquidos de IRRF, auferidos até a data do balanço, ajustadas quando aplicável, a valor de mercado.

d) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, não se referindo a transações de financiamento, razão pela qual os respectivos valores não estão sujeitos a qualquer taxa de desconto. Os referidos ativos encontram-se ajustados por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base na análise individual e nos parâmetros previstos no item 9.2.3 do Capítulo I do Anexo I da RN nº 290 da DIOPE/ANS de 27.02.2012, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Os valores registrados em rubrica de "Outros Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde" correspondem a créditos a receber decorrente de cobrança de Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis em contratos firmados com Pessoas Jurídicas.

e) Demais Ativos Circulantes

Os demais ativos circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como longo prazo.

f) Ativos Não Circulantes

Os direitos realizáveis após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como longo prazo e, estão apresentados a valor presente. Os valores registrados em Conta Corrente com Cooperadas, por sua vinculação às provisões registradas no Exigível a Longo Prazo, não possuem previsão de qualquer taxa de desconto.

g) Investimentos

Os investimentos, representados basicamente por participações minoritárias em sociedades coligadas, sem influência significativa na administração, estão registrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somadas as incorporações de juros e sobras ocorridas no período.

h) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A Lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96.

Os encargos de depreciação são reconhecidos através de taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, determinadas através de laudo técnico elaborado pela empresa especializada contratada (SETAPE Serviços Técnicos de Avaliações do Patrimônio e Engenharia S/C Ltda.), consoante aos parâmetros estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 27.

i) **Arrendamento Mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13.

j) **Ativo Intangível**

Representado basicamente por licenças e direito de uso de softwares destinados ao sistema operacional corporativo da Federação, sendo registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos intangíveis, observadas as premissas previstas no Pronunciamento Técnico CPC nº 04.

k) **Recuperabilidade dos ativos**

Não foram identificadas quaisquer evidências ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar eventual deterioração, obsolescência ou perda do valor recuperável dos ativos, que possam requerer ajustes para perda por conta de redução do valor de recuperação dos referidos ativos (CPC 01).

l) **Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde**

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com os parâmetros contidos RN nº 209 de 22.12.2009 da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, as quais contemplam:

- **Provisão de Benefícios Concedidos**, destinada à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, correspondente ao Plano de Continuidade Assistencial-PCA. Constituída com base em metodologia de cálculo prevista em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP aprovada pela ANS;
- **Provisão de Eventos a Liquidar**, destinada à cobertura de eventos já ocorridos e não pagos, apurada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pela operadora e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço;
- **Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados-PEONA**, destinada a fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base na média mensal do maior valor entre as contraprestações pecuniárias e os eventos indenizáveis nos últimos 12 (doze) meses, dos contratos na modalidade de preço preestabelecido, aplicando-se os parâmetros previstos na referida resolução normativa (vide nota 15-c).

m) **Demais Passivos Circulantes**

Os demais passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

n) **Passivos não Circulantes**

Os passivos não circulantes, representados por empréstimos e financiamentos exigíveis a longo prazo, são demonstrados a valor presente, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até 31 de dezembro de 2012. Os passivos registrados na rubrica de "Provisões" em face de sua natureza, não estão sujeitos a qualquer taxa explícita ou implícita de desconto.

o) **Ativos e Passivos Contingentes**

Estão apresentados de forma detalhada quanto à sua natureza, oportunidade e valores envolvidos, observados os procedimentos contidos no Pronunciamento Técnico nº 25 do CPC.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Federação possuir total controle da situação ou quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, enquanto que os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questiona a inconstitucionalidade e/ou a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

p) **Ingressos e Dispendios de Atos Cooperativos**

São originados por duas principais modalidades de contratos de serviços de assistência médico-hospitalar. Esses ingressos e os dispendios correspondentes são apropriados ao resultado da seguinte forma:

- **Contratos com cobertura a preço pré-estabelecido:** Os ingressos são reconhecidos mediante a emissão das faturas mensais, apropriadas ao resultado considerando-se o período de cobertura do risco. Os dispendios desses contratos são reconhecidos quando incorridos e, como parte dos eventos não são apresentados dentro do período da sua efetiva competência (atendimento), os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados-PEONA.
- **Contratos com cobertura a preço pós-estabelecido:** Os ingressos são reconhecidos quando da efetiva utilização dos serviços e da geração dos dispendios correspondentes.

q) **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

As informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da Federação estão sendo apresentadas através de demonstração que indica os fluxos de caixa no período decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento da Federação, conforme estrutura padrão definida no anexo da Resolução Normativa-RN nº 290 da DIOPE/ANS, consoante aos dispositivos estabelecidos no CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. DISPONÍVEL		
	2012	2011
Caixa Geral	18.000	18.000
Bancos Conta Movimento	2.418.702	3.075.905
Sub-Total	2.436.702	3.093.905
Valores em Trânsito	2.726	80.989
Total	2.439.428	3.174.894

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstradas ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustadas quando aplicável, a valor de mercado, detalhadas a seguir:

	2012	2011
APLICAÇÕES VINCULADAS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS		
Em Certificado de Depósitos Bancários		
Banco Santander	9.555.972	5.835.865
Banco Itaú	4.753.248	1.740.756
Banco Safra	9.284.953	5.950.439
Banco do Brasil	9.271.896	2.097.173
Banco Bradesco	7.171.374	5.692.775
Em Fundos de Investimentos		
Banco HSBC	8.577.926	8.035.359
Banco Santander	3.170.566	2.969.249
Em Letra Financeira		
Banco Bradesco	3.059.361	-
Banco Safra	1.375.141	-
(-) Provisão de IR sobre aplicações	(698.800)	(398.857)
APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS		
Em Certificado de Depósitos Bancários		
Banco Santander	-	18.621.334
Banco Itaú	27.579.082	-
Banco Bradesco	27.493	73.471
Banco HSBC	1.338.710	1.757.268
Banco Safra	581.860	22.907
Banco do Brasil	35.861	-
Banco Citibank	108.379	-
Em Títulos de Capitalização		
Banco Itaú	10.000	10.000
(-) Provisão de IR sobre aplicações	(59.673)	(69.788)
Total	85.143.349	52.337.951

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Estão assim compostos:

	2012	2011
Contas a Receber – Clientes	42.700.642	45.209.033
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos – Clientes	(9.431.120)	(8.896.253)
Custo Operacional a Faturar	6.927.679	3.568.875
Participação Benef. Eventos a Receber	4.816.055	3.227.176
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos – Partic.Benef.a Rec.	(338.846)	(152.180)
Total	44.674.410	42.956.651

7. CRÉDITOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Composição:

	2012	2011
Contas a Receber – Outros	31.255	2.077.336
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos – Outros	(3.631)	(174.270)
Contas a Receber – Unimed	3.122.788	3.757.547
(-) Provisão p/Devedores Duvidosos – Unimed	(103.030)	(308.665)
Total	3.047.382	5.351.948

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2012	2011
IRRF a Compensar	4.387.785	6.828.035
PIS/COFINS/CSLL Retidos na Fonte	4.219.795	2.826.760
ISS Retido na Fonte	308.838	302.115
Outros	13.997	13.997
Total	8.930.415	9.970.907

Correspondem basicamente a impostos e contribuições retidos por parte dos contratantes sobre faturas emitidas pela Federação, que estão sendo compensados de acordo com a legislação aplicável.

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2012		2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Estoques	455.951	-	334.356	-
Adiantamentos				
Adiantamento Produção – Unimed	-	-	270.896	-
Adiantamentos a Fornecedores	394.567	-	264.373	-
Adiantamentos a Unimed	(a) 7.007.454	-	1.159.153	-
Adiantamentos a Funcionários	230.184	-	193.523	-
Sub Total	7.632.205	-	1.887.945	-
Outros Créditos				
Títulos a Receber	(b) 600.000	1.000.000	600.000	1.600.000
Outros Títulos e Créditos a Receber	(c) 8.204.725	-	5.787.768	-
(-) Provisão para Perdas sobre Créditos	(3.308.729)	-	(3.329.552)	-
Sub Total	5.595.996	1.000.000	3.058.216	1.600.000
Total	13.684.152	1.000.000	5.280.517	1.600.000

- (a) Corresponde ao adiantamento sobre faturas de serviços prestados por Unimed a usuários da Federação, cuja baixa ocorre após a finalização do processo de conferência da despesa assistencial ora provisionada;
- (b) Refere-se basicamente ao saldo residual de créditos a receber apresentados a valor presente, relativo ao acordo firmado em 23/06/2010 com a Nobre Seguradora do Brasil S.A., visando o recebimento de valores que estavam sendo cobrados judicialmente. O saldo remanescente em 31.12.2012 apresentado a valor presente corresponde a 32 parcelas mensais e consecutivas, cujos juros incorridos à taxa de variação do CDI são cobrados e liquidados no recebimento de cada parcela;
- (c) Estão representados por valores a receber decorrentes de produtos e serviços contratados e/ou intermediados pela Federação e repassados às suas Associadas, bem como, por outros créditos a receber que estão sendo cobrados judicialmente, sobre os quais foi constituída provisão para perdas em montante equivalente.

10. VALORES E BENS - LONGO PRAZO

	2012	2011
Depósitos Judiciais – Taxa Saúde Suplementar –ANS (a)	1.878.139	1.028.460
Outros Depósitos Judiciais	2.448.245	1.341.922
Total	4.326.384	2.370.382

- (a) Estão correspondidos por depósitos judiciais realizados trimestralmente, objetivando a suspensão da exigibilidade da taxa de saúde suplementar, tendo em vista a inexistência de relação jurídico-tributária apta a ensejar o recolhimento do suposto crédito.

11. CONTA CORRENTE COM COOPERADAS – LONGO PRAZO

Representado pelo saldo de R\$ 13.964.018 (R\$ 14.729.358 em 2011), referem-se a valores transferidos de Sobras (Perdas) Acumuladas no exercício de 2008, decorrentes de lançamento de contrapartida da provisão para contingências tributárias, conforme disposições previstas na Instrução Normativa nº 20 da DIOPE/ANS de 20 de outubro de 2008. Os respectivos registros são relacionados à PIS, COFINS, IRPJ e CSLL apurados sobre as operações da Federação do período de 2.005 a 2.007, cujas exigibilidades tributárias eram objeto de contestação judicial de auto de infração lavrado contra a Federação em 2000, sendo os valores envolvidos lançados em atendimento à deliberação de AGE realizada em 19 de dezembro de 2008 e ratificados pela AGO de 27.02.2009, atribuindo a responsabilidade de suas associadas pelo pagamento dos valores relacionados, caso venham a ser exigidos contra a Federação.

Conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e 21, a Federação aderiu ao parcelamento de tributos e contribuições federais e previdenciárias no âmbito da Lei 11.941/09, cujos débitos apresentados até 2010 no subgrupo de "Provisões", foram atualizados e ajustados de acordo com percentuais de redução dos encargos conforme referida previsão legal e registrados nas respectivas rubricas de "Tributos e Contribuições a Recolher – Parcelamento" após a efetivação do processo de consolidação dos débitos por parte da Receita Federal do Brasil, considerando a opção de liquidação dos valores envolvidos pelo prazo de 180 (cento e oitenta) meses, cujos valores envolvidos encontram-se atualizados pelos encargos incorridos até 31 de dezembro de 2012. Os valores registrados em "Conta com Corrente Cooperadas", estão sendo realizados concomitantemente ao pagamento da parcela correspondente, totalizando em 2012 o montante de R\$ 765.340 lançado à débito de sobras acumuladas.

12. INVESTIMENTOS

	31.12.2011	Adições	31.12.2012
Participações Societárias – Investimentos no País			
Unimed do Brasil	142.814	-	142.814
Unimed Seguradora S/A	1.347.083	289.999	1.637.082
Central Nacional Unimed	3.000	-	3.000
Unimed Participações S/C Ltda	1.899.339	3.313.351	5.212.690
Cofesp Corretora de Seguros	59.700	-	59.700
Coop. Cred. Mútuo Prof. Área Saúde Gde. SP	380	180	560
Clube Aliança Unimed Seguros	50.000	-	50.000
(-) Provisão para Desvalorização de Investimento	(50.000)	-	(50.000)
TOTAL	3.452.316	3.603.530	7.055.846

13. IMOBILIZADO

A movimentação dos itens do imobilizado durante o exercício de 2012, foi a seguinte:

	31.12.2011	Adições	Baixas	31.12.2012
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares	14.631.225	(126.071)	-	14.505.154
Terrenos	1.104.650	-	-	1.104.650
Edificações	15.266.484	-	-	15.266.484
Construções em Andamento	-	107.655	-	107.655
(-) Depreciação Acumulada	(1.739.909)	(233.726)	-	(1.973.635)
Bens Móveis - Não Hospitalares	8.198.778	(869.027)	(61.383)	7.268.368
Instalações	1.793.412	35.622	-	1.829.034
Veículos	407.906	155.160	(72.247)	490.819
Móveis e Utensílios	2.457.098	131.334	-	2.588.432
Aparelhos e Equipamentos	4.112.049	161.791	-	4.273.840
Terminais e Periféricos	7.782.523	870.759	(8.125)	8.645.157
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(8.354.210)	(2.223.693)	18.989	(10.558.914)
Outras Imobilizações	547.663	101.583	-	649.246
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	871.582	293.589	-	1.165.171
(-) Amortização Acumulada	(323.919)	(192.006)	-	(515.925)
TOTAL IMOBILIZADO LÍQUIDO	23.377.666	(893.515)	(61.383)	22.422.768

Consoante às disposições do Pronunciamento Técnico - CPC 27, foram realizados levantamentos da vida útil remanescente para fins adequação das taxas de depreciação e, teste de Impairment (CPC 01), com vistas a identificar eventual ajuste por desvalorização dos respectivos ativos, procedimentos estes em linha com a Lei 11.638/07, mediante apuração individual realizada por empresa especializada.

A vida útil remanescente, considerando as variáveis de cada item, apresenta em média para cada grupo de ativos, os seguintes períodos (a partir da data da aquisição):

Descrição	Vida Útil	Depreciação Anual
Edificações	60 anos	1,67%
Instalações	10 anos	10,00%
Veículos	10 anos	10,00%
Móveis e Utensílios	12 anos	8,33%
Aparelhos e Equipamentos	12 anos	8,33%
Terminais e Periféricos	3 anos	33,33%

14. INTANGÍVEL

	2012	2011
Sistemas de Computação	1.877.141	2.152.337
Software e Aplicativos	8.481.968	6.631.411
Outros	19.480	19.480
(-) Amortização Acum. Software e Aplicativos	(4.317.587)	(3.394.905)
(-) Amortização Acum. Sistemas Computação	(1.888.197)	(1.849.918)
TOTAL INTANGÍVEL LÍQUIDO	4.172.805	3.558.405

15. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**a) Provisão de Remissão**

Provisão constituída no valor de R\$ 1.288.894 (R\$ 626.873 no Circulante e R\$ 662.021 no Passivo não Circulante) destinada à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, correspondente ao Plano de Continuidade Assistencial-PCA Federativo. Valor apurado com base em metodologia de cálculo prevista em Nota Técnica Atuarial de Provisões-NTAP aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS.

Atuário responsável: Italoema Destro Sanglard – MIBA 2.051.

b) Provisão de Eventos a Liquidar

Provisão constituída conforme exigibilidade constante na Resolução Normativa-RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009 expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, destinada a garantia de eventos já ocorridos registrados contabilmente e ainda não pagos, distribuída da seguinte forma:

	2012	2011
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS (b.1)	4.922.876	2.793.156
Intercâmbio - Unimed	43.386.398	29.965.930
Hospitais	2.224.530	249.983
Laboratórios	29.307	28.736
Clínicas	36.007	54.968
Outros Serviços	1.369.998	440.772
TOTAL	51.969.116	33.533.545

(b.1) Referem-se a lançamentos realizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, correspondentes a cobranças de despesas assistenciais decorrentes de atendimentos dos usuários da Operadora junto ao sistema Único de Saúde. O valor total lançado retrata o valor atualizado com encargos de multa e juros até a data de referência, além do valor total dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) notificados à operadora de plano de saúde e ainda não cobrados pela ANS, multiplicados pelo percentual histórico de cobrança, que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados.

c) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados

Provisão totalizando o montante de R\$ 50.229.738 (35.170.707 em 2011) apresentada no Passivo Circulante, constituída de acordo com os parâmetros previstos na Resolução Normativa-RN nº 209 aprovada pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 22/12/2009, destinada a fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Federação. O valor apresentado em 31.12.2012 corresponde a 60/72 avos do total de R\$ 60.275.686 a ser constituído até Dezembro de 2013, conforme regras estabelecidas no referido dispositivo normativo.

As mencionadas Provisões Técnicas estão sendo lastreadas por aplicações do segmento de renda fixa detalhadas na nota explicativa nº 5, representadas por Certificados de Depósitos Bancários-CDB e quotas de Fundo de Investimentos dedicado ao Setor de Saúde Suplementar.

16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER - CIRCULANTE

Estão representados por:

	2012	2011
Tributos e Contribuições a Recolher	1.985.239	1.338.057
CSLL a Recolher	39.459	42.523
Imposto de Renda a Recolher	60.547	-
ISSQN a Recolher	289.650	259.681
INSS sobre Folha de Pagamento	636.394	513.398
FGTS a Recolher	216.938	169.864
Pis sobre Faturamento	131.577	62.281
Cofins sobre Faturamento	607.279	287.455
Outras Contribuições a Recolher	3.395	2.855
Retenções de Impostos e Contribuições	1.154.555	1.062.620
Imposto de Renda Retido na Fonte	817.880	788.665
ISSQN Retido na Fonte de Terceiros	70.919	66.237
INSS sobre Serviços Prestados	156.047	119.070
Pis/Cofins/CSLL Retido na Fonte	109.709	88.648
Parcelamento de Tributos e Contribuições	2.946.564	2.699.180
COFINS	737.507	688.221
PIS	154.193	143.900
PIS/COFINS/CSLL/IRPJ (PGFN) – Lei 11.941	505.899	472.985
PIS/COFINS/CSLL/IRPJ (RFB) – Lei 11.941	1.188.427	1.110.699
Previdência Social – Lei 11.941	303.314	283.375
Agência Nacional de Saúde Suplementar	57.224	-
Total	6.086.358	5.099.857

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

		2012		2011	
		Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Empréstimo CCB Santander	(a)	499.384	-	270.896	-
Empréstimo CCB Itaú / Unibanco		-	-	655.026	-
Arrendamento Mercantil - Leasing	(b)	471.363	370.848	852.485	330.363
Financiamento - Finame	(c)	159.233	171.889	159.625	330.556
Total		1.129.980	542.737	1.938.032	660.919

(a) Refere-se a nova linha de crédito CCB (Cédula de Crédito Bancário), obtida junto ao Banco Santander S/A em dezembro/2012, destinadas a recomposição do fluxo de caixa, a ser liquidado em 12 parcelas, com encargos pré-fixados de 0,90%, a partir de 18/01/2013.

(b) Referem-se a arrendamento financeiro de diversos bens integrados ao Ativo Imobilizado da Federação, com Valor Residual Garantido diluído nas parcelas, conforme detalhados a seguir:

Arrendadora	Descrição do Bem	Valor Total	Início	Término	Encargos	Saldos em 31.12.2012	
						Passivo Circulante	Passivo não Circulante
HP Financial Services S/A	Equipos. Servidores HP	R\$ 172.481	16/06/11	16/05/14	1,1200% a.m.	R\$ 57.494	R\$ 23.956
HP Financial Services S/A	Equipos. Servidores HP	R\$ 249.473	28/07/11	28/06/14	1,2800% a.m.	R\$ 83.158	R\$ 41.579
HP Financial Services S/A	Máquinas, Licenças e Serviços de Implementação HP	R\$ 440.000	24/05/12	24/04/12	1,0200% a.m.	R\$ 146.666	R\$ 195.555
Santander Mercantil S/A	No-Break para 1º Andar Prédio Tamandaré	R\$ 88.249	16/11/12	24/10/15	0,9640% a.m.	R\$ 24.868	R\$ 45.591
HP Financial Services S/A	Equipamentos para Business Intelligence	R\$ 105.000	17/11/12	24/10/15	0,8600% a.m.	R\$ 35.000	R\$ 64.167
HP Financial Services S/A	Equipamentos de Informática – Expansão Datacenter	R\$ 1.194.120	27/02/10	29/01/13	1,0800% a.m.	R\$ 33.170	-
Banco Itauleasing S/A	Mobiliário Rua Tamandaré – 3º Andar	R\$ 187.872	21/06/10	21/05/13	1,1600% a.m.	R\$ 24.896	-
HP Financial Services S/A	Equipamentos p/ Upgrade Ambiente Sicom	R\$ 340.000	28/07/10	28/07/12	1,200% a.m.	R\$ 66.111	-
TOTAL						471.363	370.848

(c) Corresponde a saldo de contratos de financiamento obtidos mediante abertura de linha crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES/ FINAME através da instituição credora Unibanco - União dos Bancos Brasileiros S/A, destinados a aquisição de No-break no valor de R\$ 224.000 e Gerador pelo valor de R\$ 490.000. Os saldos apresentados em 31.12.2011 correspondem a 25 parcelas e encontram-se atualizados pelos encargos incidentes de 4,50% a.a. apropriados pró-rata dia.

18. DÉBITOS DIVERSOS

Estão correspondidos por:

	2012	2011
Obrigações com Pessoal	3.285.886	2.565.178
Salários a Pagar	55	247
Provisão para Férias	2.410.443	1.880.157
Provisão para Encargos Sociais s/ Férias	874.942	684.326
Outras Obrigações com Pessoal	446	448
Fornecedores de Bens e Serviços	7.036.189	5.253.061
Provisão de Juros sobre Capital	2.170.750	1.376.428
Outras Contas a Pagar	1.930.649	341.481
	14.423.474	9.536.148

19. PROVISÕES – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Correspondem às contingências descritas a seguir:

	2012	2011
(a) Provisão para Contingências Cíveis	35.922	72.682
(b) Provisão para Contingências Trabalhistas	201.000	201.000
	236.922	273.682

(a) Provisão para Contingências Cíveis

Provisão constituída sobre processos cíveis movidos por usuários, por conta de alegada falta de cobertura contratual, para os quais nossos assessores jurídicos consideram como prováveis as possibilidades de perdas nas demandas.

(b) Provisão para Contingências Trabalhistas

Provisão constituída conservadoramente sobre processos trabalhistas existentes contra a Federação, consoante às premissas previstas no CPC 25, sobre os quais nossos assessores jurídicos consideram em face da complexidade da legislação existente, entre possíveis e prováveis as probabilidades de perdas nos respectivos processos.

20. OUTRAS CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Encontram-se em andamento contra a Federação, ações cíveis que visam o recebimento de indenização por danos morais e materiais, obrigação de fazer, continuidade de prestação de serviços por parte de fornecedor, dentre outros, todas contestadas por nossos assessores jurídicos, que através de parecer emitido acerca das mencionadas contingências, consideram **possíveis** os riscos de perdas por parte da Cooperativa nas respectivas demandas. Os valores iniciais atribuídos às causas, carecem de suporte técnico e não são considerados líquidos e certos, uma vez que pela natureza dos processos, eventuais ônus à Federação nos processos, caso aplicável, somente serão mensurados pelo juízo em caso de sentenças desfavoráveis e definitivas contra a Cooperativa, situação esta considerada de baixo risco no momento.

Ainda conforme nossos assessores jurídicos, a grande maioria das ações judiciais, foram movidas por consumidores que pleiteiam o reconhecimento de obrigação de atendimento médico-hospitalar considerados sem cobertura contratual (ações de obrigação de fazer), nas quais em sua maior parte houve medida liminar determinando, em reconhecimento provisório, a realização da obrigação, já cumprida, de tal forma que a sentença final, em sendo desfavorável, apenas ratificará a determinação, sem acarretar maiores desdobramentos financeiros à Federação, mesmo aquelas que acumulam pedidos de ressarcimento de danos, razões pelas quais classificam como possíveis os riscos da Federação nas respectivas demandas.

Em face da opinião de nossos assessores jurídicos, a complexidade e expectativa de longo prazo para discussão dos assuntos mencionados, a Administração da Federação decidiu no momento por não constituir provisão, além das já existentes, para fazer frente aos processos correspondentes.

21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Estão representados por:

	2012	2011
Parcelamento de Tributos e Contribuições		
Cofins	809.736	1.443.823
PIS	167.042	299.790
PIS/COFINS/CSLL/IRPJ (PGFN) – Lei 11.941	5.396.251	5.518.156
PIS/COFINS/CSLL/IRPJ (RFB) – Lei 11.941	12.775.591	13.050.715
Previdência Social – Lei 11.941	3.285.902	3.353.275
Agência Nacional de Saúde Suplementar	202.159	-
Total	22.636.681	23.665.759

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital, totalmente integralizado, é composto de 37.069.407 quotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. O quadro de associadas da Federação em 31/12/2012 contempla o total de 79 Cooperativas (Federação Intrafederativas e Singulares). Sobre o capital social integralizado incidirá juros remuneratórios de 6% a.a., quando apuradas sobras no final do exercício e destinados à distribuição às federadas após aprovação do Balanço Patrimonial pela Assembléia Geral Ordinária.

De acordo com o Estatuto Social e às disposições contidas na Lei 5.764/71, das sobras brutas apuradas, são previstas as seguintes destinações:

- 5% para o **FATES - Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social** - destinado a promover os serviços assistenciais da Federação, nos seus aspectos técnicos, educacionais e sociais, desde que direta ou indiretamente ligados às finalidades da sociedade, podendo ser estendido aos cooperados das singulares, seus dependentes e aos empregados da cooperativa.
- 10% para o **Fundo de Reserva** - destinados a reparar eventuais perdas.

Além destas reservas, a Federação mantém outro fundo criado por decisão de Assembléia Geral Extraordinária, assim descrito como **FANAE - Fundo de Apoio ao Núcleo de Ações Estratégicas**, constituído em 2003, atualmente formado mediante transferência de 2/3 da contribuição social mensal das Unimed federadas, tendo por objetivo custear as despesas e as ações do Núcleo de Assuntos Estratégicos.

23. COBERTURA DE SEGURO

São mantidos seguros para bens da empresa (edificações, veículos e equipamentos), sendo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

24. PARTES RELACIONADAS

De acordo com modelo jurídico próprio estabelecido pela Lei Cooperativista nº 5.764,71, a Federação Estadual das Cooperativas Médicas na condição de Cooperativa de 2º Grau, obrigatoriamente possui a estrutura de sua Administração, formada por dirigentes e representantes de suas Cooperativas associadas, sendo suas operações sociais exclusivamente voltadas ao cooperativismo de trabalho médico, não se enquadrando nos requisitos de caracterização como partes relacionadas conforme dispositivos contidos no pronunciamento contábil CPC nº 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Dr. Humberto Jorge Isaac
Diretor Presidente

Paulo Rogério de Azevedo
Contador CRC SP 192653/O-5

Balanco Social Anual das Cooperativas / 2012



1 - Identificação

Nome da cooperativa: UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO Ramo de atividade: Saúde

CNPJ: 43643139000166

Tempo de existencia: 41 anos

Responsável pelo preenchimento: Paulo Rogério de Azevedo Atuação da cooperativa: Local Regional Nacional

2 - Indicadores de Corpo Funcional	2012			2011		
	Cooperados(as)	Empregados(as)	Nº Total	Cooperados(as)	Empregados(as)	Nº Total
Nº de pessoas na cooperativa (em 31/12)	0	463	463	0	407	407
Nº de admissões durante o período	0	117	117	0	95	95
Nº de saídas e demissões durante o período	0	61	61	0	74	74
Faixa etária dos empregados: Menores de 18 anos	-	12	-	-	9	-
..de 18 a 35 anos	-	277	-	-	267	-
..de 36 a 60 anos	-	173	-	-	130	-
..Maiores de 61anos	-	1	-	-	1	-
Nº de trabalhadores(as) terceirizados(as)	-	46	-	-	35	-
Nº de pessoas com funções administrativas	0	463	463	0	407	407
Nº de mulheres cooperadas em funções administrativas e/ou diretivas	0	-	0	0	-	0
Nº de negros cooperados em funções administrativas e/ou diretivas	0	-	-	0	-	0
Nº de indígenas cooperados em funções administrativas e/ou diretivas	0	-	-	0	-	0
Escolaridade dos empregados: Não alfabetizados	-	0	-	-	0	-
..Ensino fundamental	-	2	-	-	2	-
..Ensino médio	-	122	-	-	102	-
..Ensino Técnico	-	0	-	-	0	-
..Ensino superior	-	263	-	-	235	-
..Pós-graduação Lato sensu (especialização, MBA)	-	68	-	-	61	-
..Pós-graduação Stricto sensu(mestrado,doutorado)	-	8	-	-	7	-
..Pós-doutorado	-	0	-	-	0	-
..Livre docência	-	0	-	-	0	-
Nº de mulheres que trabalham na cooperativa	0	283	283	0	245	245
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-	43,00%	-	-	43,00%	-
Remuneração média das mulheres	-	3.459,29	-	-	3.211,70	-
Remuneração média dos homens	-	3.798,76	-	-	3.391,57	-
Nº de negros(as) que trabalham na cooperativa	0	90	90	0	64	64
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-	8,00%	-	-	9,00%	-
Remuneração média dos(as) negros(as)	-	2.384,29	-	-	2.324,66	-
Nº de indígenas que trabalham na cooperativa	0	0	0	0	0	0
% de cargos de chefia ocupados por indígenas	-	0,00%	-	-	0,00%	-
Remuneração média dos(as) indígenas	-	0,00	-	-	0,00%	-
Remuneração média dos(as) brancos(as)	-	3.885,22	-	-	3.466,47	-
Nº de pessoas com deficiência/redução mobilidade	0	13	13	0	4	4

3 - Indicadores de organização e gestão	2012	2011
Procedimento para integralização das quotas-partes	<input type="checkbox"/> Desconto de débitos trabalhistas <input type="checkbox"/> Desconto parcelado das retiradas <input checked="" type="checkbox"/> Outro, desconto parcelado <input checked="" type="checkbox"/> Pagto à vista <input type="checkbox"/> Sem capital social	<input type="checkbox"/> Desconto de débitos trabalhistas <input type="checkbox"/> Desconto parcelado das retiradas <input checked="" type="checkbox"/> Outro, desconto parcelado <input checked="" type="checkbox"/> Pagto à vista <input type="checkbox"/> Sem capital social
Valor da maior produção repassada ao(à) cooperado(a)	0,00	0,00
Valor da menor produção repassada ao(à) cooperado(a)	0,00	0,00
Valor da maior remuneração paga ao(à) administrador(a)	-	-
Valor da menor remuneração paga ao(à) administrador(a)	-	-
Valor do maior salário pago ao(à) empregado(a)	21.861,21	17.225,80
Valor do menor salário pago ao(à) empregado(a)	467,41	600,00
Destino das sobras	<input type="checkbox"/> Aumento de capital <input type="checkbox"/> Distribuição entre os(as) cooperados(as) <input checked="" type="checkbox"/> Fundos	<input checked="" type="checkbox"/> Aumento de capital <input type="checkbox"/> Distribuição entre os(as) cooperados(as) <input checked="" type="checkbox"/> Fundos
Fundos existentes	<input checked="" type="checkbox"/> Fundo para educação(RATES) <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input checked="" type="checkbox"/> Reserva legal	<input checked="" type="checkbox"/> Fundo para educação(RATES) <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input checked="" type="checkbox"/> Reserva legal
Quantidade de assembleias realizadas	1	3
% Frequência média nas assembleias pelos(as) cooperados(as)	65,82%	75,00%
Decisões submetidas à assembleia	<input type="checkbox"/> Admissão, eliminação e exclusão de sócio <input checked="" type="checkbox"/> Destino das sobras ou perdas <input checked="" type="checkbox"/> Investimentos <input type="checkbox"/> Liquidação <input type="checkbox"/> Novos Produtos <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Pagto de credores <input type="checkbox"/> Reforma Estatuto	<input checked="" type="checkbox"/> Admissão, eliminação e exclusão de sócio <input checked="" type="checkbox"/> Destino das sobras ou perdas <input checked="" type="checkbox"/> Investimentos <input type="checkbox"/> Liquidação <input type="checkbox"/> Novos Produtos <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Pagto de credores <input checked="" type="checkbox"/> Reforma Estatuto
Outros órgãos sociais existentes na cooperativa	<input checked="" type="checkbox"/> Comitê educativo <input type="checkbox"/> Conselho de especialidades <input type="checkbox"/> Conselho técnico <input checked="" type="checkbox"/> Medicina preventiva <input checked="" type="checkbox"/> Outros	<input checked="" type="checkbox"/> Comitê educativo <input type="checkbox"/> Conselho de especialidades <input type="checkbox"/> Conselho técnico <input checked="" type="checkbox"/> Medicina preventiva <input type="checkbox"/> Outros
Renovação dos cargos diretivos (conselho)	<input type="checkbox"/> 1/3 <input type="checkbox"/> 2/3 <input type="checkbox"/> Outros <input checked="" type="checkbox"/> Sem renovação <input type="checkbox"/> Total	<input type="checkbox"/> 1/3 <input type="checkbox"/> 2/3 <input type="checkbox"/> Outros <input checked="" type="checkbox"/> Sem renovação <input type="checkbox"/> Total
Frequência do(s) instrumento(s) de prestação de contas	<input type="checkbox"/> Diário <input checked="" type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal	<input type="checkbox"/> Diário <input checked="" type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Semanal
Critério principal para admissão de novos(as) cooperados(as)	<input type="checkbox"/> Conhecimento sobre cooperativismo <input type="checkbox"/> Critério técnico <input type="checkbox"/> Experiência <input type="checkbox"/> Idade <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Parentesco <input type="checkbox"/> Participação na comunidade	<input type="checkbox"/> Conhecimento sobre cooperativismo <input type="checkbox"/> Critério técnico <input type="checkbox"/> Experiência <input type="checkbox"/> Idade <input checked="" type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Parentesco <input type="checkbox"/> Participação na comunidade

Critério principal para suspensão/exclusão de cooperados(as)	<input type="checkbox"/> Comportamento não cooperativo <input checked="" type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Comportamento não cooperativo <input checked="" type="checkbox"/> Outro
Espaços de representação do cooperativismo em que a cooperativa atua	<input type="checkbox"/> ADS/CUT <input type="checkbox"/> Anteag <input type="checkbox"/> Concrab/MST <input checked="" type="checkbox"/> Federações / Centrais <input checked="" type="checkbox"/> OCB <input type="checkbox"/> OCBES <input checked="" type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> ADS/CUT <input type="checkbox"/> Anteag <input type="checkbox"/> Concrab/MST <input checked="" type="checkbox"/> Federações / Centrais <input checked="" type="checkbox"/> OCB <input type="checkbox"/> OCBES <input checked="" type="checkbox"/> Outro
Número de cooperados(as) sindicalizados(as) ou filiados à Associação Profissional	0	0
A cooperativa apoia a organização de outros empreendimentos de tipo cooperativo	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Outros apoios <input type="checkbox"/> Sim, emprestando recursos materiais e/ou humanos <input checked="" type="checkbox"/> Sim, oferecendo assessoria	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Outros apoios <input type="checkbox"/> Sim, emprestando recursos materiais e/ou humanos <input checked="" type="checkbox"/> Sim, oferecendo assessoria
Principais parceiras e apoios	<input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Governo Federal <input type="checkbox"/> Inst. Religiosa <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> ONGs <input checked="" type="checkbox"/> Outros <input checked="" type="checkbox"/> SESCOOP/OCB <input type="checkbox"/> Sindicato	<input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Governo Federal <input type="checkbox"/> Inst. Religiosa <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> ONGs <input checked="" type="checkbox"/> Outros <input checked="" type="checkbox"/> SESCOOP/OCB <input type="checkbox"/> Sindicato
Principal fonte de crédito	<input checked="" type="checkbox"/> Bancos/Financeiras <input type="checkbox"/> BNDES <input type="checkbox"/> Cooperados / Cooperativas (sócios) <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Fornecedores diversos <input type="checkbox"/> Governo <input type="checkbox"/> Intercâmbio <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Rede credenciada <input type="checkbox"/> Unicred	<input checked="" type="checkbox"/> Bancos/Financeiras <input type="checkbox"/> BNDES <input type="checkbox"/> Cooperados / Cooperativas (sócios) <input type="checkbox"/> Empregados <input type="checkbox"/> Fornecedores diversos <input type="checkbox"/> Governo <input type="checkbox"/> Intercâmbio <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Rede credenciada <input type="checkbox"/> Unicred
Número total de acidentes de trabalho	2	3
Existem medidas concretas em relação à saúde e segurança no ambiente de trabalho?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Organização de comissões <input checked="" type="checkbox"/> Outras <input type="checkbox"/> sim, fornecendo equipamento <input type="checkbox"/> sim, realizando campanhas e capacitações	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Organização de comissões <input checked="" type="checkbox"/> Outras <input type="checkbox"/> sim, fornecendo equipamento <input type="checkbox"/> sim, realizando campanhas e capacitações
A participação de cooperados(as) no planejamento da cooperativa	<input type="checkbox"/> Não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> Ocorre em nível de diretoria e conselhos <input type="checkbox"/> Ocorre em todos os níveis	<input type="checkbox"/> Não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> Ocorre em nível de diretoria e conselhos <input type="checkbox"/> Ocorre em todos os níveis
A cooperativa costuma consultar os(as) cooperados(as) para solução de problemas e/ou na hora de buscar soluções?	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim, periodicamente com data definida <input type="checkbox"/> Sim, sem data definida	<input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> Sim, periodicamente com data definida <input type="checkbox"/> Sim, sem data definida
A cooperativa estimula a educação básica, ensino médio e superior (supletivo ou regular) dos (as) trabalhadores (as)?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, para todos (as) cooperados(as) <input checked="" type="checkbox"/> Sim, para todos (as) trabalhadores(as)	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, para todos (as) cooperados(as) <input checked="" type="checkbox"/> Sim, para todos (as) trabalhadores(as)
4 - Indicadores econômicos (em R\$)	2012	2011
Ingressos e receitas brutas	784.247.397,06	715.438.772,08
Ingressos Repassados	150.082.828,60	104.977.350,12
Receitas sobre aplicações financeiras em 31/12	5.557.616,11	5.164.356,33
Total das dívidas em 31/12	150.296.170,59	116.105.793,58
Patrimônio da cooperativa	211.299.572,36	168.682.501,52
Patrimônio de terceiros	0,00	0,00
Impostos e contribuições	9.987.310,30	6.396.105,95
Remuneração dos(as) cooperados(as) - não inclui benefícios	0,00	0,00
IR retido sobre produção cooperados	0,00	0,00
INSS retido sobre produção cooperados	0,00	0,00
Folha de pagamento/salários e encargos	30.527.347,53	24.526.597,30
Valor de capital para ingresso na cooperativa	30.000,00	30.000,00
Sobras ou perdas do exercício	6.197.288,59	2.184.511,89
Fundos	1.476.712,76	628.401,21

5 - Indicadores sociais internos	2012		2011	
	Cooperados(as)	Empregados(as)	Cooperados(as)	Empregados(as)
Alimentação	0,00	2.837.539,46	0,00	2.303.315,29
Saúde	0,00	899.918,19	0,00	1.087.940,75
Transporte	0,00	442.104,76	0,00	364.866,43
Segurança no trabalho	0,00	68.150,55	0,00	115.093,15
Investimentos em cultura e/ou lazer	0,00	43.312,17	0,00	45.471,60
- n° de beneficiários(as)	0	280	0	214
Educação/alfabetização, ensino fundamental, médio ou superior	0,00	9.062,29	0,00	27.809,02
- n° de beneficiários(as)	0	5	0	9
Capacitação profissional	115.271,61	40.157,78	89.733,52	71.467,35
- n° de beneficiários(as)	6	463	6	407
Capacitação em gestão cooperativa	0,00	2.719,14	0,00	1.000,00
- n° de beneficiários(as)	0	182	0	29
Estagiários	-	75.625,46	-	52.188,57
- n° de estagiários em 31/12	-	5	-	6
- n° de estagiários efetivados no período	-	3	-	0
Jovem aprendiz	-	101.868,00	-	75.600,00
- n° de aprendizes em 31/12	-	12	-	12
Creche ou auxílio creche	0,00	31.236,00	0,00	25.348,00
Ações ambientais relativas a produção/operação	0,00	0,00	0,00	0,00
Seguro de vida	0,00	534.360,73	0,00	371.774,54
Previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações nos resultados	0,00	467.786,58	0,00	385.683,62
Bonificações	0,00	548.555,85	0,00	418.915,81
Outros cursos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total beneficiários	6	930	6	659
Total dos investimentos sociais internos	115.271,61	6.102.396,96	89.733,52	5.346.474,13
6 - Indicadores sociais externos (investimentos na comunidade - em R\$)	2012		2011	
Compras de outras cooperativas	123.530,93		118.342,37	
Venda de bens e/ou serviços terceirizados	-		-	
Investimentos em programas e/ou projetos ambientais	23.963,50		30.571,47	
Investimentos em Saúde	0,00		0,00	
- n° de pessoas beneficiadas	0		0	
- n° de entidades beneficiadas	0		0	
Investimentos em programas de alimentação	0,00		0,00	
- n° de pessoas beneficiadas	0		0	
- n° de entidades beneficiadas	0		0	
Investimentos em educação/alfabetização	0,00		0,00	
- n° de pessoas beneficiadas	0		0	
- n° de entidades beneficiadas	0		0	
Investimentos em capacitação profissional	90.482,36		177.791,05	
- n° de pessoas beneficiadas	5956		2389	
- n° de entidades beneficiadas	79		79	
Investimentos em esportes	0,00		0,00	
- n° de pessoas beneficiadas	0		0	
- n° de entidades beneficiadas	0		0	
Investimentos em cultura e/ou lazer	0,00		0,00	
- n° de pessoas beneficiadas	0		0	
- n° de entidades beneficiadas	0		0	
Gastos com ações sociais/filantropia (financeira, produtos e/ou serviços)/ajudas humanitárias	0,00		0,00	
- n° de pessoas beneficiadas	0		0	
- n° de entidades beneficiadas	0		0	
Outros	196.390,51		180.876,88	
Total pessoas beneficiadas	5956		2389	
Total entidades beneficiadas	79		79	
Total dos investimentos sociais externos	434.367,30		507.581,77	

7 - Outras informações	2012	2011
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção e empregados <input type="checkbox"/> Direção, cooperados e empregados <input type="checkbox"/> Cooperados <input type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção e empregados <input type="checkbox"/> Direção, cooperados e empregados <input type="checkbox"/> Cooperados <input type="checkbox"/> Empregados
A participação nas sobras ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção e empregados <input type="checkbox"/> Direção, cooperados e empregados <input type="checkbox"/> Cooperados <input checked="" type="checkbox"/> Empregados	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Direção e empregados <input type="checkbox"/> Direção, cooperados e empregados <input type="checkbox"/> Cooperados <input checked="" type="checkbox"/> Empregados
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela cooperativa foram definidos por	<input checked="" type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Todos os empregados <input checked="" type="checkbox"/> Direção e gerência	<input type="checkbox"/> Direção <input type="checkbox"/> Todos os empregados <input checked="" type="checkbox"/> Direção e gerência
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	<input type="checkbox"/> Direção e gerência <input type="checkbox"/> Todos os empregados <input checked="" type="checkbox"/> Todos + CIPA	<input type="checkbox"/> Direção e gerência <input type="checkbox"/> Todos os empregados <input checked="" type="checkbox"/> Todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos empregados, a cooperativa	<input checked="" type="checkbox"/> Não se envolve <input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT <input type="checkbox"/> Segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> Não se envolve <input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT <input type="checkbox"/> Segue as normas da OIT
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela cooperativa	<input type="checkbox"/> Não são considerados <input type="checkbox"/> São exigidos <input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	<input type="checkbox"/> Não são considerados <input type="checkbox"/> São exigidos <input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a cooperativa	<input type="checkbox"/> Não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> Organiza e incentiva <input checked="" type="checkbox"/> Apóia	<input type="checkbox"/> Não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> Organiza e incentiva <input checked="" type="checkbox"/> Apóia
Atendimento de intercâmbio prestado por outras cooperativas	18.906.396,12	40.885.980,20
Venda a outras cooperativas	5.613.299,14	3.935.343,96
Número total de reclamações e críticas de consumidores	-	-
a) Na cooperativa	812	421
b) Na ANS	595	362
c) No Procon	110	90
d) Na justiça	692	580
Número de reclamações e críticas solucionadas	-	-
a) Na cooperativa	812	421
b) Na ANS	62	291
c) No procon	94	60
d) Na justiça	112	180
Valor total de indenizações pagas no período por determinação de órgãos de defesa do consumidor e/ou justiça	1.882.915,82	931.741,58
Número total de ações trabalhistas movidas por empregados	-	-
a) Processos julgados procedentes	0	0
b) Processos julgados improcedentes	4	1
Valor total de indenizações trabalhistas pagas no período por determinação da justiça	0,00	0,00
Valor adicionado a distribuir em R\$ - vide DVA	63.628.250,91	47.571.673,53
Distribuição % do valor adicionado:	-	-
a) Governo	26,19 %	26,59 %
b) Cooperados	0,00 %	0,00 %
c) Empregados/Diretores/Conselheiros	55,96 %	60,97 %
d) Remuneração de capitais de terceiros	1,69 %	2,57 %
e) Sociedade	0,68 %	1,07 %
f) Juros sobre capital próprio	3,41 %	2,89 %
g) Constituição de reservas e fundos	2,32 %	1,32 %
h) À disposição da AGO	9,74 %	4,59 %

8 - Notas Explicativas

Diretor Presidente

Contador - CRC

Demonstração do Valor Adicionado

Unimed: UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sugerimos a seguinte ordem de preenchimento: primeiramente o quadro (B) "Distribuição da Riqueza" e posteriormente o quadro (A) "Geração da Riqueza" excluindo os valores já lançados em (B).

(A) Geração da riqueza	2012	2011
a) Ingressos e receitas	784.247.397,06	715.438.772,08
a 1) Contraprestações emitidas líquidas	729.649.120,97	626.245.180,25
a 2) Outros ingressos e receitas operacionais	54.822.712,08	89.090.231,01
a 3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/Constituição	-224.435,99	103.360,82
b) Variação das provisões técnicas	533.402,02	78.230,23
b 1) Provisão de remissão	533.402,02	78.230,23
b 2) Outras	0,00	0,00
c) Receita líquida operacional	783.713.995,04	715.360.541,85
d) Eventos, dispêndios e despesas operacionais	671.504.526,18	622.798.753,39
d 1) Eventos indenizáveis líquidos	613.186.440,46	545.980.357,47
d 2) Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	15.059.030,79	10.216.269,94
d 3) Outros dispêndios / Despesas operacionais	43.259.054,93	66.602.125,98
e) Insumos adquiridos de terceiros	52.381.566,08	49.488.800,57
e 1) Despesas de comercialização	26.408.538,96	26.649.244,85
e 2) Variação das despesas de comercialização diferidas	0,00	0,00
e 3) Despesas com serviços de terceiros	10.051.799,11	6.653.364,82
e 4) Materiais, energia e outras despesas administrativas	14.140.393,89	12.786.401,31
e 5) Provisão para contingências - administrativas	0,00	1.355.906,05
e 6) Despesas Financeiras	1.773.124,32	2.043.883,54
e 7) Despesas patrimoniais	0,00	0,00
e 8) Perda / Recuperação de valores ativos	7.709,80	0,00
f) Valor adicionado bruto	59.827.902,78	43.072.987,89
g) Depreciação, Amortização	3.611.790,25	3.432.117,80
h) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	56.216.112,53	39.640.870,09
i) Valor adicionado recebido / cedido em transferência	7.412.138,38	7.930.803,44
i 1) Receitas financeiras	6.157.288,21	6.888.097,02
i 2) Resultado de equivalência patrimonial	0,00	0,00
i 3) Outras	1.254.850,17	1.042.706,42
(j) Valor adicionado total distribuir (h + i)	63.628.250,91	47.571.673,53

(B) Distribuição da riqueza	2012	2011
a) Remuneração do trabalho	35.604.039,53	29.002.920,83
a 1) Cooperados	0,00	0,00
a 1 . 1) Produção (consultas e honorários)	0,00	0,00
a 1 . 2) Benefícios	0,00	0,00
a 2) Dirigentes, Conselheiros e Empregados	35.604.039,53	29.002.920,83
a 2 . 1) Salários, 13 ^ª , Férias, etc	28.736.737,88	23.105.565,39
a 2 . 2) Benefícios	4.060.349,57	3.671.724,10
a 2 . 3) F.G.T.S	1.790.609,65	1.421.031,91
a 2 . 4) Bônus / Participação nos lucros e resultados	1.016.342,43	804.599,43
b) Remuneração do governo - Impostos/Taxas/Contribuições	16.666.738,37	12.648.768,60
b 1) Federais	7.030.928,93	5.460.471,92
b 1 . 1) Previdência Social e Outros	6.679.428,07	6.252.662,65
b 2) Estaduais	131.181,22	123.554,94
b 3) Municipais	2.825.200,15	812.079,09
c) Contribuições para a sociedade	434.367,30	507.581,77
d) Remuneração de capitais de terceiros	1.078.354,00	1.223.060,98
d 1) Juros	355.173,55	621.826,09
b 2) Aluguéis	723.180,45	601.234,89
b 3) Outras (royalties, direitos autorais)	0,00	0,00
e) Remuneração de capitais próprios	9.844.751,71	4.189.341,35
e 1) Juros sobre capital próprio	2.170.750,36	1.376.428,25
e 2) Constituição de reservas e fundos	1.476.712,76	628.401,21
e 3) Sobras / Perdas líquidas a disposição da AGO	6.197.288,59	2.184.511,89
(j) Total distribuído (a+b+c+d+e)	63.628.250,91	47.571.673,53

Atenção! "Valor adicionado a distribuir" (j) e "Total distribuído" (j) devem ser iguais!

Notas Explicativas - Indicadores de Corpo Funcional	Notas Explicativas - Indicadores Organização e Gestão
0	0

Notas Explicativas - Indicadores Econômicos	Notas Explicativas - Indicadores Sociais Internos
0	1) Indicadores Sociais Internos - Cooperados - Capacitação Profissional - Foi informado o total de investimentos de capacitação profissional voltados à Diretoria da Fesp. 2) Indicadores Sociais Internos - Empregados - Segurança no trabalho - Refere-se a investimentos realizados para adequação do sistema de prevenção e combate a incêndios na Fesp, sendo que grande parte dos valores envolvidos nesse projeto referem-se ao exercício de 2.011. 3) Indicadores Sociais Internos - Empregados - Seguro de Vida - Foi informado, além do seguro dos funcionários, o referente ao seguro dos Diretores e Conselheiros da Fesp. 4) Nos investimentos relativos a cursos e seminários, estão incluídas as despesas incorridas com hospedagem e deslocamento nos eventos ocorridos (quando aplicáveis). 5) Em 2.012, a Fesp conquistou uma importante parceria junto ao Sescop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), realizando diversos cursos internos e também junto às Federações Intrafederativas e Singulares, através da qual obteve-se recuperação de boa parte dos valores investidos junto a referida entidade.

Notas Explicativas - Indicadores Sociais Externos	Notas Explicativas - Outras Informações
1) Indicadores Sociais Externos - Cooperados - Capacitação Profissional - Foi informado o total de investimentos de capacitação profissional voltados à Diretoria da Fesp. 2) Indicadores Sociais Externos - Empregados - Segurança no trabalho - Refere-se a investimentos realizados para adequação do sistema de prevenção e combate a incêndios na Fesp, sendo que grande parte dos valores envolvidos nesse projeto referem-se ao exercício de 2.011. 3) Indicadores Sociais Externos - Empregados - Seguro de Vida - Foi informado, além do seguro dos funcionários, o referente ao seguro dos Diretores e Conselheiros da Fesp. 4) Nos investimentos relativos a cursos e seminários, estão incluídas as despesas incorridas com hospedagem e deslocamento nos eventos ocorridos (quando aplicáveis). 5) Em 2.012, a Fesp conquistou uma importante parceria junto ao Sescop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), realizando diversos cursos internos e também junto às Federações Intrafederativas e Singulares, através da qual obteve-se recuperação de boa parte dos valores investidos junto a referida entidade.	6) Vendas a outras cooperativas - Elevação do faturamento com órteses e próteses em decorrência do aumento da adesão de Filiais ao Núcleo de Órteses, Próteses e materiais Especiais da Fesp, favorecendo resultados econômicos expressivos na redução dos custos obtidos nas negociações. 7) Atendimento de intercâmbio prestado por outras cooperativas - Variação decorrente de adoção de novo modelo de contabilização do intercâmbio eventual nos moldes de RN290 da ANS. 8) Outras informações - Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores na Cooperativa - Não possuímos atualmente a segregação dos eventos entre críticas, reclamações, elogios e sugestões.

Notas Explicativas - Demonstração Valor Adicionado
9) Geração da Riqueza - Provisão para Créditos de liquidação duvidosa - Reversão / Constituição - A variação apresentada justifica-se pela constituição de provisão (exercício 2.012) e reversão de provisão (exercício 2.011). 10) Geração da Riqueza - Variação das Provisões Técnicas - Provisão de Remissão - Variação apresentada em decorrência do aumento do custo médio e quantidade de beneficiários remidos. 11) Geração da Riqueza - Eventos, dispêndios e despesas operacionais - Outros dispêndios e despesas operacionais - Variação decorrente de adoção de novo modelo de contabilização do intercâmbio eventual nos moldes da RN290 da ANS. 12) Demonstração do Valor Adicionado - Distribuição da Riqueza (linha b3 - Municipais): Variação representada pelo recolhimento de ISS à Prefeitura de São Paulo, utilizando a "tasa de administração" como base de cálculo, nos moldes da Lei Municipal 15.406/2011 de 8 de julho de 2.011. Por conta da data de publicação da lei, os recolhimentos iniciaram-se a partir da competência de setembro (exercício 2.011, enquanto que o exercício 2.012 contemplou o recolhimento de janeiro a dezembro).

eTae

ÀS
ASSOCIADAS E DIRETORES DA
UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
SÃO PAULO - SP

PARECER DE AUDITORIA DO BALANÇO SOCIAL

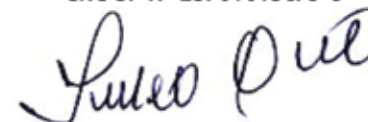
1. Em conexão com nossos exames das demonstrações contábeis da UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS, em 31 de dezembro de 2012, cujo Relatório dos Auditores Independentes foi emitido, com ressalvas, em 06 de fevereiro de 2013, procedemos às revisões das informações suplementares incluídas no Balanço Social 2012 da UNIMED O ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS. A preparação do Balanço Social é de responsabilidade da administração da UNIMED O ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS. O objetivo dos nossos trabalhos foi o de confirmar que as informações contidas no Balanço Social 2012 da UNIMED O ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS, referentes ao exercício social de 2012, estão suportadas pelos sistemas de informações, controles internos e comunicações externas, e estão reportadas de forma apropriada em todos os seus aspectos relevantes.
2. Nossos trabalhos foram efetuados de modo a obter suporte para emissão de nosso relatório, incluindo os seguintes procedimentos: (a) conhecimentos dos sistemas e processos utilizados na obtenção e apuração das informações divulgadas no Balanço Social da UNIMED O ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS; (b) planejamento dos trabalhos, considerando a relevância e o volume das informações apresentadas no Balanço Social da UNIMED O ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS e os sistemas e processos utilizados para obter e apurar estas informações; (c) entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações; (d) constatação, em base de testes, das evidências e dos registros que suportam as informações constantes no relatório da Administração (Missão, Visão e Valores, Cooperados e Diretores, Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Comunidade, Investimento Sociais e Culturais, Responsabilidade Ambiental, Principais Indicadores de Desempenho Econômico e Social, Canais de Comunicação e Atendimento e Satisfação de Clientes); e (e) confronto das informações de natureza financeira com os registros contábeis.

eTae

3. Nossos trabalhos foram limitados à verificação das informações contidas no relatório apresentado pela UNIMED O ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS, não incluindo qualquer análise e avaliação da política e das práticas de responsabilidade social da Entidade. Realizamos os trabalhos tendo como referência à Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental e às melhores práticas adotadas para verificação de balanço social. Os procedimentos adotados não representaram um exame de acordo com as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e, conseqüentemente, não estamos expressando uma opinião sobre as informações revisadas.
4. Com base nos procedimentos descritos anteriormente, confirmamos que as informações contidas no Balanço Social 2012 da UNIMED O ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS, referentes ao exercício social de 2012, estão adequadamente suportadas pelos sistemas de informações e controles internos e pelos instrumentos de monitoramento da Entidade, e estão reportadas de forma apropriada em todos os seus aspectos relevantes.

São Paulo, 28 de maio de 2013.

ETA E AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-SP Nº 2SP010138/O-8



TUNEO ONO
Contador
CRC-SP Nº 1SP098699/O-9



ÀS
ASSOCIADAS E DIRETORES DA
UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
SÃO PAULO - SP

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Em conexão com nossos exames das demonstrações contábeis da UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS, em 31 de dezembro de 2012, cujo Relatório dos Auditores Independentes foi emitido, com ressalva, em 06 de fevereiro de 2013, procedemos a revisão da Demonstração do Valor Adicionado - 2012 da UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS é responsável pela elaboração e adequada apresentação da Demonstração do Valor Adicionado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessa demonstração contábil, livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essa Demonstração do Valor Adicionado, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que a Demonstração do Valor Adicionado está livre de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados na Demonstração do Valor Adicionado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante na Demonstração do Valor Adicionado, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação da Demonstração do Valor Adicionado da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, a Demonstração do Valor Adicionado da UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS, em 31 de dezembro de 2012, está adequadamente representada, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para o exercício findo naquela data.

São Paulo, 28 de maio de 2013.

ETA E AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-SP Nº 2SP010138/O-8

TUNEO ONO
Contador
CRC-SP Nº 098699/O-9



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **Federação das Unimeds do Estado de São Paulo** apresentou seu relatório "Relatório de Sustentabilidade 2012" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação B.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3 das GRI. Para a metodologia, ver www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/ALC-Methodology.pdf

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 17 de junho 2013

Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 6 de junho 2013. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

Ficha técnica

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente: Dr. Luiz Roberto Dib Mathias Duarte

Diretor-Superintendente: Dr. Waldemar D'Ambrósio Filho

Diretor Financeiro: Dr. José Marcondes Netto

Diretor de Desenvolvimento e Mercado: Dr. Edmilson Rocha de Souza

Diretor de Gestão Operacional e Marketing: Dr. Ciro da Silva Monteiro

Diretor de Desenvolvimento Humano: Dr. Péricles Taqueshi Otani

Coordenação do projeto

Dr. Péricles Taqueshi Otani

Gerente do projeto

Karen Midori Takarabe Aoki

Coordenação técnica do projeto

Amanda Rodrigues de Carvalho

Equipe do projeto

Aline Cristina Caldas Fernandes, Arthur Nascimento da Silva, Carla Prandini, Cleunice Brito Petnunas, Daniel Aparecido Melo da Silva, Fábio Daumichen, Júlio Cesar de Almeida, Katia Regina Rosa Gomes, Lilian Cristina Andrade Silva, Marcelo Vasconcelos de Lira, Maria Aparecida Figueiredo, Maria Manuela Mazzini, Mônica Benelli Riscalla, Mônica Christina Souza Carvalho, Mônica Priscila Ribeiro, Shaiane Regina de Oliveira, Sidney Kioshi Kamicado, Simone Christina Carvalho Vitral, Tatiana Micheli Sudani, Teresa Cristina Laurito Rocco, Victor Cruz e Wesley Alves Lacerda.

Consultoria de sustentabilidade: Lanakaná Princípios Sustentáveis

Elaboração técnica e redação: Ricardo Bonchristiani

Projeto gráfico e edição de arte: Fernando Guimarães

Materiais de consulta: Relatório de Gestão - Fesp 2012; Selo Unimed de Responsabilidade Social – 2012; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) II e outras publicações institucionais.

Impressão: Prol Gráfica

Tiragem: 600 exemplares

Dúvidas, comentários e sugestões poderão ser encaminhados para a área de Responsabilidade Socioambiental por meio do e-mail responsabilidade.social@unimeds.com.br.

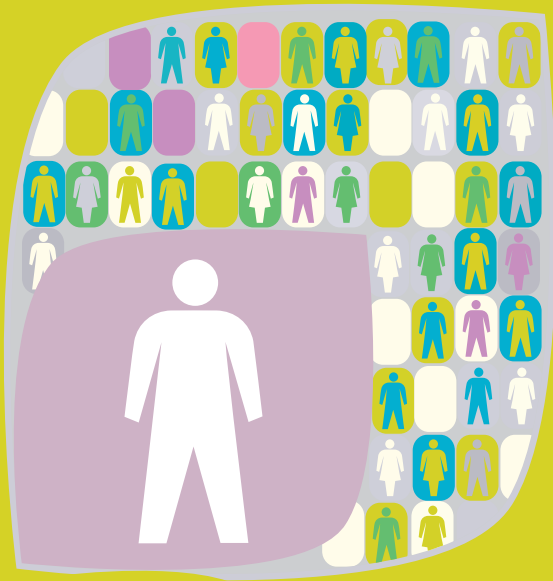


Federação das Unimeds do Estado de São Paulo (Fesp)

Rua José Getúlio, 78/90 – Aclimação

01509-000 São Paulo – SP

www.unimedfesp.coop.br



Unimed 
Fesp

Somos médicos.
E isso faz toda a diferença.

Federação das Unimed do Estado de São Paulo (Fesp)
Rua José Getúlio, 78/90, Aclimação, São Paulo – SP.
(11) 2146-2500
www.unimedfesp.coop.br